UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

GABRIELA PEIXOTO VIEIRA SILVA

SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA EM PARTIDOS POLÍTICOS EM GOIÁS

GOIÂNIA-GO
2014

sistema de bibliotecas ufg

PRPG
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

UFG

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[x] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Gabriela Peixoto Vieira Silva

Título do trabalho: SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA EM PARTIDOS POLÍTICOS EM GOIÁS

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Gabriela Peixoto Vieira Silva
Assinatura do(a) autor(a)[2]

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)[2]

Data: 03 / 07 / 18

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.
Casos de embargo:
- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

[2] A assinatura deve ser escaneada.

GABRIELA PEIXOTO VIEIRA SILVA

SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA EM PARTIDOS POLÍTICOS EM GOIÁS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Paiva Ferreira.

GOIÂNIA-GO

2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Gabriela Peixoto Vieira
Sub-representação feminina em partidos políticos em Goiás [manuscrito] / Gabriela Peixoto Vieira Silva. - 2014.
xi, 105 f.

Orientador: Prof. Dr. Denise Ferreira Paiva .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, , Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2014.
Bibliografia. Anexos.
Inclui abreviaturas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. sub-representação política. 2. mulheres. 3. partidos políticos. 4. cargos de direção. I. , Denise Ferreira Paiva, orient. II. Título.

CDU 316

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

GABRIELA PEIXOTO VIEIRA SILVA

Aos quinze dias de setembro de 2014, às 14:00 horas, No mini-auditório da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado da mestranda **GABRIELA PEIXOTO VIEIRA SILVA**, intitulada *Sub-representação feminina em partidos políticos em Goiás.* A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 045/2014-FCS, de 11 de setembro de 2014, pelos seguintes Professores Doutores: Denise Paiva Ferreira (Presidente/UFG), Telma Ferreira Nascimento Durães (UFG) e Fabiana da Cunha Saddi (UFG) – Suplente: Marta Rovery Souza (UFG). A candidata apresentou o trabalho, os examinadores a arguiram e ela respondeu as arguições. Às 15:40 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta, pela qual foram atribuídos à mestranda os seguintes resultados:

(x) **Aprovado(a)** ( ) Reprovado(a)

Drª. Denise Paiva Ferreira _____

(x) **Aprovado(a)** ( ) Reprovado(a)

Drª. Telma Ferreira Nascimento Durães _____

(x) **Aprovado(a)** ( ) Reprovado(a)

Drª. Fabiana da Cunha Saddi _____

Resultado Final Aprovada

Reaberta a sessão pública, a Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Marcelo Augusto Parrillo Rizzo, Secretário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Marcelo Augusto Parrillo Rizzo _____

À minha tia Jacqueline, pelos aconselhamentos e a incrível trajetória de vida que inspiraram meus estudos acadêmicos.
À minha mãe Regina, e às minhas avós Neusa e Aparecida, pela guarnição e investimento dados a mim perante as minhas escolhas.
Por elas, que me ofereceram as possibilidades para que eu me tornasse uma mulher livre e autônoma.

AGRADECIMENTOS

São vários os sentimentos que decorrem durante um processo de pesquisa e estudo como este, de modo que ao longo dessa jornada pude contar com pessoas que amenizaram minhas instabilidades e o cansaço. Não poderia deixar de citar os amigos, presentes em todo o percurso e que pacientemente cederam do meu convívio por essa razão maior, além de estimularem para que eu chegasse até aqui. Foram tão maravilhosos que regozijam agora comigo a sensação de dever cumprido. Meu abraço grato à minha amiga Dani Larisse, que me reorganizou nos momentos em que perdi fôlego e às contribuições carinhosas de toda a trupe, Lívia, Carolina, Lorena, Caroline, Mariana, Lara, Marília, Lucas, Vinícius, Letícia, Lígia, Tom Jr e Cláudio Thiago, amigos que me cederam energia e conhecimentos vitais para que o caminho se tornasse mais leve.

Minha gratidão a toda compreensão diária de minhas companheiras, minha mãe e minha irmã, que entenderam minhas ausências nas funções cotidianas, me estendendo o melhor lugar do mundo para que eu desenvolvesse meu trabalho, minha casa. Meu carinho ao meu pai, que mesmo sem entender as razões de tal dedicação, me incentivou e procurou reconhecer meus esforços. Agradeço, ainda, a toda minha família, onde cada um buscou me apoiar no seu espaço e entendimento.

Devo especial agradecimento à minha orientadora, que sabiamente me direcionou com seus ensinamentos quando indisciplinadamente levava o estudo. Agradeço imensamente por sua paciência e competência referidas a mim e ao meu trabalho, sobretudo pelo carinho que sempre me tratou.

Aos que atravessaram essa estrada de trabalho e depositaram suas fagulhas de carinho e fé, meu reconhecimento e gratidão. Esta dissertação não seria possível sem vocês.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar a participação e a representação feminina nos cargos de direção de partidos políticos em Goiás. A hipótese que norteia a pesquisa é que a intensidade desta representação é baixa, corroborando a existência de uma sub-representação feminina política nos cargos de direção dos partidos políticos analisados. Essa sub-representação é analisada em duas dimensões: funções/cargos dentro do partido que identifiquem ou não a inclusão de mulheres na elite partidária e a identificação de elementos que moldam essa participação. A pesquisa está dividida em duas etapas – documental, em que se abordará cargos e funções ocupados pelas mulheres; e por fim, análise das entrevistas em profundidade com lideranças masculinas e femininas dos partidos analisados: PMDB, PSDB, DEM, PT e PCdoB.

Palavras-chave: sub-representação política, mulheres, partidos políticos, cargos de direção.

ABSTRACT

This work purpose to investigate the female participation in leading positions on political parties. The hypothesis that guides the research is that this participation is low, corroborating the existence of a under representation of women in leading positions on the analyzed political parties. This under representation is analyzed on two directions: the function/position in the party which identify or not the inclusion of women in the elite party and the identification of elements that shape this participation. The research is divided in two different parts one is documental, which it will be approached positions occupied by women, and finally the analysis of the interviews with male and female leadership from the parties analysed: PMDB, PSDB, DEM, PT and PCdoB.

Keywords: political underrepresentation, women, political parties, leading positions.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição dos cargos nas Comissões Executivas entre Homens e Mulheres, 1985 a 2013 [DEM/PFL, PMDB, PSDB, PT] 55
Tabela 2. Distribuição dos cargos na Comissão Executiva entre Homens e Mulheres, 1985 a 2013 [PCdoB]..... 57
Tabela 3. Deputados federais e estaduais eleitos pelo PMDB, PT, PSDB, PCdoB e DEM - 1986 a 2010..... 59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Total de mulheres candidatas e eleitas para câmara de deputados 1934-2010..... 51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
ESEB	Estudos Eleitorais Brasileiros
DEM	Democratas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PFL	Partido da Frente Liberal
PP	Partido Popular
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TRE-GO	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
CAPÍTULO 1
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA 18
1.1 A coleta de dados 20
1.2 As entrevistas 21
CAPÍTULO 2
MULHER, GÊNERO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA 23
2.1 Gênero e Política 27
2.2 Cidadania, participação política feminina e seus desafios 32
CAPÍTULO 3
PARTIDOS POLÍTICOS: ORIGENS, FUNÇÕES E DESENVOLVIMENTO 40
CAPÍTULO 4
A SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NOS PARTIDOS POLÍTICOS EM GOIÁS 49
4.1 A elite partidária e a representação feminina: um mapeamento dos cargos de direção ocupados pelas mulheres em Goiás 51
4.2 Perfis das mulheres que ocupam cargos de direção - as mulheres dirigentes e suas bases políticas 59
4.3 Gênero como categoria de análise para a sub-representação nos espaços de poder 61
CAPÍTULO 5
A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS CARGOS DE DIREÇÃO PARTIDÁRIA: AS DIFERENTES VISÕES 67
5.1 As vozes masculinas sobre a participação feminina nas Comissões Executivas 79
CONSIDERAÇÕES FINAIS 87
REFERÊNCIAS 92
ANEXOS 96

INTRODUÇÃO

Os enfoques para o estudo da política envolvem diferentes caminhos e vários deles tem se desdobrado sobre a representação de minorias, no sentido de compreender o silêncio que existe nos grupos que não participam ou estão sub-representados do jogo político. É nesse contexto que se destaca o tema mulher e política, principalmente no que concerne à pouca presença feminina nos espaços de decisão e poder.

Os papéis que as mulheres desempenharam e vem desempenhando foram, na maioria das vezes, determinados pelo pouco provimento que o pensamento patriarcal vigente na sociedade propiciou às práticas de inclusão social e política, impondo dificuldades à vida das mulheres, principalmente no campo da cidadania. Dessa forma, os movimentos sufragistas e as lutas sociais buscaram estabelecer ou ampliar a noção de igualdade em relação aos homens. Apesar das conquistas, barreiras visíveis ou invisíveis ainda são impostas, renegando direitos igualitários baseados em precedentes religiosos, econômicos e culturais.

Na arena institucional, relações entre os sexos perpassam principalmente por relações de poder, que por razões sócio-históricas, *empoderaram* mais os homens que as mulheres. Nessa perspectiva, a luta pela igualdade de gênero trouxe nova ordem reivindicativa, principalmente àquelas desencadeadas por correntes feministas.

Várias resistências contra as formas de reprodução do poder foram organizadas nos movimentos sociais, buscando uma nova reconfiguração dos espações públicos e no que concerne à questão de gênero, buscar a ampliação da representação da mulher no mundo da política. A luta feminista nada mais foi e é do que a tentativa de dizimar os quadros de assimetria entre os sexos nas instâncias de poder e representação e de “remover barreiras que impedem uma maior ascensão das mulheres aos postos decisórios e representativos da democracia.” (CRIZOSTOMO, 2011).

Nesse sentido, pode-se afirmar que, historicamente, a mulher esteve, por muitos anos, restrita a vida doméstica e familiar, o que se tornou problemático para suas investidas na vida pública, onde tal espaço foi “naturalizado” aos homens, incumbindo aos novos movimentos reivindicativos trazer para a agenda pública a discussão a respeito das possibilidades de conciliação entre os mundos privado e o público, estimulando medidas que amenizassem a desigualdade e a discriminação na arena política.

Como se sabe, a presença das mulheres no parlamento tem sido uma medida de comparação das desigualdades políticas entre os países,

> segundo a UIP (União Inter-Parlamentar), a média mundial [de mulheres no parlamento] é de 18,9%, destacando-se bem à frente os países nórdicos, com uma média de 42,1% de mulheres no parlamento. Em 186 países classificados, apenas 7 contam com 30% ou mais de mulheres na Câmara (Câmara Baixa) e no Senado (Câmara Alta). A presença das mulheres no Poder Legislativo, embora ainda bem reduzida, vem crescendo no mundo. O Brasil, com seus 10,55% de média (8,8% na Câmara e 12,3% no Senado), entretanto, situa-se nos últimos lugares na América Latina, em termos da participação das mulheres no parlamento. (MATOS E CORTÊS, 2010, p. 52).

Às que se encorajam a entrar nesse reduto predominantemente masculino, um ambiente resistente ao desenvolvimento de suas atividades políticas na maioria das vezes é encontrado. Além disso, vários argumentos jurídicos e/ou naturais são utilizados para impedir ou dificultar o acesso das mulheres à esfera do poder político, legitimando assim o tratamento diferenciado e bloqueando a percepção da injustiça (MIGUEL, 2001).

As ações políticas femininas são vistas e operadas através de um discurso que enfatiza o cuidado e a esfera privada, influenciando e dificultando suas atividades nos cargos públicos. "Geralmente as mulheres ficam encarregadas de atuar em áreas mais relacionadas aos cuidados, numa clara alusão ao seu papel desempenhado no espaço privado, que acaba se traduzindo, principalmente na esfera das políticas públicas, em uma atuação nas áreas de saúde, educação, direitos, assistência social, cuidado com os carentes, idosos, dentre outras." (CRIZÓSTOMO, 2011). O autor ainda afirma que toda essa lógica patriarcal resulta numa subalternidade da mulher pelo homem, o que a leva a ocupar posições sempre inferiores.

A conquista da igualdade formal se deu diretamente através da ampliação de direitos de cidadania. No caso do Brasil, as análises sobre mulher na política devem levar em conta as razões do lento processo de mudanças políticas no país, particularmente no campo dos direitos da cidadania. (AVELAR, 2002) Os mecanismos de democratização não foram tão eficientes, eles só se efetivaram "quando se concretizaram em políticas públicas de "igualação", ou seja, se todo e qualquer indivíduo, independentemente de seu sexo, raça, nacionalidade e situação social, fosse beneficiário dos direitos proclamados de cidadania."

O movimento de emancipação feminina que efervesceu no início do século XX abasteceu a sociedade de pretensões favoráveis às mulheres, porém, o movimento ainda desfrutava de exclusão, pois não eram movimentos que se compunham de mulheres pobres ou negras, mas de abastado recurso intelectual, ricas ou que se garantissem autônomas. "Frutos da ação de mulheres de classe alta, os movimentos reiteravam a política conservadora da época." (AVELAR, 2001, p. 19).

De certa forma, as mulheres seguiam orientações feministas que já se veiculavam pelo mundo, sejam quais diversificações ideológicas seguissem (feminismo socialista, radical,

liberal), as correntes determinavam a busca pela paridade dos sexos, principalmente nos âmbitos sociais, da ética e da política e é inegável as conquistas e as consequências da luta do feminismo.

Alguns retrocessos aconteceram durante esse caminho à paridade, principalmente no que confere a América Latina, como foi o caso das ditaduras que precederam um atraso em relação ao desenvolvimento do ativismo feminino. Avelar (2001) afirma que

> grande parte, diluiu-se, diante da complexidade dos problemas sociais. Mais do que nunca, os mundos das mulheres estariam profundamente diversos, os direitos da cidadania comprometidos e as organizações femininas, assim como outras formas de ativismo, sofrendo claro refluxo. (AVELAR, 2001, p. 22)

Com o recuo do desenvolvimento de pensamentos e de movimentos mais sólidos, as latinas americanas experimentaram a deficiência que isso causou diante das complexidades de exclusão feminina, diferentemente do que acontece em alguns países nórdicos, que não tiveram interrupções do desenrolar histórico de seus movimentos.[1]

Devido ao reconhecimento dessa disparidade, vários movimentos denunciaram e reivindicaram ações políticas para tal injustiça democrática.
É daí que marcos jurídicos começam a serem erguidos, resultados de discussões e lutas, principalmente dos movimentos advindos de correntes feministas, como no caso das cotas eleitorais. A respeito disso, constata-se que

> se em 1994 (antes da legislação específica) a percentagem de mulheres candidatas no Brasil era de 7,18%, em 2002, com a adoção da lei das cotas, este índice foi elevado a 14,84%, conforme os dados do próprio Tribunal Superior Eleitoral. Em 2010, o percentual de mulheres candidatas para as eleições foi de 22,4% do total de candidaturas para os cargos do Executivo e Legislativo federal e estaduais. Entretanto, ao analisar as candidaturas femininas para o cargo de governador/a o percentual cai para apenas 10,6%. As candidatas para o senado representaram apenas 13,2%; as candidaturas femininas para deputada federal corresponderam a 22,2% e para deputada estadual, 22,7%. (PIOVESAN, 2013, p. 68)

Avelar (2001) chama a situação mediante a paridade como uma derrota histórica. Embora tenhamos a primeira presidente da história do Brasil eleita em 2010, o número de mulheres nos espaços de decisão ainda é pequeno. De acordo com Piovesan:

> A presidenta brasileira soma-se ao universo de 11 mulheres chefes de Governo, no conjunto de 192 países. Contudo, na esfera estadual, em 2010, somente duas mulheres foram eleitas para a chefia de governo. Note-se que, no Poder Executivo estadual, em 1994, 1998 e 2000 a representatividade de mulheres eleitas para o cargo de Governador(a) do Estado manteve-se em 4%, com uma governadora eleita no universo de 27 governadores. Já em 2002, a representatividade passou a 8%, com

[1]Principalmente nos países da Escandinávia, Noruega, Suécia, e Dinamarca. (AVELAR, 2001).

> a eleição de duas governadoras. Na esfera municipal, apenas 9,1% dos municípios são chefiados por mulheres – 503 mulheres foram eleitas em 2008 no universo de 5.525 prefeitos eleitos. Em 1995, era de apenas 3% a representação de mulheres nos cargos de Prefeito(a), considerado o universo de 4.972 Municípios; e 5% em 1998 e 2000, considerando o universo de 5.505 Municípios. (PIOVESAN, 2011, p. 73)

Outro fator que determina a desigualdade das mulheres na política é o baixo status sociopolítico e econômico, proveniente do pouco acúmulo de capital político atribuído a pouca presença feminina nesses espaços institucionais. Segundo Avelar (2001), esse é um dos principais obstáculos à ascensão do poder, tanto nos parlamentos como em cargos de decisão. "Quanto mais alta a posição social de um indivíduo, maior a sua presença em altos cargos políticos e governamentais. O status se deve, entre outras coisas, à capacidade de gerar renda em função do seu trabalho." (AVELAR, 2001, p. 34).

Demo (2005) utiliza a e expressão "pobreza política feminina" para explicar por que as mulheres experimentam a exclusão. Para o autor, dependendo do grau de escolaridade, as desigualdades entre os sexos podem acabar mudando com o tempo, "se o aproveitamento escolar das mulheres continuar progredindo mais que o do homem. (DEMO, 2005, p. 103). Essa relação entre mulher e maior escolaridade acaba por produzir efeitos, como um número menor de filhos, um aumento da cidadania da mulher e seu enriquecimento político através de sua maior participação laboral no mercado de trabalho. "É certamente muito importante que a mulher ocupe seu espaço na sociedade e no mercado, não só para melhorar condições de sobrevivência material, mas principalmente para melhorar a qualidade da sociedade. Nesse sentido, mudar a mulher é, em grande medida, mudar a sociedade." (DEMO, 2005, p.109). É claro que há muito que se avançar rumo à igualdade entre os sexos, principalmente no mercado de trabalho, já que esses avanços continuam lentos. (AVELAR, 2001). Portanto, eliminar essas naturalizações de que mulheres pertencem à casa e o homem, ao mundo público, faz parte do processo em direção à paridade política entre os sexos. Na verdade, tanto um quanto outro devem ter os mesmos direitos sobre as formas e as escolhas de se caminhar entre esses mundos.

No tocante aos dados, alguns apontamentos sobre o Brasil e o número de candidatos(a) e eleitos(a) ajudam a traçar o perfil desses sujeitos:

> Em primeiro lugar, um maior grau de escolaridade das mulheres candidatas e eleitas para as Câmaras de Vereadores: enquanto as mulheres candidatas e eleitas têm em sua maioria ensino médio completo, o grau de instrução dos homens candidatos e eleitos é, na maioria, ensino fundamental completo. Este dado confirma uma tendência, já observada por muitos de que as mulheres, geralmente, apresentam uma maior escolaridade que os homens, no exercício de funções idênticas. Nas demais casas legislativas, nos níveis estadual e federal, esta diferença não se verifica, com a

> grande maioria dos candidatos e dos eleitos tendo como grau de instrução curso superior completo. Em segundo lugar, em relação ao estado civil, a maioria dos homens e mulheres, candidatos e eleitos, é casada. Mas, em comparação com os homens, há uma porcentagem menor de mulheres casadas em todas as casas legislativas. As mulheres solteiras, ou mesmo viúvas, têm uma maior expressão entre as candidatas e eleitas, o que nos lança a hipótese de que a estrutura familiar convencional e os encargos dela advindos resultem em dificuldades para a participação política das mulheres. Em relação à profissão, as professoras são a maioria das candidatas para todas as casas legislativas, no entanto, no que se refere às eleitas, as professoras só constituem a maioria nas Câmaras de Vereadores. Nas outras casas legislativas a maior porcentagem de mulheres eleitas refere-se à profissão "membro do poder legislativo", indicando ou a reeleição para o cargo, ou a vinda de um outro cargo legislativo. (MIGUEL, 2000, p. 169)

O que se observa é que apesar dos progressos inegáveis, as vidas política e parlamentar continuam dominadas pelos homens. A baixa representatividade das mulheres na política é uma das contradições da democracia ocidental apontada pelo feminismo desde as lutas das sufragistas europeias. Contudo, as mulheres vêm entrando em um ritmo constante no mercado de trabalho e assumindo postos de decisão, mesmo que lentamente. Nesse sentido, as mulheres atravessaram dilemas históricos na incessante busca da equidade em diferentes esferas na vida social, inclusive contra a prática da exclusão que foi deliberada a elas no campo da vida pública.

A participação feminina veio carregada de inúmeros obstáculos ao êxito. A inserção das mulheres na política institucional, em grande medida pode ser explicada pela "naturalização" da exclusão da participação feminina na vida do campo pública. Contudo, as mulheres demonstraram e vêm demonstrando capacidades sociais e políticas de se firmarem na política institucional, sendo inevitável não dizer da evolução do quadro feminino nesse espaço tão concorrido e desigual. Desse modo, a busca da ampliação da representação política das mulheres é um tema recente e que tem sido objeto de vários estudos no meio acadêmico. (ARAÚJO, 2005; AVELAR, 2001, SACHETT, 2010; PRÁ, 2010).

Diante desse cenário, este trabalho se propõe analisar a participação e a representação das mulheres nos cargos de direção de partidos políticos em Goiás no período de 1985 à 2013. Assim, o que motivou a execução deste estudo foi investigar a relação mulher e política, tratando de descobrir e definir as relações estruturadas entre masculino e feminino nessa esfera, especificamente as relações de gênero no âmbito das agremiações partidárias, e, sobretudo analisar a sub-representação feminina presente nos cargos de direção partidária.

Nesse sentido, é importante como tem sido amplamente analisado o tema para buscar entender as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres para entrar nesse tradicional reduto masculino e para participarem da elite partidária. A pesquisa tem como objetivo

entender como os partidos políticos, podem favorecer e/ou diminuir o desequilíbrio entre a representação de homens e mulheres nos cargos de direção. Pretende-se assim, contribuir com um olhar atento sobre tema tão relevante como o da participação política feminina, a partir da hipótese de que os partidos políticos funcionam como um sistema institucional que impõe obstáculos ou minimamente, não oferece incentivos à ascensão e permanência das mulheres na política.

O estudo tem como objetivo responder às seguintes indagações: qual é o espaço das mulheres nos partidos políticos em Goiás, especificamente nos cargos de direção? Como se dá a atuação das mulheres nesse ambiente, quando chegam a ocuparem esses cargos? Os partidos analisados serão PMDB, PSDB, DEM/PFL, PT e PCdoB, por cobrirem um espectro ideológico amplo e por constituírem uma força eleitoral significativa em Goiás no período analisado.

Para responder as perguntas levantadas pela pesquisa, esta dissertação se dividiu em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para que se pudesse identificar o grau de inserção de mulheres nos quadros dirigentes dos partidos analisados. O segundo realiza uma revisão da literatura sobre mulheres e representação política. O conceito de gênero também é discutido, pois subsidia fundamentais elementos para a explicação da sub-representação feminina. Além disso, o capítulo remonta a evolução da cidadania feminina no Brasil e suas implicações.

O capítulo seguinte analisa os partidos políticos, suas funções e o papel para o funcionamento dos regimes democráticos, compreendendo como essas organizações se estruturaram e se desenvolveram ao longo do tempo. O quarto capítulo se dedica a análise dos dados coletados durante a pesquisa. O mapeamento das composições das Comissões Executivas Estaduais permite traçar o perfil dos partidos políticos quanto à inclusão de mulheres nos seus cargos de direção. No capítulo cinco é realizado um diagnóstico qualitativo dessas participações por meio de depoimentos de homens e mulheres integrantes da elite partidária.

A mobilização e inserção das mulheres nos movimentos e organizações sociais têm sido bastante efetivas. Por outro lado, a integração de mulheres na política institucional acontece de forma tímida, principalmente quando se refere aos partidos políticos e suas formas distributivas de poder nas instâncias de maior força na vida do partido político. Essa é uma das lacunas que esse estudo visa compreender, analisar a ausência de mulheres em uma das esferas da vida partidária. Certamente, as falas dos que ocuparam os cargos de maior poder, muito contribuirão para explicar as causas e diferenças entre essas instituições para a

compreensão dessas desigualdades.

CAPÍTULO 1

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA

Para analisar a baixa participação feminina nos cargos dirigentes e nas esferas de decisão dos partidos políticos, apontaremos alguns fatores explicativos para esse fenômeno, conforme menciona Pinheiro (2006, p. 107):

> a socialização diferenciada para meninos e meninas que, em geral, não considera a política como sendo componente essencial das mulheres e constrói um *habitus* político tipicamente masculino; as estruturas familiares e as dificuldades de conciliar vida privada e vida pública originadas também de papéis culturalmente definidos; o baixo acúmulo de capital político experimentado pelas mulheres ao longo de sua vida; as dificuldades encontradas já no âmbito dos partidos políticos, dentre as quais se destacam pouco apoio e incentivo para as campanhas, e a lógica puramente eleitoral que permeia suas atuações, a falta de treinamento e o próprio sexismo.

As afirmações acima nos permite afirmar que o processo de construção de *habitus* é mediado por valores culturais e referências identitárias. De acordo com Bourdieu, o *habitus* pode ser compreendido como:

> [...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis, integrando todas as experiencias passadas. Funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas. (BOURDIEU, 1994, p. 65).

Aplicando essa noção de *habitus* à política, onde destaca que a todo *habitus* político, corresponde necessariamente campo político, Pinheiro (2006) direciona sua análise para o enfoque desses conceitos, pois permitem identificar elementos que contribuem decisivamente para a conformação do exercício parlamentar e político feminino.

Essas noções norteiam esta investigação com vistas à aprofundar o tema mulher e política. Por isso, este trabalho pretende investigar quais foram os mecanismos disponibilizados para que as mulheres estivessem deslocadas da direção partidária, e uma vez inseridas, como se estabelece essa participação na estrutura interna da referida instância.

Para compreender e explicar a participação e a representação das mulheres nos partidos políticos em Goiás optou-se pela pesquisa documental, por meio da utilização de dados primários (composição e perfil do grupo dirigente dos partidos a serem analisados) e análise qualitativa, ou seja, entrevistas em profundidade com lideranças e militantes partidários. O estudo foi realizado em três etapas: 1) revisão da literatura sobre participação, representação política feminina e partidos políticos; 2) coleta de dados e análise das

informações coletadas nas agremiações partidárias; 3) por fim, realização de entrevistas em profundidade.

A revisão da literatura consistiu na leitura crítica e análise de respectivas produções relacionadas às teorias sobre representação política, participação política, gênero, partidos políticos e vertentes teóricas vinculadas às essas instituições. Através de um levantamento exaustivo, a segunda etapa se deu pela busca de informações e a análise de documentos disponíveis nos partidos políticos, especificamente os que se relacionavam à composição da Comissão Executiva Estadual. Essa instância partidária foi escolhida para análise, por que é o espaço por excelência das elites partidárias e onde engendram sua força, deliberando os caminhos e estratégias a serem seguidos pelo partido. Esses dados foram analisados a partir de um recorte de tempo, entre 1985 à 2013[2], a fim de possibilitar uma reflexão mais ampla em relação ao desenvolvimento dos partidos em relação às mulheres. Além disso, todos esses dados foram analisados de maneira comparativa entre os partidos.

Na segunda etapa, de modo que se pudesse analisar qualitativamente a atuação e situação das mulheres submetidas a esse ambiente institucional, a coleta de dados foi realizada por meio de um roteiro de entrevistas direcionando aos que já tivessem ocupado cargos na Comissão Executiva Estadual dos partidos políticos escolhidos para o estudo (PSDB, PMDB, PT, PCdoB e PT). Inicialmente seriam realizadas dez entrevistas com as mulheres, mas como o DEM (antigo PFL) não acolheu nenhuma mulher naquele espaço, foram selecionadas oito mulheres, duas de cada partido, as quais concederam seus depoimentos a partir de entrevistas semiestruturadas guiadas por um roteiro pré-determinado, porém não fechado. Assim, foram entrevistadas oito mulheres que ocuparam algum cargo de direção nos partidos selecionados. Esses depoimentos permitiram que se identificasse o perfil e as práticas exercidas pelas mulheres que atuam na política bem como os possíveis entraves e/ou incentivos dos partidos para sua carreira. Foram também entrevistados um integrante da elite dirigente de cada partido, trabalhando hipoteticamente que a liderança desses partidos seja composta fundamentalmente por homens.

No que tange às informações coletadas nas entrevistas, alguns fatores foram analisados tendo em vista os seguintes aspectos:

1) Cargos de direção ocupados: a concentração das mulheres em determinados cargos;

2) Conhecimento do perfil das entrevistadas: investigação de suas trajetórias

[2] O período escolhido para análise, 1985-2013, foi considerado importante, pois significou um momento histórico de reorganização dos partidos políticos brasileiros, a partir da Reforma Partidária de 1985.

políticas [nível de capital político e sua relação com os cargos ocupados dentro dos partidos políticos];

3) Verificação das discriminações de gênero: As falas foram utilizadas para conformação e interpretação das perguntas de pesquisa propostas, a fim de auxiliar aos estudos referentes às questões vinculadas ao gênero e política. É importante lembrar que a ocupação de cargos de direção partidária é resultado de uma intensa luta política, às vezes dissolvida pelos ainda obstáculos existentes. Cabe à pesquisa identificá-los e analisá-los, através de procedimentos metodológicos combinados. Esta abordagem busca esclarecer as dúvidas que surgiram na análise dos dados quantitativos, como entender de maneira mais elucidativa as estratégias e quando foram "permitidas" a entrada da mulher na elite dirigente dos partidos políticos, acerca de suas práticas e participações nesse espaço. Este processo permitiu questionar e investigar não só a distribuição de poder dentro dos partidos, como também o sentido de sua ação política.

1.1 A coleta de dados

Como parte primária desse trabalho, proveniente do caráter quantitativo do estudo, a coleta de dados privilegiou investigar a composição da Composição da Comissão Executiva de cada partido político analisado. Depois de identificado o universo dos partidos políticos a serem investigados, o primeiro passo foi entrar em contato com as sedes dos partidos e seus respectivos Diretórios Regionais, ambiente onde a coleta de dados ocorreu.

Nessa primeira etapa coletaram os dados provenientes das atas de reuniões, nas quais foram identificados os nomes dos empossados em cada eleição da Comissão Executiva, a fim de identificar quando e de que forma as mulheres foram se apresentando nesses postos de direção. Os cargos analisados foram: presidente, primeiro vice- presidente, segundo vice-presidente, em alguns casos terceiro vice-presidente, secretário adjunto, primeiro secretário, tesoureiro e líder da bancada.

Nenhum partido político se negou de forma explícita a apresentar as atas, no entanto, alguns apresentaram dificuldades para tal ou apresentaram deficiências quanto aos documentos disponíveis existentes, como o caso do DEM e PSDB. No caso do DEM não conseguimos encontrar os livros de atas de reuniões provenientes do período requisitado, embora tenhamos identificado resistências quanto ao fornecimento dos livros. Já o PSDB não possui documentos anteriores ao ano de 1994. Portanto, foi necessário recorrer ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral) onde o mesmo disponibilizou arquivos ainda não digitalizados,

e portanto, sem acesso fácil, sendo preciso dias de visita até o espaço físico do TRE para encontrar documentos que se relacionassem com a Composição Executiva do DEM e de outros períodos do PSDB. De certa forma, a maioria dos partidos políticos não ofereceram grandes resistências ao prover acesso aos livros. No caso do PT foi preciso que se esperasse a volta da pessoa responsável pelos livros que se encontrava em licença. No caso do PCdoB foi necessária a autorização do atual Secretário de Organização. No PSDB, tudo se seu muito tranquilamente. Os livros foram entregues na sede do partido e lá mesmo foi autorizado que se efetuasse a fotocópia dos mesmos. Da mesma forma, no PMDB, onde a própria secretária copiou as partes que cabiam às eleições da Comissão Executiva regional em cada gestão. Os dados referentes ao DEM foram coletados através de uma busca nos arquivos do TRE, também autorizado e acompanhado por uma servidora pública pertencente à Sessão dos Partidos. O Diretório Regional do DEM não disponibilizou os livros, alegando o sumiço dos mesmos. Os dados obtidos dessa fase foram organizados em quadros construídos a partir dessa coleta para que se possibilitasse uma visualização clara de como essas comissões foram sendo ocupadas. (Ver anexo 4).

Na fase em que a metodologia privilegiou uma abordagem qualitativa, isto é, a realização de entrevistas, optou-se por trabalhar somente com mulheres e homens pertencentes aos partidos políticos escolhidos e que já tivessem ocupado algum cargo de direção. Isso demonstra a necessidade de verificar a qualidade dessas ocupações e as razões para a sub-represenção feminina no quadro de dirigentes. Abre-se aqui a possibilidade de explicitar o processo de interpretação dos dados, ou "descrever as qualidades de determinados fenômenos ou objetos de estudo". (CORTES, 1998, p. 12).

1.2 As entrevistas

O material resultante desta fase do trabalho qualitativo provem de entrevistas em profundidade, individuais e não-diretivas realizadas com oito mulheres, duas de cada partido e que desempenharam funções nos cargos de direção dos respectivos partidos aos quais estavam filiadas. O mesmo foi realizado com um homem dirigente de cada partido. No total, foram realizadas 13 entrevistas.

Nessa fase do estudo buscamos verificar qual a estratégia dos partidos em termos de adesão das mulheres aos espaços direção, identificando as causas e os efeitos do ingresso ou não de mulheres nos espaços de poder. O debate entre Nancy Fraser e Axel Honeth (2003) nos propõe a avaliar o nível de integração entre as mulheres que se firmaram nas instituições

partidárias, no sentido de observar como se desenvolveu o reconhecimento e redistribuição do poder, ou se isso nunca existiu nesse ambiente. Frazer e Honeth (2003) reivindicam que em termos de participação, os indivíduos devem estar “em pé de igualdade”. Para que isso aconteça, duas condições devem ser atendidas: a condição objetiva, que é o acesso igualitário aos recursos materiais de forma que estes garantam que os participantes tenham independência e “voz”, e a condição intersubjetiva, que é a oportunidade igual para todos de atingir estima social através de modelos institucionalizados de valores culturais que expressem e garantam igual respeito por todos os participantes. Assim, esse debate também contribui para a observação da existência de uma articulação de mulheres que vinculem subjetividade e mobilização nessa arena política.

Contudo, com o intuito de se prevenir um olhar ingênuo acerca dos problemas de pesquisa trazidos, como a forma como os partidos deveriam ou devem aderir políticas de gênero ao seu programa, relutando contra um caráter deontológico de pesquisa, os procedimentos metodológicos em sua combinação tem por intenção esclarecer como essas instituições agregam mulheres em seus cargos de direção e distribuem o poder entre a elite partidária.

CAPÍTULO 2

MULHER, GÊNERO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Uma mulher em público está sempre deslocada.
Pitágoras

"A política não é coisa de mulher", é uma das expressões do senso comum que se pode escutar de forma recorrente. A participação feminina na arena política conquistada num período relativamente recente vem sendo analisada em vários trabalhos acadêmicos (Sacchet, (2009); Araújo (2005), Avelar (2001), Phillips (1995) sob diferentes perspectivas que remetem ao ideal democrático e pressupõe a capacidade das instituições de agregarem em seus espaços, mulheres e/ou minorias, garantindo sua participação e representação efetivas.

A baixa presença feminina nos espaços formais da política viola o princípio democrático, ou seja, "um processo de organização do sistema político, com engrenagens que favorecem a participação do indivíduo na *pólis*." (ÁLVARES, 2001). Como as mulheres constituem um grupo que é afetado pelas decisões políticas, elas devem e podem participar, intervindo nos processos decisórios, bem como tendo direito a que seus interesses estejam refletidos nos espaços de decisão. (PINHEIRO, 2006). Ademais, as mulheres incluem-se em um grupo de cerca de 50% da população[3], ocupando apenas um número ínfimo de cadeiras no parlamento, sendo esse um fenômeno praticamente global, não circunscrito somente ao Brasil.

Sob essa perspectiva, os estudos sobre representação política feminina foram se constituindo a respeito de uma atividade social e política mais inclusiva. Desse modo, Phillips (1995) sugeriu um novo debate acerca da igualdade política. A contribuição dessa autora remete aos termos política de ideia e política de presença. Isso quer dizer que embora a presença não garanta a ideia, não bastando mulheres no parlamento para que seus direitos sejam defendidos, a presença estimula uma representação mais justa. "A política de ideias nem sempre pode se comprometer o bastante com o sentimento de exclusão política amplamente definidos por seu gênero, etnia e raça."

> Mas quando a política de ideias é tomada isoladamente, do que eu chamo de politica de presença, ela não dá conta adequadamente das experiências daqueles grupos sociais, que em virtude de suas raça ou etnia, ou religião ou gênero, têm se sentido excluídos. Exclusão política é crescentemente- eu acredito acertadamente – vista em

[3] Segundo o TSE, as mulheres brasileiras representam 51,77% do eleitorado Nacional brasileiro.

> termos que só pode vir a termos pela política de presença, e que muito destes desenvolvimentos dependem de um entendimento mais complexo da relação entre ideia e experiência. (PHILLIPS, 1996, p. 141).

É nesse sentido que a autora sugere que os interesses de mulheres e/ou das minorias possam estar mais seguros nas mãos daqueles que compartilham suas experiências. Não que a presença garanta totalmente a representação dos que estão ausentes, de modo que política de ideias baseia-se mais nas propostas do representante, ou seja, o que o representante representa, ao passo que política de presença tem como importante referência as características, ou seja, quem é o representante.

> Muitos dos argumentos correntes a respeito da democracia giram em torno do que podemos chamar de demandas por presença política: demandas pela representação igual de mulheres e homens; demandas por uma proporção mais parelha entre os diferentes grupos étnicos que compõem cada sociedade; demandas pela inclusão política de grupos que começam a se reconhecer como marginalizados, silenciados ou excluídos. Neste importante reenquadramento dos problemas da igualdade política, a separação entre quem e o quê é para ser representado, bem como a subordinação do primeiro ao segundo, está em plena discussão. A política de ideias está sendo desafiada por uma política alternativa, a de presença. (PHILLIPS, 2001, p. 272).

A principal preocupação da autora é com os mecanismos, mais especificamente políticos, que associam representação justa com presença política e que enfatizam mudanças no nível político: isto é, "medidas que veem o gênero, raça ou etnicidade dos representantes como uma parte importante daquilo que os torna representativos e procuram alguma garantia de presença igual ou proporcional." (PHILLIPS, 2001, p. 278).

A democracia e o seu desenvolvimento durante os séculos XIX e XX elevou a cidadania para um caráter mais universal, demolindo as barreiras que excluíam mulheres e outras minorias. "Os debates seguintes focaram-se no que faltava — na forma de igualdades mais substantivas em nossa vida social e econômica — para realizar a promessa da igualdade democrática." (PHILLIPS, 2001, p. 278) Além do mais, a presença é um espaço de direito e de conquista política para as mulheres. A guisa de justificativa, Miguel afirma:

> As mulheres se devem representar não porque sejam os vetores de uma 'política desinteressada' mas, ao contrário, porque possuem interesses especiais legítimos, ligados ao gênero, que precisam ser levados em conta. Quando o sistema político está estruturado de forma tal que veda ou obstaculiza a expressão destes interesses (ou de quaisquer outros), revela-se injusto. (MIGUEL, 2001, p. 264).

Quando a expressão de interesses, suas demandas e deliberações ficam nas mãos de somente uns, muito se discute sobre os donos do poder na sociedade. É por isso que Sartori

conclama a democracia como um regime que institui o poder ao povo, numa perspectiva que o autor denomina de operativa, um sistema de governo que deve se inspirar no princípio da maioria limitada a moderada, a fim de respeitar os direitos das minorias. Mas se o povo é declarado titular do poder, quem o exerce? A titularidade e o exercício do poder devem ser separados para depois vinculá-los por meio dos mecanismos representativos, como Sartori mesmo explica:

> (...) es preciso distinguir entre la titularidade y el ejercicio del poder. La titularidade dice: el poder me corresponde por derecho , es mío por derecho. Sí, pero aqui temos tenemos solo um derecho. Y lo que cuente és el ejercicio. El poder efectivo es de quien lo ejerce. La pregunta crucial, enctonces, es: ¿cómo hay que hacer para atribui al pueblo, titular del derecho, el derecho – poder de ejercerlo? La respuesta es, sucintamente, que la solución a este problema há de buscarse, em uma democracia representativa, em la transmision representativa del poder. (SARTORI, 2009, p. 21).

Dessa forma o poder é de fato de quem o exerce, por isso corre-se riscos decorrentes da transferência de poder através dos mecanismos eleitorais. Sobre o tema, Sartori afirma que, "as decisões eleitorais são, enquanto decisões, muito vagas, já que não decide as questões, mas decide quem decidirá as questões." (SARTORI, 2009, p. 34). O autor considera que a "democracia eleitoral", termo destacado pelo autor, não se tornou muito eficaz, pois não satisfaz os critérios básicos de inclusão e competição a todos os grupos. Bobbio (1996) também argumenta que nas eleições não se escolhe "o que" será feito, o que podia encerrar valores substantivos, mas "quem" fará. Se de um lado, a democracia como participação, expressa a ideia de que existe um cidadão participante que decide as mesmas questões em vez de delegar aos seus representantes tendo essa participação um "caráter, ativo, voluntário e pessoal" (SARTORI, 2009, p. 35), de outro, somente a representação solucionaria os problemas que ocorreriam caso todos resolvessem participar ativamente.

É dessa forma que Young (2006) declara que a representação é necessária, porque de certa forma, acaba por cobrir algumas complexidades que a democracia oferece. Sem dúvida,

> uma democracia forte deve conter características da democracia direta, como o plebiscito. Mas nem sempre todo indivíduo será capaz de estar presente em todos os organismos deliberativos que afetam sua vida e seus interesses, pois eles são numerosos e muito dispersos." (YOUNG, 2006, p. 144).

Para Dantas (2011), a questão da sub-representação se apresenta quando se suprime alguma minoria do processo democrático, já que não há condições de uma intermediação argumentativa que lhe assegure o pleno exercício dos direitos fundamentais. Assim, o autor entende

> que um direito democrático não pode coexistir com a desigualdade extrema, sendo, portanto, a efetivação dos diretos fundamentais, condição da democracia que fora de um contexto de igualdade material razoável não pode se realizar, já que as deliberações não seriam feitas por pessoas em situação discursiva compatível. (DANTAS, 2011, p. 64).

O regime democrático tal como ele se apresenta hoje, estabelece leis que possibilitariam a igualdade política, no entanto, essas possibilidades são totalmente influenciadas pelos frustrados processos de formação da autonomia de alguns grupos, engendrados por desigualdades sociais e intelectuais. Dessa forma, para que a constituição se cumpra, ou para que um bom exercício da democracia se cumpra, é necessária a efetivação material da igualdade e da liberdade. "A realização prática dessa igualdade é condição da democracia, na medida em que só assim pode haver interação equitativa entre os atores políticos nas deliberações democráticas." (DANTAS, 2011, p. 66) Espera-se que essa discussão possa sempre contribuir para o aprofundamento da democracia, possibilitando, necessariamente, a ampliação da ocupação dos espaços de poder e decisão pelas mulheres do Brasil, que no caso reflete nosso estudo.

Sendo assim a representação das mulheres pode ser entendida como desigual por não haver condições de socialização equitativas nos espaços da política entre os sexos. O regime democrático e suas instituições e regras não excluem as mulheres do jogo político. Essa é uma situação decorrente das diferenciações estabelecidas entre o que é ser homem e o que é ser mulher e que refletem nos comportamentos de inclusão e exclusão de sujeitos políticos na arena institucional. As mulheres têm procurado vencer os obstáculos que lhes são impostos por alguns fatores, como a própria naturalização da diferença entre os sexos, a tardia inclusão e emancipação política feminina e seu suposto inclinamento às políticas específicas, como às esferas de cuidado (políticas de saúde e assistência social) Nesse caso, o que entra em jogo,

> é a possibilidade de se alcançar o pluralismo de perspectivas que caracteriza sociedades tão fragmentadas como as contemporâneas, de superar ondas limites impostos pelas desigualdades estruturais, que alocam em proporções diferentes, segundo os grupos sociais, a capacidade de intervir no campo político. (PINHEIRO, 2006, p. 95).

Portanto, a ideia subjacente a essa questão é a de que homens e mulheres possam pensar de forma diferente, o que não se faz por razões naturais. As vozes femininas são certamente diferentes porque a organização da sociedade impõe experiências diferenciadas e, portanto, se interessam por temas situados em esferas distintas. A essa vivência social, delimita-se os estudos de gênero e suas diferentes vertentes.

2.1 Gênero e Política

Compreender e explicar as razões da baixa participação e representação feminina nos cargos de direção e decisão partidária é o objeto central desse trabalho, como mencionado anteriormente. Mas antes disso, é necessário que se analise os fatores que explicam a exclusão da mulher, não só nesse campo institucional, mas também suas origens e características. É certo que a política institucional oferece um caminho mais estreito para a inclusão da mulher do que o próprio mercado, de modo que as mulheres têm mais dificuldades em ampliar sua participação na carreira parlamentar, devido às dificuldades tais como a de conciliar carreira política com vida privada (GROSSI & MIGUEL, 2001). Observa-se que mesmo a presença de mulheres nos cargos públicos ser ínfima, devido à sua persistente sub-representação, "o seu acesso ao poder está em total contraposição à crescente presença delas na força de trabalho." (TAVARES, R. 2011; p. 12). A política aparece como um campo de batalha, onde a mulher muitas vezes pôde ser considerada como intrusa. Esse panorama é assim apresentado porque a sociedade civil como um todo é patriarcal, como disse Pateman (1993). "As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública."

Os estudos que tratam o tema da diferença avaliam as razões da sub-representação feminina, considerando não só o sistema político e o sufrágio universal masculino, que por um longo período impossibilitou a participação da mulher, como também um mercado de trabalho sexualmente segregado, uma educação com instituições socialmente masculinas entre outros fatores. (SCOTT, 1989, p. 22).

A partir da perspectiva da sub-representação, adota-se a categoria de análise *gênero*, construída e utilizada mais recentemente, quando as feministas começaram a utilizar este termo para orientar as construções entre feminino e masculino como estabelecimento de relações sociais. A palavra gênero, nos moldes das ciências sociais é compreendida "no sentido mais literal, como maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos." (SCOTT, 1989, p. 2). Ademais, o termo proposto, gênero, tinha como principal intenção propor novas pesquisas sobre mulheres e a transformação dos paradigmas em cada disciplina.

> No seu uso mais recente, o "gênero" parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos

> estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado. (SCOTT, 1989, p. 3).

Dessa forma, principalmente no que concerne à rejeição do determinismo biológico, desenvolve-se nesse trabalho a análise acerca das relações de gênero no interior dos partidos políticos, mostrando-se importante na medida em que o par masculino-feminino revela-se como uma construção social e cultural. Além disso, um estudo sobre gênero implica, necessariamente, um estudo sobre relações de poder. (TAVARES, 2002, p. 132).

A noção de gênero é explicitada aqui, como unidade de análise para explicar o comportamento das mulheres desde a esfera da vida cotidiana até sua ocupação nos espaços políticos. No que concerne ao mundo político, sabe-se muito do crescimento do ativismo das mulheres que têm demonstrado uma presença mais efetiva nos espaços públicos do Brasil, mas mesmo diante de tantos avanços, a política ainda imprime barreiras contundentes em relação à entrada e participação efetiva da mulher, destacando as desigualdades de gênero presente nesse campo.

Nascido no âmbito dos movimentos de mulheres que lutavam contra a desigualdade, como o feminismo, o termo gênero surge no intuito de "desnaturalizar" diferenças apresentadas entre homem e mulher, sendo na verdade, diferenças construídas socialmente. Assim há reconhecimento da existência de construções sociais que definem o que é ser homem e o que é ser mulher e que orientam o estabelecimento de relações sociais, construindo "preferências" que resultam em comportamentos e em representações diferenciadas entre os sexos (PINHEIRO, 2006, p. 4).

O uso da categoria gênero implicou assim, o desafio de romper com a hegemonia do discurso biológico, o qual interpreta as diferenças entre homens e mulheres determinadas somente pela biologia. Scott (1994) aponta que "[...] o termo gênero torna-se uma forma de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados ao homem e às mulheres".

Pinheiro identifica dois aspectos centrais à definição de gênero:

> Um aspecto remete à ideia de que o biológico não é capaz de explicar os diferentes comportamentos de homens e mulheres, que são, produtos sociais, aprendidos, internalizados e reproduzidos. O outro aspecto refere-se à noção de um poder que é desigualmente distribuído entre os sexos. Se esse poder coloca as mulheres em posição de subalternidade, o conceito de gênero aproxima-se ao de patriarcado, pois acaba-se por constituir-se um sistema de dominação das mulheres pelos homens. Não se deve, porém, proceder à redutora substituição de um conceito pelo outro,

> pois, se gênero remete à relação entre sexos que não determina previamente o pólo dominante, no patriarcado o pólo dominante é, por definição, o homem. (PINHEIRO, 2006, p.68).

Tomando o sistema de relações de gênero como sendo socialmente construído, a definição de Scott (1989) apresenta-se em duas partes: "o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder." A autora também contesta as definições dos antropólogos, quando estes utilizam a concepção de gênero somente pela via do parentesco. "O gênero é construído igualmente na economia, na organização política e, pelo menos na nossa sociedade, opera atualmente de forma amplamente independente do parentesco." (SCOTT, 1989, p. 22). Portanto, discutir gênero é rechaçar os determinismos biológicos, ou seja,

> gênero é igualmente utilizado para designar relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as "construções sociais" - a criação inteiramente social das ideias sobre os papeis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. (SCOTT, 1989).

No entanto, Scott se incomoda com "a fixação exclusiva sobre as questões relativas ao sujeito individual e a tendência a reificar como a dimensão principal do gênero, o antagonismo subjetivamente produzido entre homens e mulheres." (SCOTT, 1989, p. 30) Sobre isso, ela avalia que devemos estar mais atentos às distinções entre nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar. "Temos que encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica, aceitando que diferenças sexuais têm sido concebidas em termos de dominação e de controle de mulheres."

Algumas correntes propõem a desconstrução do conceito de gênero, mas não com o intuito de destruí-lo. Pinheiro explica que:

> […] argumenta-se não haver uma experiência comum "das mulheres", generalizável a partir da vivência de gênero e coletivamente compartilhada através das culturas e da história. Há ainda, a crítica aos dualismos adotados na teoria de gênero, como: sexo X gênero, natureza X cultura. Para Bultler, nesse caso, também se cai no determinismo, pois se parte da ideia de que o sexo é natural e o gênero é construído, então a cultura se torna o destino. "Talvez o sexo tenha sempre sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero torna-se cada vez absolutamente nenhuma. O sexo deixa de ser considerado natural, para ser, também, cultural, o que remete a

> outras críticas que dizem respeito à falta de problematização no conceito de gênero e relação com o desejo.” (PINHEIRO, 2006, p. 69).

Não abandonando as críticas, o que se quer aqui é estabelecer relações entre gênero e política, ou seja, gênero e poder, inclusive nos partidos políticos. Nessa perspectiva, Tavares relata que,

> um estudo acerca das relações de gênero em um partido político pode contribuir para compreender como se desenvolvem suas relações internas do poder. Mais do que isso, pode ser um instrumental válido para analisar os próprios significados construídos e compartilhados pelos membros desse partido em relação ao poder que buscam conquistar nas disputas políticas. A construção que seu discurso elabora em torno do masculino e do feminino diz muito do seu caráter do poder que pretende insistir. (TAVARES, 2002, p. 133).

Nessa direção, Michelle Perrot (1988) demonstra que a rigidez das fronteiras entre o público e o privado é uma construção do século XIX, quando houve a constituição de um espaço político que se confundiu com o espaço público e do qual as mulheres foram excluídas. A partir daí, foi atribuído às mulheres apenas o poder informal ou social. O poder político passou a ser identificado com o masculino e as mulheres ficaram restritas a vida familiar e privada. Por conseguinte, uma série de fatores pode ser destacada para explicar este crescimento tão lento da inserção e representação política feminina. De acordo com Simões e Matos (2010):

> [...] dentre esses fatores situamos a socialização de gênero relacionada à cultura política mais ampla do país. Mas também é destacável a importância de regras e procedimentos de democracia brasileira, sejam estas formais ou informais, que tem igualmente contribuído para manter as mulheres distantes das esferas de tomada de decisão e de poder. Dentre este conjunto de fatores destacaríamos: a) as muitas barreiras dentro dos partidos políticos; b) o próprio formato do sistema eleitoral brasileiro – um sistema proporcional de listas abertas – e a ineficácia da legislação relacionada às cotas. c) outros conjuntos de fatores relacionados aos desafios que as mulheres precisam enfrentar depois de terem sido eleitas. (SIMÕES E MATOS, 2010, p. 31).

Dentre os fatores fomentados muito pela discriminação, impostos ao feminismo e à cidadania das mulheres, as influências religiosas podem ser determinantes, em vista do fato de que tal tradição está muito presente no cotidiano da política de assistência social.” (MARIANO, 2010, p. 42). Scott (1989), também exemplifica os grupos religiosos que ligam suas práticas à restauração do papel “tradicional” das mulheres, “supostamente mais autêntico, enquanto que na realidade têm poucos antecedentes históricos que testemunham a realização inconteste de um tal papel.”.

Além da religião, Mariano (2010) afirma que a família também serve como categoria que desfoca a individualidade das mulheres. Para a autora, a função reprodutiva fixa a mulher nos arranjos culturais da sociedade, apenas ao papel doméstico. Essa conexão só pode ser explicada pela combinação de arranjos culturais com as características biológicas. Todas as desigualdades latentes vivenciadas por mulheres e homens no que concerne às funções que desempenham na sociedade, em suas vidas privadas e públicas, resultam de diferenças muito mais amplas do que somente a biológica. De fato, podemos afirmar serem elas resultado de diferenciações de gênero.

Logo, a categoria *gênero* surge principalmente nos movimentos políticos e é inicialmente difundida por feministas "para enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, ou seja, na rejeição do determinismo biológico embutido em termos como sexo e diferença sexual". Pinheiro ainda afirma que "a adoção do conceito de gênero, em substituição aos termos mulher e feminino, foi utilizada por favorecer a aceitação acadêmica dessa área de pesquisa, uma vez que despolitizou uma problemática que, tendo se originado no feminismo, mobilizava preconceitos." (PINHEIRO, 2006, p. 69). Devido ao próprio déficit de pesquisas sobre o tema mulher e política dentro das universidades e espaços de conhecimento, o feminismo renova as formas de conhecimento quanto ao estudo acadêmico e diversifica as frentes de atuação em diferentes espaços: grupos de reflexão e núcleos de estudo dentro e fora das universidades. (MATOS E CORTÊS, 2011).

Sobre a luz da esperança de um desenho institucional no qual se incluam mais mulheres, Simões e Matos afirmam que há

> [...] tendências em curso como "uma quarta onda" do feminismo no país que poderia, por sua vez, ser definida como um processo de "democratização de gênero no âmbito das instituições e da (re)formulação de políticas públicas", assim como de revitalização da agenda clássica do feminismo na busca por direitos, desta vez a partir dos desafios colocados pelo movimento contemporâneo de transnacionalização do feminismo e de globalização das agendas locais das mulheres. (SIMÕES E MATOS, 2010, p. 17).

No que tange à dimensão política, o que importa aqui não é detectar uma forma de fazer política feminina calcada no pressuposto da ética ou honestidade se compararmos aos homens, já que para este estudo compreende-se que esses são estereótipos culturais que ainda impregnam as mulheres que detêm poder na política. A razão em visualizar essa participação neste estudo é identificar os mecanismos que ainda insistem na sub-representação das mulheres nos espaços políticos, o que no caso do trabalho, se encontra no ambiente de lideranças partidárias. Contudo, as discussões sobre participação pressupõem a existência de

cidadãos capazes de participar da vida política e de nela atuarem como representantes e representados. (PINHEIRO, 2006, p. 18).

Parece assim haver novos movimentos atravessando os espaços democráticos para que se incluam mais mulheres, além de observar mulheres mais atuantes e conscientes da necessidade de romper barreiras em direção à equidade política. No âmbito dos partidos políticos, a amplitude do conceito *gênero* e suas discussões pontuais revelam o desafio para que esses espaços e seus sujeitos "transformem essa questão numa pedra angular da modernização" das instituições", respondendo as reivindicações por uma cidadania política feminina mais plena e destacada. (HIRATA, 2009; p. 170).

2.2 Cidadania, participação política feminina e seus desafios

No Brasil, desde 1932, as mulheres vêm obtendo conquistas lentas e contínuas pelo direito à cidadania, ampliando o processo de participação política na arena institucional. Foi naquele ano, que Getúlio Vargas promulgou o Novo Código Eleitoral (Decreto 21.076/32) que estendia às mulheres brasileiras o direito de votar e serem votadas.

> Na eleição de 1934, a primeira após a conquista feminina, 214 deputados federais são eleitos, dos quais apenas uma mulher titular – Carlota Pereira de Queiroz – e um suplente – Bertha Luz, empossada após a morte de um dos deputados, em 1936. Havia também 40 deputados classistas, eleitos indiretamente pelos sindicatos, sendo uma única mulher – Almerinda Farias Gama, representante do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos e da federação do Trabalho do Distrito Federal. Além da pouca força do movimento feminista, "o preconceito contra as sufragistas, o não envolvimento de mulheres de outras classes e o pequeno número de candidatas pôde explicar o fraco desempenho nessa primeira eleição. (PINHEIRO, 2006, p. 30).

De acordo com Simões e Matos (2010), podemos considerar que as primeiras ondas dos movimentos feministas e de mulheres se concentravam sobre demandas universalistas (condições de vida, moradia, trabalho, educação e saúde) presentes numa variedade de movimentos sociais e de classe.

Durante muito tempo, os analfabetos e as mulheres foram excluídos da cidadania política.[4] Para que a ampliação de direitos acontecesse, foi necessária uma maior organização política e a estruturação de identidades, coletivas e autônomas, com uma ideologia política que estruturasse as ações. Como esse é um processo que nunca ocorre espontaneamente, foi

[4] Conforme Avelar (2002), essa discriminação decorre ao fato de a Constituição de 1891 ter retirado um dispositivo que obrigava ao Estado fornecer instrução primária, e, sem ela, não havia como chegar a ser eleitor.

crucial a presença de atores políticos engajados, como os movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos para organizar e agregar os interesses. Conforme afirma Avelar:

> As lutas proletárias que se sucederam do final do século XIX, o associativismo em todas as suas formas, a organização dos partidos políticos, tornaram-se os instrumentos especializados para articular e agregar as necessidades de variados segmentos sociais. Os partidos de quadro refletiam os interesses dos que desfrutavam posições privadas privilegiadas. Os partidos de massa, por outro lado, refletiam a ampliação da participação política na sociedade, congregando indivíduos e segmentos que, por não gozarem de posições privadas privilegiadas, só poderiam reivindicar seus interesses por meio da organização política. Ficaria evidente que a conquista da igualdade formal é diferente da igualdade real, os direitos da cidadania sendo muito lentamente ampliados para os segmentos desprivilegiados. (AVELAR, 2002, p. 44).

Avelar (2001) destaca que "se recuperarmos as primeiras manifestações das mulheres brasileiras na direção de maior igualdade, veremos que a estrutura da sociedade patriarcal e a posição das mulheres na hierarquia social constrangiam manifestações mais incisivas". (AVELAR, 2001, p. 18). Muitas ações foram realizadas em direção à contínua exclusão da mulher da política[5], bem como de qualquer meio que a imputasse possibilidades de se livrar da ignorância e da dependência masculina. Os argumentos utilizados para que se continuasse essa situação, foram, durante muito tempo, amparados por uma legislação que excluía os direitos políticos das mulheres. Esse cenário foi sendo mudado de forma paulatina.

> No Brasil, houve uma gradual mudança das normas legais e vigentes nas Cartas Constitucionais. Das Ordenações Filipinas (elaboradas pelos portugueses em 1603 e mantidas em vigor até 1916) à Constituição de 1988, emendas constitucionais, leis e decretos têm recuperado, do ponto de vista legal, o princípio de igualdade civil e político no tratamento devido às mulheres brasileiras. [...] A legitimação igualitária da cidadania formal das mulheres foi uma das grandes batalhas do movimento feminista internacional tanto nas denúncias às discriminações como no estimulo à participação política. E, em diálogo com o Estado, o movimento buscou estratégias para interferir na elaboração de políticas públicas, visando atender às necessidades e demandas das mulheres. (ÁLVARES, 2010, p. 62).

No geral, os movimentos urbanos dos anos 20 e 30 deixavam claro que as conquistas femininas não implicariam em modificações na estrutura da sociedade e na família. Na verdade, esta movimentação era feita por mulheres de classe alta e reiterava a política conservadora da época. Além disso, a sociedade reforçava a ideia de que a arena política não era "o lugar próprio" das mulheres e sim a casa, o lar. Bertha Lutz, nascida em São Paulo em 1894, após sete anos de estudos na Europa voltava ao Brasil "veiculando ideias das

[5] Segundo Avelar (2001), "as sufragistas não escaparam dos ataques da imprensa, por exemplo, que frequentemente as acusava de pertencerem ao terceiro sexo, carentes de charme feminino, histéricas." (AVELAR, 2001, p. 19).

campanhas pelo sufrágio e polemizando a necessária independência das sufragettes brasileiras que, entre outras coisas, deveriam deixar de viver parasitamente e assumir responsabilidades políticas.” (AVELAR, 2002, p. 45).

Naquele período, havia forte resistência masculina em torno dessa nova ordem de reivindicações, embora alguns outros poucos se apresentaram favoráveis à causa. Com o passar do tempo, principalmente ao longo do século XX, a situação de inserção das mulheres na sociedade foi se alterando. A urbanização vivenciada pelas cidades possibilitou um aumento de mulheres trabalhadoras/proletárias, trazendo ao mundo feminino condições maiores de se organizarem. Nesse sentido, as primeiras manifestações e organizações feministas, cujo objetivo era mobilizar as mulheres pelo direito ao voto foram se formando, resultando na conquista o direito de votar e serem votadas em 1932.

De acordo com Pinheiro (2006), mesmo não questionando a estrutura patriarcal da sociedade, característica dessa primeira fase do feminismo e de luta pela cidadania no Brasil, o movimento sufragista foi responsável pelo reconhecimento dos primeiros direitos políticos das mulheres no país. Nada mais certo do que esperar que os componentes da cultura política compartidos por coletividades e instituições começassem a assimilar a existência da dominação masculina sobre o mundo feminino numa hierarquia construída social e culturalmente. É claro que todo o processo histórico feminista visto até então, rompeu, mas de forma lenta os valores vigentes à época.

> O processo de expansão da cidadania política feminina, desencadeado com a obtenção do sufrágio e reforçado pelas cotas de gênero, não promoveu a inclusão política das mulheres. Sem impeditivos legais para acessar cargos eletivos (legislativo e executivo), é certo que elas usufruem igualdade nesse campo, mas na maior parte do mundo são minoria na política. Assim, o paradoxo reside no contraste da presença de homens e mulheres em cargos de representação institucional, indicativo de fragilidade democrática de sistemas políticos que excluem contingentes eleitorais e populacionais, a exemplo das mulheres e de outros grupos das chamadas minorias sociológicas. (PRÁ, 2010, p. 110)

Embora o direito feminino esteja garantido há oitenta anos, a participação de mulheres nas esferas institucionais que efetivamente possibilitam o exercício de poder, é ainda pouco expressivo. Para Avelar, isso evidencia como a cidadania universal possa ser um mito. “Assim como a cidadania universal é verdadeiramente um mito, também o ativismo e a participação igual para todos também o são. Na prática e na teoria, participação, ainda, refere-se àquela do mundo masculino, de classe média alta, da população branca.” (AVELAR, 2001, p. 48).

Mas por que a cidadania plena foi renegada às mulheres durante tanto tempo? A democratização de uma sociedade é fruto de um longo processo de mudanças que vão incorporando os grupos despriprivilegiados nos benefícios dos direitos que igualam os indivíduos no plano político, econômico e social. Assim, a cidadania, dentro de um processo democrático, não pode dirigir-se apenas aos integrados ao mercado de trabalho, mas a todos os indivíduos, seja qual for sua situação profissional.

A luta pela cidadania exigiu também o esforço pelo reconhecimento de sua consciência como mulher e detentora de direitos políticos. Em consequência, as análises feministas se empenharam, uma vez mais, em demonstrar o caráter abstrato e excludente da noção de indivíduo, ou de sujeito, enquanto sujeito masculino, branco, proprietário e heterossexual. Muitos dos estudos estavam, com isso, desconstruindo a noção de indivíduo. Mas a desconstrução não tem como objetivo a eliminação dessa categoria das disputas políticas e sociais, pelo contrário, pretende-se sua ampliação, a exemplo da batalha teórica e política no campo da cidadania (MARIANO, 2010, p. 51).

Nesse sentido, para que se exista de fato direitos de cidadania, são necessárias instituições públicas como parlamentos, tribunais, burocracias, que ajam de modo independente e efetivo na salvaguarda dos direitos de todos os cidadãos, independentemente da raça, nacionalidade em etnia, língua, religião e sexo. “Não é o que presenciamos, dois séculos após a vitória da ideia de uma igualdade universal.” (AVELAR, 2010, p. 41). Mesmo assim,

> o mito de uma cidadania universal continua obscurecendo as reais diferenças da fruição desigual dos direitos: são muitos os que vivem sob uma situação de opressão e de desvantagem, econômico, social e política, “logo, ver-se ia que a extensão de voto não era assim tão ameaçadora, pois as elites sempre souberam manipular o sufrágio a seu favor.” (AVELAR, 2002, p. 43).

Em relação à essa questão, há uma diferença na história da cidadania entre os países europeus e da América Latina. Os últimos passaram por ditaduras, movimentos que paralisaram a força dos quadros feministas existentes. Por conseguinte, a experiência é diferente nas democracias mais avançadas, de maior igualdade, e de forte tradição participativa, como os países nórdicos europeus, Escandinávia, Noruega, Suécia e Dinamarca. (Avelar, 2012).

No Brasil, por exemplo, com a ditadura de Vargas, a articulação das feministas foi um pouco diluída. “Um efetivo ativismo feminismo dar-se-ia no final dos anos 70 e 80, com movimentos sociais organizados em torno de novos temas devidos, entre outros fatores, à

ascensão educacional das mulheres". […] Não obstante a onda de manifestações vibrantes que atravessaria o período de transição brasileira (1974-1985), os partidos políticos permaneceriam fechados às representações de mulheres. Multiplicavam-se as "seções femininas" nos partidos, verdadeiros guetos de mulheres cujo objetivo real era o de excluí-las do jogo político. (AVELAR, 2002, p. 45).

Young (2006) relata que mesmo com as ondas vibrantes de manifestações ocorridas durante o período de transição brasileira (1974 -1985), ainda assim, os partidos políticos permaneceram pouco ou nada receptivos às representações de mulheres. O posicionamento ideológico das mulheres tornar-se-ia mais claro na medida em que no país se construía um novo espaço político, o espaço político de esquerda representado pela "política da sociedade organizada".

Contudo, Young não nega que os grupos minoritários estariam sendo sub-representados pela via política institucionalizada. Contrariamente a uma imagem de substituição ou identificação, a autora conceitua representação como um relacionamento diferenciado entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo. (YOUNG, 2006, p. 142). Nesse sentido, Pinheiro afirma que a sub-representação feminina estaria relacionada, entre outros fatores, a resistências e preconceitos nas organizações partidárias. (PINHEIRO, 2006, p. 37). Essa sub-representação é apontada em relação às dificuldades que as mulheres ainda encontram em ocupar cargos políticos. Hoje o Brasil ostenta os piores índices no quesito representação feminina, ficando atrás de seus vizinhos latino-americanos. (PRÁ, 2012, p. 110).

Dentre os fatores que condicionam a atuação das mulheres na política está o princípio da representatividade. A sub-representação das mulheres na política é a mesma de outros grupos em situação estrutural de desigualdade, nas condições de vida e estrutura da sociedade. Avelar (2002) propõe que o baixo status é um dos principais obstáculos à ascensão de poder, tanto nos parlamentos como em cargos de decisão:

> O status baixo é um dos principais obstáculos à ascensão ao poder, tanto nos parlamentos como em cargos de decisão: quanto mais alta a posição social de um indivíduo, maior a sua presença em altos cargos políticos e governamentais. O status se deve, entre outras coisas, à capacidade de gerar renda em função do seu trabalho. Como o trabalho feminino continua sendo mal remunerado, o resultado é que as mulheres em geral têm, no geral, mais baixo status. Enquanto a situação perseverar, a condição de desigualdade estrutural persistirá, a menos que se identifique a participação política da mulher. (AVELAR, 2002, p.50).

Ainda que se saiba que as próprias mulheres não estão imunes à absorção dos preconceitos de gênero, em particular aqueles que as afastam da vida política, a disposição dos eleitores para votar em mulheres é grande. De acordo com os dados do ESEB[6] (2010), 93,5% dos eleitores votariam em uma mulher para um cargo majoritário ou executivo, contra apenas 6,5%, e dos que votariam, 50,7 % alegaram que uma mulher pode ser tão competente quanto um homem.

Outro aspecto quanto à condição da mulher no mundo político, que pode ser vinculada diretamente ao crescimento da escolaridade. "Os diplomas escolares serviriam como atestado, para as próprias mulheres, de sua competência para entrar na arena política." (MIGUEL, 2006, p. 371). O ingresso ao mundo do trabalho e a elevação da carreira profissional também proporcionou o que se denomina como uma ampliação do capital social e político feminino. Enquanto isso, a maioria dos homens não necessita de escolaridade para tal legitimação. O efeito positivo provocado pela escolaridade compensaria o viés negativo de gênero e abriria uma janela de oportunidade para as mulheres mais instruídas.

Como vimos, durante muito tempo, a ausência das mulheres foi vista como um fenômeno natural, uma derivação de características como "a predileção pelo espaço doméstico e o desinteresse pelos espações públicos ou a racionalidade inferior". (TOSCANO, 1982). Além disso, as mulheres tinham e ainda possuem menos acesso aos recursos cruciais para a participação política formal, dado a divisão do tempo livre com o trabalho doméstico.

> Seria interessante acentuar que, reforçando o preconceito existente entre nós contra a participação da mulher na política, nota-se uma tendência a enfatizar-se o caráter absorvente e exclusivo das tarefas domésticas, impeditivas da mulher dedicar-se a qualquer outra ocupação que não ligadas ao bom funcionamento do lar. (Toscano, 1982, p. 58).

A ressalva ainda vale para as limitações impostas pelas próprias mulheres, que arraigadas aos costumes tradicionalistas, se colocam incapazes de exercer qualquer função política, se posicionando longe desse espaço. A ausência de políticas específicas para facilitar o acesso das mulheres ao campo político foi reforçada pelos traços patriarcais vigentes, de forma que os dispositivos legais resistiram fortemente às reais mudanças nos espaços desmotivando a vinculação da mulher à política. De forma que alterar o quadro dessa assimetria entre homens e mulheres na arena política requer reflexões e lutas constantes acerca do que podemos chamar de injustiça democrática.

[6] O ESEB ou Estudo Eleitoral Brasileiro é uma pesquisa pós-eleitoral de natureza acadêmica associada ao Projeto Comparative Study of Electoral Systems, da University of Michigan, coordenado por Rachel Meneguello (CESOP/Unicamp)

No que diz respeito ao processo de expansão da noção de cidadania estendida às mulheres, alguns países[7], observando a ineficiência democrática em excluir do seu campo político alguns grupos minoritários, adotaram políticas no intuito de diminuir essas desigualdades, como é o caso das cotas eleitorais. Essas foram medidas utilizadas, primariamente, através de ações voluntárias, sendo as primeiras iniciativas implementadas a partir dos partidos de esquerda, como o Partido Verde na Alemanha, e no caso do Brasil, o Partido dos Trabalhadores, ainda em 1992. (MATOS E CORTÊS, 2010). Dessa forma, adoção de cotas visa alterar essa predisposição hegemônica da sociedade em colocar as mulheres somente como representadas e não como representantes.

No Brasil, inicialmente, as cotas eram de 20% dos candidatos a cargos eletivos para as mulheres e referiam-se apenas às eleições para câmaras legislativas municipais. Só mais tarde as cotas foram estendidas aos demais cargos proporcionais. (PINHEIRO, 2006, p. 52). "A primeira versão da política de cotas para mulheres no poder legislativo brasileiro foi instituída pela Lei 9.100, em 1995, que estabelecia normas para a realização das eleições municipais a partir da data de 03 de outubro de 1996." [8] (MATOS E CORTÊS, 2010, p. 54) Como se vê, a expressão de um reconhecimento por coletivos nas instâncias institucionais demorou a acontecer. As políticas de ação afirmativa reconhecem os grupos como sujeitos plenos de direito. Esses direitos vêm sendo relacionados à uma literatura da qual compreende o deslocamento de uma política de ideias para uma política de presença (PHILLIPS, 2001), ou seja, a mulher ganha centralidade no debate a respeito ao acesso às instâncias políticas decisórias, ganhando terreno em relação ao que é representado.

> Recentemente, a aprovação da Lei 12.034/2009 - que alterou o artigo que regulamentava as cotas, com a obrigatoriedade do preenchimento das vagas e não mais apenas uma reserva; que determinou a obrigatoriedade de utilização de no mínimo 5% dos recursos do Fundo Partidário para a promoção da participação política das mulheres; e que reservou pelo menos 10% da propaganda partidária gratuita para as mulheres dos partidos políticos - colocou mais um desafio às

[7] Seguindo a tendência de muitos outros países, como Espanha, Alemanha e Argentina, a adoção de ações afirmativas foi uma das alternativas escolhidas pelo país para enfrentar a sub-representação no parlamento. As Conferências e Convenções Internacionais da ONU, realizadas ao longo dos anos 70, 80 e 90, desempenharam um papel crucial na promoção e revisão das políticas públicas relacionadas a este tema no Brasil. (PINHEIRO, 2006).

[8] Cabe ainda mencionar que essa regra se aplicava às eleições municipais do ano de 1996, pois a legislação era específica e regulava, exclusivamente, o pleito eleitoral daquele ano. Ou seja, até 1996 não havia legislação eleitoral geral aplicável a todas as eleições de modo uniforme. Essa lei geral passou a integrar o ordenamento jurídico brasileiro apenas em 1997: a Lei nº 9.504, que estabeleceu mais uma vez as normas para as eleições.
O referido dispositivo legal estabeleceu a reserva de no mínimo 30% e no máximo 70% para candidaturas de cada sexo, porém, visando à disposição de normas transitórias, ficou determinado que, excepcionalmente, para as eleições de 1998, cada partido ou coligação deveria reservar, para candidatos de cada sexo, no mínimo 25% e no máximo 75% do número de candidaturas que pudesse registrar. (MATOS E CORTÊS, 2010, p. 54).

> mulheres e aos homens comprometidos com a democracia e ao Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos: divulgar, acompanhar e monitorar os avanços alcançados. (MATOS E CORTÊS, 2010, p. 9).

A adoção de cotas acabou por incrementar a presença de mulheres na representação política, porém, como afirma Miguel (2001) "trata-se de um ponto de partida, não de chegada." A importância da implementação de políticas públicas se configura de forma indispensável num processo onde os mecanismos reais de democratização só se efetivaram quando se concretizassem em políticas públicas em torno da igualdade, ou seja, de todo e qualquer indivíduo, independentemente de seu sexo, raça, nacionalidade e situação social.

> O que está em jogo é a possibilidade de realmente alcançar, na esfera política, o pluralismo de perspectivas que caracteriza sociedades fragmentadas como as contemporâneas. Medidas especiais, como a política de cotas, são necessárias porque a diferença estrutural se traduz na desigualdade da capacidade de intervenção na esfera pública. (MIGUEL, 2001, p. 266).

"A ação afirmativa é uma tentativa de romper esse círculo vicioso, contribuindo para a redistribuição do capital político – ou, dito de outra forma, para o 'empoderamento' (*empowerment*) dos segmentos sociais marginalizados." (MIGUEL, 2001, p. 266) Mas ainda é necessário considerar outros aspectos concernentes à vida interna dos partidos políticos, bem como o caso de financiamento de campanhas eleitorais e a distribuição do tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, que contribui para ampliar as possiblidades de oportunidades de participação e eleição de grupos excluídos.

Este estudo não analisará o processo das cotas eleitorais, porém não pretende obscurecer sobre seus resultados nos partidos políticos que serão analisados, mesmo porque as cotas "estão comprometidas com o valor ético da igualdade, ao buscarem, em suma, a participação igual na autonomia" (MIGUEL, 2001) e de motivar na sociedade a discussão sobre a baixa representação das mulheres.

CAPÍTULO 3

PARTIDOS POLÍTICOS: ORIGENS, FUNÇÕES E DESENVOLVIMENTO

Para analisar a participação das mulheres nos partidos políticos e encontrar as razões de sua baixa participação nos postos de direção dessas organizações é fundamental que se conceitue os *partidos políticos* e traga à discussão algumas características que marcam o seu papel nas democracias.

Os estudos sobre a participação das mulheres na política quase sempre se concentram em instituições políticas como o parlamento, sendo mais escassos os estudos sobre a participação das mulheres nos partidos políticos e em sua estrutura interna. Medero (2008) avalia que esse fato impede analisar outro aspecto importante do poder político qual seja o da presença ou ausência das mulheres nos órgãos executivos e diretivos dos partidos políticos.

Duverger (1970) afirma que o desenvolvimento dos partidos está associado ao da democracia, o que significa à extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares. O desenvolvimento da democracia no mundo moderno levou à constituição e à consolidação dos partidos políticos, que foram se transformando em instituições decisivas para o bom funcionamento do sistema democrático e representativo.

Dentre os vários estudos que fomentaram a literatura sobre partidos políticos, destacam-se os estudos produzidos por Sartori. O autor enfatiza as transformações e os desdobramentos que os partidos sofreram antes de se desvencilharem do termo "facção" e sua conotação negativa, em virtude da necessidade de atender ao pluralismo, encontrando sua razão de ser e seu papel na implementação do governo representativo. De acordo com o autor:

> A transição da facção ao partido baseia-se num processo paralelo: a transição ainda mais lenta, mais enganosa e mais tortuosa, da intolerância para a tolerância, desta para a dissensão para a crença na diversidade. Os partidos não se tornaram respeitáveis porque Burke assim tenha declarado. Chegaram a ser aceitos – subconscientemente, e mesmo assim com uma formidável relutância – mediante a compreensão de que a diversidade e a dissensão são necessariamente incompatíveis com a ordem política, nem necessariamente a perturbam. [...] Só se tornam concebíveis, e foram concebíveis na prática, quando o "horror da desunião" é substituído pela crença de que um mundo monocromático não é a única base possível da formação política. E isso equivale a dizer que, idealmente, os partidos e o pluralismo se originam do mesmo ato de fé. (SARTORI, 1982, p. 34).

Sartori indica o pluralismo e a necessidade de diversificação do poder como os motores da criação dos partidos políticos na acepção moderna do termo, o que quer dizer, "pluralidade de grupos que são ao mesmo tempo independentes e não-inclusivos".

(SARTORI, 1982, p. 36). O que originalmente era facção adquiriu uma conotação mais positiva, não porque somente alterou-se o termo, mas também porque a instituição adquiriu outra configuração. Para Sartori, os partidos se desenvolveram a partir de três premissas: 1) Os partidos não são facções; 2) Um partido é parte-de-um-todo, e; 3) Os partidos são canais de expressão.

O termo facção foi adotado pelos cientistas políticos norte americanos para designar as subunidades partidárias, ou as correntes partidárias. Tal escolha foi concebida como infeliz para Sartori, que afirmava que "facções são aquilo que partidos não são". Facção "transmite a sugestão, pelo menos para o público geral, de que a matéria, o estofo da política é inerentemente sujo e maligno" (SARTORI, 1982, p. 95), além de outras desconfianças apresentadas pelo autor no que concerne ao termo facção atribuídas a partido. Segundo Neto, os partidos políticos propiciam a participação organizada, por parte da coletividade, em contraposição à facção, que tem fins egoísticos e não políticos. (NETO, 2011).

Se a facção está orientada por interesses privados, os partidos deveriam então servir como conexão entre a coletividade e o governo. Isso não significa que os membros do partido são altruístas, ou seja, a existência de partidos não elimina suas motivações egoístas. (NETO, 2011). Pode-se dizer que o nascimento dos partidos e da doutrina partidária se deu no momento em que o termo partido começou a ser utilizado ou substituído gradualmente pelo termo desqualificador de facção. Dessa forma, os partidos políticos foram aceitos ao compreender-se que a diversidade e o dissentimento não são incompatíveis com a ordem política, nem tampouco a perturbam. (SARTORI, 1982).

No que se refere aos partidos como sendo parte de um todo, Neto (2011) explica que as partes, identificadas como partidos, "implica no exame de um todo pluralista", como o autor explica:

> [...] o foco no todo pluralista exige um todo feito de partes na expressão plural, ou seja, um todo-de-partes, resultante da integração mútua de suas partes. O todo não pode, assim, ficar restringido como apenas uma parte. Nesse contexto integral, uma parte não é apenas uma parte e um todo não é apenas um todo. Desse modo, se um partido não é uma parte capaz de governar em função do todo, expresso no interesse geral e comum, então não difere de uma facção, da coletividade do Estado. Por conseguinte, embora um partido represente apenas uma parte, essa parte deve adotar uma abordagem integral (não parcial) do todo da coletividade do Estado. (NETO, 2011, p. 159).

Os partidos representam apenas partes da pluralidade, devendo ser capazes de governar em nome do todo. Logo, a origem dos partidos políticos pode ser concebida, de acordo com Lipset e Rokkan (1992), como resultado de uma série de clivagens, isto é, das

diferenças históricas e sociais que fomentaram o surgimento dessas instituições. O próprio processo de construção do Estado-nação, as fragmentações políticas e ideológicas, produziram clivagens, que vão colocando sucessivamente em perigo a mesma existência do Estado e cuja solução se originou na criação de partidos. (LAGUNA, 2012) Considerando as análises de Lipset e Rokkan (1992), a respeito do nascimento e desenvolvimento dos partidos políticos, o modelo identificado por esses autores considera quatro clivagens resultantes do processo histórico, sendo elas: combinações de uma ou mais clivagens ao longo de aspectos religiosos (especialmente da Igreja Católica versus o Estado), centro/periferia (elites nacionais versus elites das periferias), rural/urbano (proprietários da terra versus indústria) ou classe (empregadores versus trabalhadores). Dessa forma, os autores afirmaram que a origem dos partidos está nas diversas clivagens presentes na sociedade, como o conflito capital-trabalho ou a questão nacionalista e religiosa, como mencionado. Para isso, os partidos funcionaram como bons negociadores de interesses e canais de representação das diferentes clivagens sociais. (LIPSET, ROKKAN, 1992).

Em termos de classificação, os partidos políticos foram classificados como *de quadro* e *de massa*, característicos dos primeiros momentos dessas instituições. Na perspectiva histórica, vários estudos analisam tais características, como os de Duverger (1970), Sartori (1987) e Panebianco (2005). Os *partidos de quadro* surgiram basicamente com o sufrágio censitário[9]. Por essa razão esses partidos se constituíram de forma limitada, porém permaneceram até que o sufrágio se fez universal. São partidos de notáveis, criados para preparar eleições. A este tipo correspondem as primeiras formas de partido no período liberal do século XX, de modo que nesta época se criava um pequeno comitê eleitoral em torno dos candidatos ao parlamento para organizar sua campanha nos processos eleitorais. Dios (2012) afirma que estes são os "partidos de elite", possuindo fatores fundamentais para sua definição, como o almejo a cargos públicos e sua pouca importância dada a militância. (DIOS, 2012, p. 87).

Com o sufrágio universal, surgiram os primeiros *partidos de massa*, no final do século XIX, sua característica fundamental é o grande número de militantes. A este modelo correspondem os partidos socialistas, comunistas e fascistas (embora estes últimos tenderam a perder seu caráter massivo puro). Estes partidos surgiram para mobilizar politicamente as grandes massas da população e principalmente os trabalhadores vinculados aos sindicatos, que se converteram em importantes agentes de socialização que dispõem de organizações para

9 Sufrágio censitário é a concessão do direito do voto apenas àqueles cidadãos que atendem certos critérios que provêm condição econômica satisfatória.

fins diversos, como os do tipo assistencial, social, cultural e educativo.

> A distinção e a caracterização elaboradas por Duverger fizeram com que o autor definisse o *partido de massa* como o modelo de partido mais adaptado às condições impostas pela democracia moderna. Para o autor, a superioridade dos partidos de massa provocaria um processo de adaptação por parte dos arcaicos *partidos de quadros*, que, aos poucos, se veriam forçados a adotar algumas das características organizacionais de seus concorrentes mais modernos, em um processo descrito como de "contágio pela esquerda". (AMARAL, 2013; p. 5).

Depois da Segunda Guerra Mundial, alguns elementos centrais dos *partidos de massa* começam a sentir as transformações organizacionais e comportamentais de algumas agremiações partidárias revelando um novo tipo de partido: o *catch-all*, conceito definido por Otto Kirchheimer (1966). Nessa nova configuração, a militância não tem importância e alcança um nível baixo. (Dios, 2012; 84) Os partidos *catch-all* são orientados para a cena eleitoral e buscam a representação de um número amplo de grupos sociais e potencialmente de toda a população. De acordo com Kirchheimer (1966) as circunstâncias se deram dessa forma porque os partidos de massa estavam gradualmente transformando-se em agremiações diluídas ideologicamente, com apelos genéricos a todos os grupos sociais e cada vez mais voltadas para o sucesso eleitoral. Para Dios, esse novo tipo de partido, o *catch all*, foi produzido como uma evolução natural dos tipos anteriores, devido ao desdobramento de alguns fatores como "a redução da militância partidária, os limites que impõe as circunstâncias como a globalização econômica à liberdade de ação dos partidos pelo poder, a redução do conflito e a competição entre partidos, que facilita a negociação e o compromisso entre eles. (Dios, 2012; 85) Portanto, os *partidos de massa* caminhariam inevitavelmente para um modelo de partido *catch all*.

Outra característica que podemos citar para as mudanças ocorridas no aspecto organizacional dos partidos políticos foi a emergência do *Welfare State.*

> As políticas de bem-estar possibilitaram um compromisso entre capitalistas e socialistas, cabendo ao Estado intervir para a redução dos efeitos perversos gerados pelo livre exercício das forças do mercado. A ênfase da atuação dos partidos se deslocou da questão mobilização/transformação para aquela da busca de maior intensificação de políticas que visassem a reformas e melhorias sociais. (FERREIRA, 2002; p. 36).

Essas transformações puderam também influenciar as organizações dos partidos políticos, movimentando novos tipos de relações com seus membros e militantes, o que

significou um aumento dessa rede, tendo em vista que o estabelecimento do *Welfare State* arrefeceu as identidades coletivas e seu alto grau da mobilização. (FERREIRA, 2002).

Já na década de 90, Katz e Mair (1997) analisaram algumas transformações organizacionais dos partidos políticos em suas análises, chamando esse novo tipo de o *partido cartel.* Segundo Katz e Mair (1997), os partidos políticos atuais tendem a formar um cartel porque não se verifica uma autêntica competividade entre eles, para que em troca, se protejam mutuamente.

> Esse novo comportamento dos partidos políticos é caracterizado por uma cartelização dos principais partidos, isto é, a criação de cartéis ou aliança entre os partidos, de modo a obter recursos públicos e para controlar o mercado político. Assim como os partidos mudaram o foco da sociedade para o Estado, as funções que estes desempenham, e se espera que desempenhem, mudaram de uma ação principalmente representativa para uma ação governativa. De fato, os partidos enquanto tais declinaram, mas modificaram-se e encontraram-se hoje cada vez mais implantados nas instituições. (MAIR, 2003, p. 295).

Essa nova configuração das agremiações se deu como uma evolução natural dos tipos anteriores, isso por razões de redução da militância partidária, de limites que impõem circunstancias como a globalização econômica à liberdade de ação dos partidos pelo poder, a redução do conflito e a competição entre partidos, que facilita a negociação entre eles.

Dios (2012) afirma que com a formação de um "cartel" entre novos partidos, nenhum partido ganha e nem perde, de maneira definitiva na competição eleitoral. "O cartel é um fenômeno implícito, mas muito significativo." (DIOS, 2012, p. 85).

A questão crucial e fundamental do cartel, é que os partidos dependem do financiamento público e acesso a recursos estatais com recursos de patronagem, os demais tipos de partido sempre dependeram de financiamento privado ou de sua rede de militantes, geralmente sobre a base das cotas dos filiados. Assim, reconhece nesse processo de transformação partidária, novas relações entre partido e Estado. (MAIR, KATZ, 1997). Para esses autores, a noção de partido como representativo de setores específicos da sociedade foi se transformando:

> In the first place, the beginnings of an erosian of tradicional social boundaries in the late 1950s and 1960s inplied a weaking of formely highly distinctive collective identities, making it less easy to identify separate sectors of the electorate and to assume shared long-term interests. Second, economic growth and the increased importance of the welfare state facilitated the elaboration of programmes which were no longer necessarily divisive or partisan, but which could be claimes to serve the interests of all, or almost all. Third, with the development of the mass media, party leaders began to enjoy a capacity to appeal to the electorate made up of voters who were learning to behave more like consumers than active participants (KATZ;

MAIR, 1997, p. 96).

Além desses novos fatores que fomentaram o desenvolvimento dos partidos cartéis, pôde-se observar que as eleições tendem a se concentrarem na escolha de seus líderes e nos seus perfis e não mais na escolha de políticas ou programas, enquanto a formação dessas políticas e programas se tornou a prerrogativa dos líderes do partido, ao invés dos membros do mesmo. (KATZ; MAIR, 1997, p. 96). Os autores também admitem que o problema com esse novo modelo seja o de definir qual o papel dos partidos para o funcionamento da democracia. A atenção agora é dada para a relação partidos políticos e Estado e menos com a relação sociedade civil, intensificando as relações acerca da sobrevivência partidária e a evolução do seu caráter representativo.

Contudo,

> desde o início do século XX, os partidos estabeleceram diferentes tipos de vinculação com as organizações da sociedade civil e com diferentes graus de intensidade. As organizações podem ser totalmente independentes dos partidos, e sua associação estar vinculada à consecução de objetivos comuns, ou completamente vinculadas a eles, contando, inclusive, com uma superposição completa de membros e lideranças. Já com relação ao nível de intensidade, a literatura indica que o ápice da aproximação entre partidos políticos e organizações da sociedade civil aconteceu na "época de ouro" dos *partidos de massa*, entre os anos 20 e 60 do século passado. Desde então, a emergência do Estado de Bem-Estar e o processo de modernização socioeconômico agiram na erosão dos laços entre os partidos e grupos sociais específicos, levando a uma maior autonomia tanto dos partidos políticos quanto das próprias organizações da sociedade civil. Esse processo está no centro da emergência do partido de tipo *catch all* e, indiretamente, também do modelo de *partido cartel*. (AMARAL, 2013; p. 14).

Nesse sentido, os partidos políticos se transformaram e funcionaram como motor para a resolução dos conflitos sociais, mas também, tornaram-se organizações que agregam interesses. Esses interesses podem ser listados "quando: os partidos elegem candidatos e adotam propostas das políticas concretas; quando os votantes dão um apoio diferenciado aos partidos, através da competição eleitoral e, por último, quando negociam ou formam coalizões nos órgãos legislativos ou no governo" (DIOS, 2012; p. 88).

Essas instituições são canais de expressão porque funcionam como catalisadores de conflitos, políticas públicas e canais de expressão para as demandas sociais, além de serem veículos de representação da sociedade, expressando suas reivindicações e organizando a vontade pública, ou seja, são elementos de recrutamento de elites e líderes políticos, canais para transformação de demandas sociais em políticas públicas e cruciais para a formação de maiores governantes.

Em função de circunstâncias históricas diferentes vividas em cada lugar e suas particularidades, Laguna (2012; p. 67) atribui, por exemplo, quatro funções para os partidos políticos: a explicação do conflito social, sua racionalização, a participação em sua solução e a própria solução do conflito. Ainda sobre sua funcionalidade, os partidos políticos são instâncias que organizam e conduzem as disputas eleitorais, selecionam candidatos para todos os níveis, comandam a distribuição de cargos, os mecanismos de patronagem e também recrutam simpatizantes e membros. (FERREIRA, 2002, p. 36).

De toda forma, os partidos políticos continuam sendo atores centrais na democracia, de forma que todas as nações democráticas possuem partidos políticos. Entretanto, para serem verdadeiramente democráticos, os líderes eleitos devem prestar contas de suas ações aos eleitores. Essas instituições têm se revelado insubstituíveis como articuladores da vida política organizada em quanto tal e como instrumentos de governo e comunicação entre a classe política e a sociedade.

Quanto à organização interna, a direção dos partidos tende assim a ser espaço fundamental na distribuição do poder partidário e isso pode, como afirma Duverger (1970), apresentar dois aspectos: de uma aparência democrática e de uma realidade oligárquica. Para o autor, a direção dos partidos, como o da maioria dos grupos sociais vigentes (sindicatos, associações, etc.) “apresenta o duplo caráter de uma aparência democrática e de uma realidade oligárquica.” (DUVERGER, 1970, p. 170). Duverger sugere que como todos os grupos humanos, “os partidos são conservadores: não modificam facilmente sua estrutura, mesmo se a evolução os impelir na sua direção.” (DUVERGER, 1970, p. 172).

Desse modo, Michels (1982) destacou em seus estudos a organização e a distribuição de poder no interior das agremiações políticas e suas implicações. O autor aponta uma tendência dos partidos políticos, mesmo os democráticos em sua origem, a desenvolverem uma estrutura burocrática centralizada e oligarquizada de sua direção, que ficou conhecida como “Lei de Michels”, ou “Lei de Ferro da Oligarquia”. Assim, quando se fala em organização interna dos partidos políticos para Michels “fala-se em tendência em oligarquia. Em cada organização, seja um partido ou uma união de profissões, etc., a inclinação aristocrática manifesta-se de uma maneira muito acentuada.” (MICHELS, 1982, p. 20). A vida partidária é redistribuída pelo direito e pelo dever eleitoral, onde um, provavelmente “só uma pequena minoria continuará fazendo uso de um direito que a maioria renuncia voluntariamente, e ditando leis para a massa indiferente e apática.” Sobre esse tema, Neto (2011) observa:

> De modo geral, poucos partidos assumem de forma explícita o que praticam de

> forma implícita. Ainda que procurem evidenciar a aparência democrática, os partidos praticam processos autoritários e oligárquicos, geralmente, sem fidedignidade nem conformidade aos estatutos, utilizando mecanismos indiretos, porém efetivos, para direção institucional. Essa dissimulação ocorre em muitos Estados, além de partidos, do mundo com vista à consecução dos mesmos objetivos determinantes de um poder autocrático disfarçado de fórmulas e exterioridades democráticas. Essa tendência é geral, ainda que o seu grau de extensão dependa de numerosos fatores determinantes que abrangem tempo de existência do partido, composição social do partido, convicção democrática dos seus partidários, além da doutrina do partido consolidada na sua estrutura institucional. (NETO, 2011, p. 162).

Nesse aspecto especialmente relevante para o estudo, seleção dos líderes e dirigentes, os partidos deveriam apoiar, assim se faz na teoria, interessados filiados a alcançarem cargos públicos ou assumirem cargos de tomada de decisão. Todavia, essa é uma função que gera conflitos e tensões intrapartidárias, competindo aos detentores do poder partidário, estabelecer a conduta frente a seleção de seus líderes.

> En la prática , quien tiene la capacidade de designar o nominar es quien tiene el poder en el partido. Em este ámbito, um aspecto relevante concierne al grado de centralización, es decir, al hecho de que la competência para la nominación corresponde a los órganos centrales o al líder nacional del partido o a los órganos regionales o locales. La descentralização, además de territorial, puede ser funcional, es decir, que se assegure representación de grupos sociales como sincatos, mujeres o minorias. Outro aspecto es el relativo al ámbito da participación, es decir, a cuántas pérsonas se emplican em la selección de candidatos. Outro es que la selección puede basarse em el voto o em la designación. Em el primer caso los candidatos son legidos por votación, em el segundo, algún órgano del partido tiene la capacidade de nominar los candidatos. (DIOS. 2012; p. 100).

Sob o aspecto centralizador dos partidos políticos, iremos assim analisar qual o perfil dos líderes e quais são suas ações a fim de que se incluam mais minoras, no caso as mulheres, nos quadros dirigentes dos partidos, conscientes ou não de seu papel democrático no espaço interno do partido, melhor dizendo, de um papel inclusivo.

Os partidos políticos no processo democrático ainda não são eficazes para que se assegure uma representatividade feminina equitativa a dos homens. Nesse contexto, a representação das mulheres pode ser entendida de duas maneiras, de acordo com Dantas (2011; p. 63): “como norte a ser atingido enquanto objetivo, ou como condição de existência da democracia, que seria incompleta ao não abarcar satisfatoriamente essa categoria de cidadãos.” Além do mais, a exclusão política é fator que impede os cidadãos de articularem e argumentarem a favor do exercício pleno de seus direitos, de forma tal que retira a lógica da democracia quando se refere a esses grupos, ou do sentido de soberania popular, do qual Sartori colocou suas fichas.

> Entendemos, portanto, que a previsão constitucional de igualdade entre homens e mulheres, inclusive quanto ao exercício de sua cidadania plena, não pode ser relativizada por contingências momentâneas ou interesses individualistas. Antes, a realização prática dessa igualdade é a condição da democracia, na medida em que só assim pode haver interação equitativa entre os atores políticos nas deliberações democráticas. (DANTAS, 2013; 66).

O trabalho identifica em que medida a desigualdade de gênero está presente no âmbito dos partidos políticos, especificamente na composição de sua elite dirigente. Dessa forma. Bobbio avalia a gradual equiparação das mulheres aos homens, primeiro na pequena sociedade familiar, depois na maior sociedade civil e política, é um dos sinais mais seguros do irrefreável caminho do gênero humano à igualdade. (BOBBIO, 1995, p. 127). Para Sacchet (2009), um aumento na presença das mulheres em cargos político-decisórios implica entender a função partidária nas diferentes fases, mapeando os obstáculos e definir políticas que possam ser implementadas no nível das estruturas partidárias.

CAPÍTULO 4

A SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NOS PARTIDOS POLÍTICOS EM GOIÁS

A hipótese norteadora deste trabalho pressupõe a existência de uma sub-representação feminina nos cargos de direção dos partidos políticos em Goiás. Para proceder a essa investigação, optou-se na análise do lócus de maior poder de um partido político: a Comissão Executiva. Nesse capítulo essa instância partidária será analisada a partir do enfoque regional, isto é, no estado de Goiás, conforme já informado anteriormente.

Sobre o processo de inclusão de mulheres na arena política e as análises feitas sob este tema, Liphart (2003) afirma que essas são medidas que ajudam a avaliar a democracia, já que para o autor, o fato de haver tantas minorias étnicas e religiosas dificulta a comparação entre elas, fazendo sentido se concentrar nas mulheres, embora estas não sejam uma minoria demográfica, mas uma "minoria política". Assim sendo, as agremiações partidárias são um dos grandes portais de entrada para a vida pública das mulheres, comportando-se como estruturas essenciais para a atividade representativa. Analisar as possíveis subtrações e adições nessas instituições também confere como fundamental avaliador do grau de inclusão das mulheres e portanto, o nível de inclusividade dos partidos políticos.

Sobre esses espaços de poder, Duverger (1970) afirma que quaisquer que sejam as suas origens, os dirigentes partidários tendem a constituir uma classe dirigente, iludindo uma noção de representação política, pois para o autor esse poder é oligárquico, comportando necessariamente, o domínio de um grande número por um número pequeno, mesmo direção em que aponta Michels (1982). Para Neto (2011), nos partidos políticos há um grupo que além de obter exclusividades de poder, dispõe de cargos sucessivos na composição dessa instância, concordando com a noção oligárquica que Duverger caracterizou. Se os partidos são comandados por uma elite dirigente, de que forma eles vêm obedecendo as exigências democráticas da não exclusão política, no que tange a representação feminina?

O período de 1985 à 2013, abrangido pela pesquisa, no ponto de vista histórico político, significou um período importante para a ampliação dos direitos à participação das minorias, como foi no caso das mulheres[10]. Para as mulheres esse período foi oportuno para o

aumento e emergência dos movimentos sociais e a possibilidade de abertura à uma atuação na política informal, ampliando suas chances de avanço na vida política. Isso também refletiu na ampliação da inserção das mulheres da política institucional e na ampliação feminina nos processos eleitorais a partir dos anos oitenta. Observemos o quadro abaixo:

Quadro 1. Total de mulheres candidatas e eleitas para câmara de deputados 1934-2010.[11]

Legislatura	Número de Candidatas	Total de Eleitas
36º Legislatura (1934-1935)	1	1
37º Legislatura (1935-1937)	-	2
38º Legislatura (1946-1950)	18	0
39º Legislatura (1951-1954)	9	1
40º Legislatura (1955-1958)	13	3
41º Legislatura (1959-1962)	8	2
42º Legislatura (1963-1966)	9	2
43º Legislatura (1967-1970)	13	6
44 º Legislatura (1971-1975)	4	1
45º Legislatura (1975-1979)	4	1
46º Legislatura (1979-1983)	-	4
47º Legislatura (1983-1987)	58	8
48º Legislatura (1987-1991)	166	26
49º Legislatura (1991-1995)	-	29
50º Legislatura (1995-1999)	189	32
51 º Legislatura (1999-2003)	352	29
52º Legislatura (2003-2007)	490	42
53 º Legislatura (2007-2011)	737	45
54 º Legislatura (2011-2014)	1268	45

Fonte: PAIVA, 2013.

Conforme demonstra Avelar (2001), desde 1986, houve um espetacular aumento no número de candidatas para os legislativos estaduais. Todavia, os partidos políticos foram se conformando quanto à necessidade de abertura à representação feminina, o que ainda não se deu por completo e satisfatoriamente não só no Brasil, mas em âmbito global.

O objetivo deste capítulo é sobretudo se debruçar sobre os dados empíricos da pesquisa e análise do ambiente interno de poder caracterizado pela Comissão Executiva, para

[10] Nos finais dos anos 70 e 80, o Brasil viu a retomada de um ativismo feminino, com movimentos sociais organizados em torno de novos temas, devidos, entre outro fatores, à ascensão educacional das mulheres, além da própria onda de manifestações que atravessava o período de transição brasileira (1974-1985). (AVELAR, 2001)
[11] Não foi possível a informação sobre o número de candidatas para a 49ª legislatura.

identificar o perfil e as particularidades que cada partido político atribui à participação feminina quanto à escolha de seus dirigentes e suas compreensões acerca da participação da mulher nesse quadro. Os dados empíricos apresentam quantas e quais foram as mulheres que conquistaram posições importantes dentro da Comissão Executiva dos partidos ao longo desses quase vinte anos. As entrevistas e as análises identificam algumas estratégias e discriminações para que mulheres participassem ou não elite partidária. Para isso, foram entrevistadas oito mulheres, duas de cada partido político escolhidos para análise. Não constam entrevistas de mulheres advindas do DEM/PFL, tendo em vista que não foi encontrada nenhuma mulher que tivesse participado da Comissão Executiva Estadual do mesmo, pelo menos nos documentos cedidos pelo TRE. Para o estudo, as entrevistas expressam o grau de inclusão ou exclusão das mulheres nesses espaços e os novos comportamentos relacionados ao tema. Sobre o alcance das mulheres na elite partidária e sua importância, Young (2006) afirma que o acesso de mulheres às esferas de deliberação é necessário não porque compartilham das mesmas opiniões ou interesses, mas porque partem de uma mesma perspectiva social.

4.1 A elite partidária e a representação feminina: um mapeamento dos cargos de direção ocupados pelas mulheres em Goiás

A Lei que dispõe sobre partidos políticos no Brasil (Lei dos Partidos nº 9.096 de 1995), é o documento jurídico que define o formato institucional dos partidos políticos frente a constituição. Segundo esta lei, os partidos políticos possuem liberdade para sua criação e extinção, contanto que respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.

Os partidos têm autonomia para definir sua estrutura interna, organização funcionamento, devendo seu estatuto estabelecer normas de organização interna, disciplina, fidelidade partidária, critérios de escolha de seus/as candidatos/as e a forma de estabelecerem as coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal. Os filiados de um partido político devem ter iguais direitos e deveres.

No que tange ao estatuto, os partidos são livres estabelecerem em seus programas, seus objetivos políticos, estrutura interna, organização e funcionamento. Quanto aos aspectos de inclusividade, a lei referente cita diretamente as mulheres nos seguintes pontos:

> Do Fundo Partidário - V - na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009). (BRASIL, 2009)
> Do Acesso Gratuito ao Rádio e à Televisão - IV - promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento). (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009). (BRASIL, 2009).

Como se observa, não há na lei alguma norma que indiquem que os partidos acatem a participação feminina nos seus quadros de direção. A lei não estabelece normas para a inclusão de mulheres nestes espaços, sendo uma prerrogativa dos partidos estabelecerem regras ou não para tal. No entanto, associado à questão de iguadade e sua promoção através de instrumentos institucionais, a Lei de Cotas no Brasil (Lei 9.100, de 1995) foi instituída no Brasil, que previa que, no mínimo, vinte por cento das vagas de cada partido ou coligação que deveriam ser "reservadas" para candidaturas de mulheres. Entretanto, essa lei não oferecia sanção pelo seu cumprimento. (MATOS E CORTÊS, 2010)

Em 2009 (Lei 12.034), a chamada minirreforma eleitoral estabeleceu que na lista de candidaturas de cada partido é obrigatório ter um número mínimo de 30% e máximo de 70% de candidaturas de cada sexo e que 5% dos recursos do fundo partidário sejam usados em ações para fortalecer e promover as candidaturas femininas. (PITANGUY E BASTED, 2011). Desde o ano de 1995 temos um mecanismo de cotas para as mulheres em partidos políticos: inicialmente se previu 20% de "reserva" de vagas e agora, após a Minirreforma Eleitoral de 2009 está previsto o "preenchimento" de 30% de vagas a candidatura das mulheres. (MATOS E CORTÊS, 2012, p. 54)

Como já mencionado, da Comissão Executiva de um partido político emanam as principais diretrizes a serem seguidas pelas demais instâncias dos partidos. No âmbito de suas esferas de atuação, este é um órgão que traça e define as atividades parlamentares e políticas a serem empreendidas pelo partido. (FERREIRA, 2002). Essa instância diretiva possui a capacidade de deliberar e/ou negociar demandas e é onde se encontra o maior contingente das lideranças dentro do partido.

Sendo assim, de acordo com os estatutos dos partidos políticos aqui analisados, compete às comissões executivas estaduais: dirigir, no âmbito do Estado, as atividades do Partido; convocar as reuniões do Diretório e a Convenção Estadual; aprovar o orçamento da receita e despesa para o exercício seguinte e suas alterações no decorrer do exercício, fixando normas para sua execução; manter em dia o cadastramento dos filiados e filiadas do Zonal, bem como indeferir ou deferir qualquer filiação; etc.

Além disso,

> a Comissão Executiva dirige as convenções partidárias; A Convenção e ou Congresso Partidário é uma grande reunião ou assembleia dos/as filiados/as de um partido convocada para deliberarem sobre assuntos internos de interesse da agremiação partidária e realiza-se de acordo com as normas contidas no estatuto partidário. Esses encontros são de caráter eleitoral quando convocados para escolher os/as candidatos e candidatas para concorrerem no processo eleitoral e para aprovar, ou não, coligações com um ou mais partidos. São distintas, também, as formas pelas quais os partidos promovem as discussões internas sobre suas candidaturas. Alguns partidos realizam prévias partidárias, outros promovem reuniões nos organismos intermediários e, de uma forma ou de outra, divulgam os debates através dos instrumentos internos de comunicação. (MATOS E CORTES, 2011, p. 73).

Dessa forma, "partidos são instituições através das quais as elites políticas se organizam para conquistar ou manter o poder político" (FERREIRA, 2002; p. 118), resta esclarecer quais são as possibilidades de os partidos políticos compartilharem esse poder com mulheres.

Nesse sentido, a pesquisa investigou se os partidos políticos analisados se dispuseram a renovar sua elite partidária, e procurou analisar a ocupação dos principais cargos de uma Comissão Executiva, tendo como principais cargos: Presidente, Vice- Presidente, 2º Vice-Presidente, 1ª e 2ª Secretários e Tesoureiro.

As Comissões Executivas Regionais/Estaduais são preenchidas geralmente por gestões que se renovam de dois em dois anos. Isso é o que prevêm os estatutos dos partidos, porém em vários casos isso não foi cumprido e algumas composições continuaram exercendo os mesmos mandatos em novas eleições ou foram reeleitos em novas eleições.[12] Este trabalho pretende, sobretudo, observar com qual frequência as mulheres aparecem nesse espaço, quando e em quais cargos.

A tabela 1 apresenta dados referentes às ocupações de homens e mulheres em cargos na Comissão Executiva Estadual de cada partido analisado. A partir dela, analisaremos de forma quantitativa a presença e ausência das mulheres nesse espaço. Observa-se que o DEM foi o único partido a apresentar cem por cento de homens em todos os cargos durante o período analisado. No caso do PMDB, as mulheres ocuparam os cargos na segunda vice presidência, com um índice de 17%, e com um índice maior ainda na segunda secretaria, com 33%. Além disso, o PMDB já foi presidido por uma mulher. O PSDB apresenta índices maiores de ocupação nesses cargos por mulheres, inclusive nos cargos de vice presidência. O

[12] Pelos estatutos, as comissões executivas são eleitas segundo o princípio majoritário, considerando-se vitoriosa a chapa em sua totalidade ou o candidato que obtiver a maioria relativa dos votos. Porém, em alguns casos, as comissões se estabelecerão, por acordos e não por eleição.

índice maior de ocupação por mulheres continua sendo no cargo de segunda secretaria. No PSDB, esse cargo foi ocupado por mulheres 40% das vezes. O PT, apresenta índices menores do que os do PMDB e PSDB nos cargos de presidência, vice-presidência e segunda presidência, embora apresente mulheres nos cargos de primeira secretaria e de tesouraria. Aqui vale a ressalve de que é incomum ver mulheres ocupando cargos comumente assumidos por homens, como o da tesouraria. As análises qualitativas pertinentes a esses dados serão apresentadas mais adiante.

Tabela 1. Distribuição dos cargos nas Comissões Executivas entre Homens e Mulheres, 1985 a 2013 [DEM/PFL, PMDB, PSDB, PT]

Partido	Cargo											
	Presidente		Vice Presidente		2º Vice Presidente		1º Secretário (a)		2º Secretário (a)		Tesoureiro (a)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
DEM	100%	0%	100%	0%	100%	0%	100%	0%	100%	0%	100%	0%
PMDB	88%	13%	100%	0%	83%	17%	100%	0%	67%	33%	100%	0%
PSDB	100%	0%	80%	20%	80%	20%	100%	0%	60%	40%	100%	0%
PT	100%	0%	100%	0%	100%	0%	85%	15%	NA	NA	46%	54%

Fonte: Livros de Atas de Reuniões dos Partidos Políticos.

A direção estadual do PMDB teve como titular principal durante o período analisado, Iris Rezende Machado[13], que passou pela presidência por duas vezes. A primeira vez que uma mulher chegou a participar dessa instância do partido foi em 1986, com a fliliada Lúcia Helena Nascimento Silva, ocupando como quarta suplente. Depois disso, integram à Comissão Executiva Estadual, Onaide Santilo (primeira dama da cidade de Anápolis e ex-deputada estadual) e Dária Alves Rodrigues (ex-deputada estadual), nos respectivos anos de 1989 e 1993, ocupando os cargos de primeira e segunda vogais.

Somente em 1995 as mulheres começam a ocupar cargos de maior relevância na Comissão Executiva Estadual deste partido. É o caso de Iris de Araújo, esposa de Iris Resende

[13] Iris Rezende Machado, advogado, iniciou sua carreira política como Vereador de Goiânia, eleito em 1958. Logo em seguida foi eleito Deputado Estadual em 1962, e Prefeito de Goiânia em 1965, onde exerceu o cargo até outubro de 1969, quando teve seu mandato cassado baseado no Ato Institucional nº 5, conhecido como AI-5, que suspendeu seus direitos políticos por 10 anos. Voltou à política em 1982 sendo eleito Governador de Goiás e em 1986 foi nomeado Ministro da Agricultura no Governo de José Sarney, permanecendo no cargo até 1990, quando foi reeleito Governador do Estado. Em 1994 foi eleito Senador e quatro anos depois se candidatou novamente ao cargo de Governador, mas desta vez terminou derrotado. Foi eleito Prefeito de Goiânia em 2004 com 56% dos votos válidos no segundo turno e na eleição seguinte foi reeleito. Antes de se filiar ao PMDB, militou pelo PTB, PSD e pelo extinto MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Machado, que presidiu a Comissão no período de 1995 entre 1998. No mesmo ano, a deputada federal Lydia Quinan, foi empossada como 2º vice-presidente na gestão de 1995, e depois quem ocupou um cargo nessa instância foi Mara Merly de Pina Naves (deputada estadual), empossada em 1998.

Um dado importante a se destacar é de que na gestão de 2011 à 2013, o PMDB não indicou nenhuma mulher para compor a Comissão Executiva nos cargos considerados de grande relevância, não acompanhando a tendência dos demais partidos, que demonstraram um aumento do número de mulheres nesse órgão de direção, conforme analisaremos adiante.

O PSDB destacou-se na cena eleitoral em Goiás a partir do final dos anos noventa, basicamente devido à atuação política de seu principal líder, Marconi Perillo[14]. No que se refere à composição de sua Comissão Executiva Estadual, os dados apontam que o PSDB não sofreu muitas renovações em sua dinâmica interna. Em várias gestões, a presidência e a vice-presidência foi sendo intercalada pelos deputados Antônio Faleiros e Jônathas Silva e o advogado e militante Paulo Silva de Jesus. (ver anexo 2)

Este quadro dirigente do partido começou a ser ocupado apenas no dois mil, quando a ex-deputada federal pelo PMDB, Lidia Quinan, assumiu como primeira vogal. Na gestão seguinte já se observou a presença de uma mulher em um dos cargos importantes na Comissão Executiva, no caso o de segunda secretaria. Logo na próxima gestão, em 2005, a senadora Lúcia Vânia ascendeu à cadeira de vice-presidente na Executiva Estadual.

Isso nos leva a observar que a ausência feminina nesse espaço foi total desde a fundação do partido até o final da década de noventa, até que o partido começa, aos poucos, a ceder espaço para as mulheres no quadro de dirigentes, mesmo ainda com pouca presença feminina. Essa evidência é confirmada quando observamos as gestões de 2009-2011 e 2011-2009: a deputada federal Sônia Chaves ocupou por duas vezes o cargo de vice-presidente. Além disso, Eliane Pinheiro (então chefe de gabinete do governador Marconi Perillo) e a vereadora Cristina Lopes Afonso se apresentaram como secretária adjunta e terceira vice-presidente.

[14] Marconi Ferreira Perillo Júnior é advogado, deu início a sua carreira política ainda na década de oitenta como presidente do PMDB-Jovem de Goiás, e posteriormente como presidente nacional da Juventude do PMDB. Exerceu seu primeiro cargo eletivo em 1990, quando foi eleito Deputado Estadual. Quatro anos depois mudou para o extinto Partido Popular e foi eleito Deputado Federal, filiando-se no ano seguinte para seu atual partido, o PSDB. Foi eleito Governador de Goiás em 1998 e reeleito em 2002 Em 2006 foi eleito Senador com 75,82% dos votos válidos, alcançando uma votação histórica. Foi eleito em 2010 novamente como Governador de Goiás.

O PT apresentou uma particularidade quanto à ocupação de mulheres em alguns cargos. O exemplo se refere à Vanilda Aparecida, militante que ocupou por cinco vezes um cargo que tradicionalmente tem sido ocupado por homens nos cargos de decisão, o da tesouraria do partido. Outro aspecto é de que mulheres só começam ocupar cargos na Comissão Executiva deste partido a partir de 1990. Como já mencionado, não há mulheres na atual gestão (2010-2013).

Nos documentos disponíveis pelo TRE não foi identificado nenhum cargo ocupado por mulheres pelo PFL/DEM. Durante as entrevistas buscamos saber se em algum momento do período estudado deste partido houve a ocupação de uma mulher sequer nos cargos de direção e por qual razão houve tamanha ausência.

No caso do PCdoB, este voltou a atuar legalmente somente no período pós-ditadura, mais especificamente em 1988. Dessa forma, a análise é evidenciada sob o prisma de um partido político que tem como diretrizes ideias comunistas, ao menos nos seus princípios originários, já que se prevê uma política de gênero mais inclusiva por conta da ideologia, conforme os estudos sobre mulher e política apontam. Todavia, Tavares descreve que muitas vezes, a formação moral e cultural de cada militante acaba permeando sua prática política, podendo entrar em choque com a postura oficial do partido, racionalmente e ideologicamente elaborada (TAVARES, 2002). Verificaremos se a ideologia efetiva a inclusão e a representatividade de mulheres nos cargos de direção nos partidos de esquerda em Goiás.

Em função de uma mudança estatutária do partido (ocorrida em 1995), foi necessário a elaboração de uma tabela a parte dos outros partidos analisados, conforme explicaremos. A composição e distribuição de cargos na Comissão Executiva se dá a partir de então não mais no formato presidente, vice-presidente, secretários, tesoureiros, vogais e suplente, como nos demais partidos. Essa mudança, ocorrida em 1995[15] e efetuada em 1997, deslocou o nome desse espaço diretivo de Comissão Executiva do PCdoB para Comitê Central, "organismo dirigente máximo do partido estadual". (Fonte documental: estatuto do partido). Os cargos agora são divididos a partir de um secretariado: Presidente; Vice-Presidente; Secretaria de Organização, Secretaria de Formação, Secretaria de Finanças, Secretaria Sindical e Secretaria de Comunicação.

---

[15] O artigo 14 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, assegurou aos partidos uma maior liberdade para a estruturação de seus quadros "Art. 14. Observadas as disposições constitucionais e as desta Lei, o partido é livre para fixar, em seu programa, seus objetivos políticos e para estabelecer, em seu estatuto, a sua estrutura interna, organização e funcionamento.".

Tabela 2. Distribuição dos cargos na Comissão Executiva entre Homens e Mulheres, 1985 a 2013 [PCdoB].

De 1985-1995											
Presidente		Vice-Presidente		2º Vice Presidente		1º Secretário(a)		2º Secretário(a)		Tesoureiro(a)	
Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
4	0	3	1	1	2	2	2	3	0	4	0
100%	0%	75%	25%	33%	67%	50%	50%	100%	0%	100%	0%

De 1997-2013													
Presidente		Vice-Presidente		Sec. Organização		Sec. Formação		Sec. de Finanças		Sec. Sindical		Sec. de Comunicação	
Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
8	1	2	3	5	2	3	7	6	0	2	6	5	4
89%	11%	40%	60%	71%	29%	30%	70%	100%	0%	25%	75%	56%	44%

Fonte: Livros de Atas de Reuniões do PCdoB.

Sobre o período de 1986 à 1995, já é possível notar uma incidência maior de mulheres nesse órgão de direção em comparação aos outros partidos políticos: o PCdoB é o único que apresenta mulheres na composição de cargos de tomada de decisão desde a sua fundação (ou refundação, considerando seu tempo como partido político ilegal). Entre os cargos mais importantes na estrutura organizacional do partido, percebe-se que há uma presença feminina participante nos primeiros momentos do PCdoB em Goiás, encontrando já três mulheres na Comissão Executiva Estadual: as militantes Edwiges Carvalho Corrêa, Lúcia Helena Rincon Freitas e a ex-deputada estadual Denise Aparecida Carvalho, nos cargos de primeira secretária, vice-presidente e segunda vice-presidente.

Nesse sentido, um apontamento para a maior presença feminina no partido poderia ser explicada pelo teor ideológico comunista, que ofereceria a priori uma maior abertura à base feminista presente. Resta combinar com a fase qualitativa do estudo para auxiliar na compreensão sobre como o encaixe entre o feminismo e as dinâmicas de poder dentro do PCdoB funcionam.

A presidência do partido também sempre coube aos homens, como nos demais partidos políticos analisados, exceto no PMDB quando assumido pela deputada federal Iris de Araújo. Porém, na gestão 2011-2013, a deputada estadual Isaura Lemos assumiu o cargo, evidenciando a tendência do PCdoB em oferecer mais vantagens ao acesso das mulheres nesses cargos importantes. Isso será confirmado ou não, nas entrevistas, através da perspectiva qualitativa da pesquisa.

A análise da ocupação de mulheres nos cargos de direção será aqui comparada com os índices de elegibilidade de deputadas federais e estaduais, para que verifiquemos uma potencial correlação entre os partidos e seu grau de elegibilidade de mulheres com o número de mulheres incorporadas à sua elite dirigente. Observemos a tabela abaixo:

Tabela 3. Deputados federais e estaduais eleitos pelo PMDB, PT, PSDB, PCdoB e DEM - 1986 a 2010.

Partido	Deputado Federal				Deputado Estadual			
	Homens	Mulheres	Total	% mulheres	Homens	Mulheres	Total	% mulheres
PMDB	39	7	46	15%	40	8	48	17%
PT	5	1	6	17%	13	0	13	0%
PSDB	10	3	13	23%	27	4	31	13%
PcdoB	1	0	1	0%	1	2	3	67%
DEM/PFL	14	0	14	0%	13	0	13	0%
Total	69	11	80	14%	94	14	108	13%

Fonte: BRASIL, 2013.

Os partidos de maior expressão eleitoral, como o PMDB e o PSDB possuem maior índice de elegibilidade de mulheres, o que não significa ser um nível suficiente de deputadas eleitas, pois serem índices ainda muito desiguais. O PMDB apresenta uma contradição quanto aos cargos de direção, que como já mencionamos, fica cada vez mais lenta a entrada de mulheres na elite do partido, e aqui observamos que é o partido que mais elege deputadas em comparação aos demais. O DEM confirma ser um partido exclusivo de homens, pois não elegeu nenhuma mulher e tampouco as incluiu nos cargos de direção. Os de esquerda, PT e PCdoB, também apresentaram um número de mulheres eleitas muito ínfimo, sendo que o PT ainda não conseguiu eleger nenhuma deputada estadual e o PCdoB nenhuma deputada federal. Uma peculiaridade que se destaca é que o PCdoB obteve um número maior de eleitas nas legislaturas de deputada estadual. É claro que as expressões eleitorais de cada partido influenciam aqui, já que o PCdoB e o PT elegeram bem menos deputados do que o PSDB e o PMDB, por exemplo. Conforme afirma Pinheiro (2006), o espaço legislativo tem sido ocupado especialmente pelos partidos de centro, em detrimento dos de esquerda, que mantiveram suas bancadas mais ou menos constantes ao longo dos anos.

> um estudo comparado envolvendo diversos países europeus (UIP, 1997), mesmo que não possa ser generalizado para todos os países (já que incorporou também sistemas majoritários europeus), concluiu que existem dois padrões de elegibilidade partidária em relação às mulheres: (1) o primeiro referido ao perfil ideológico, com partidos mais à esquerda elegendo mais mulheres do que os de centro e os partidos de direita; (2) o segundo vincula-se à magnitude do partido: partidos de médio porte tenderiam a eleger mais mulheres, elas tendo menos chances de elegibilidade nos dois extremos (em partidos muito grandes e nos muito pequenos). (MATOS E CORTES, 2011, p. 61).

Assim, para que se entendam as diferenças significativas presentes entre as ocupações das mulheres nesses cargos de poder, o instrumento qualitativo da entrevista direcionada será indispensável e muito importante. Alguns fatores e categorias serão utilizados para essa análise tais como a busca pelo espaço, a incidência e abertura feminista no partido político e sua influência, os constrangimentos, a política de gênero entre outros. A negação implícita desse espaço às mulheres nos partidos políticos reflete na confirmação de uma dominação masculina quando o assunto é principalmente decidir as questões partidárias, e que envolvem, sobretudo, estratégias políticas, eleitorais e institucionais.

4.2 Perfis das mulheres que ocupam cargos de direção - as mulheres dirigentes e suas bases políticas

Apresentar o perfil e a trajetória política destas mulheres se faz importante porque permite vislumbrar quais são as mulheres capazes de conquistar cargos de direção e poder nos partidos políticos. As trajetórias políticas identificadas revelam informações que orientam as formas de atuação política feminina nas agremiações partidárias.

A faixa etária das mulheres entrevistadas está entre 48 a 75 anos, o que sugere que para se chegar a qualquer cargo de direção é necessário uma trajetória política mais consolidada. Todas possuem ensino superior completo ou incompleto. No caso dos homens, há o predomínio do bacharelismo em direito e nas mulheres há diversidade prepondera, várias profissões apareceram: jornalista, fisioterapeuta, advogada, agrônoma, enfermeiras etc. A maioria ainda cumprem tais funções, os homens não, apenas a função política em seus cargos.

O perfil educacional demonstra que um nível educacional mais avançado é requisito para que as mulheres ocupem cargos de direção, ou mesmo ascederem à carreira política. Isso também não nos permite falar com exatidão de um perfil das mulheres que chegam a um cargo de direção nos partidos em Goiás devido à diversidade e o número de outras mulheres, mas já nos elucida sobre o fato de que a educação é a dimensão crucial para a entrada das

mulheres na elite política. “Sem o acesso a um patamar mínimo educacional, torna-se impossível o equacionamento dos problemas fundamentais e o envolvimento nas ações políticas”, conforme lembra Avelar ao analisar o tema. (AVELAR, 2001; p. 37).

Sobre as formas de inclusão na política, predominam as trajetórias construídas a partir dos movimentos sociais. Nesse caso, incluem-se àquelas que participaram de associações estudantis, sindicatos, movimentos comunistas e que se destacarem como líderes estudantis, consolidando suas trajetórias nos partidos de esquerda, no caso, PT e PCdoB. De acordo com Pinheiro (2006), o período de redemocratização revelou-se importante, já que possibilitou a emergência de movimentos sociais, funcionando como porta de entrada na política formal, “o que permitiu a formação de quadros fora da herança familiar ou partidária.” (PINHEIRO, 2006, p. 112). Além disso, os sindicatos e as associações tornaram-se espaços fundamentais de fortalecimento da liderança das mulheres. A outra forma de entrada, refere-se portanto, a um capital político conquistado via tradição política familiar ou conjugal. “Nesse caso, as mulheres aproveitam do prestígio de familiares para conquistar uma cadeira no Parlamento, e herdam, não apenas o *savoir faire* político, mas também uma rede de vínculos, compromissos e realidades.” (PINHEIRO, 2006, p. 109). Essa análise pode ser verificada nas falas seguintes:

> *Desde muito jovem eu tenho um envolvimento com a política, porque meu pai, ele era pastor e professor e foi deputado federal por 14 anos em Minas Gerais e eu desde a minha adolescência ajudava meu pai naquele processo de mandar células pro município, fazia contato com prefeitos e etc.[...] Aí casei com meu esposo, que toda vida mexeu com política e ele era grande entusiasta da política, estendia a mão sem olhar raça, cor, partido. [...]“Sempre me inspirei no meu marido, ele é meu ídolo político e não nego isso. (Mulher 1, PMDB).*

> *Minha inserção na política se deu através do meu esposo o do seu ideal, fazendo da política um instrumento para o bem comum. Eu via amor à causa. Por isso eu me envolvi... (Mulher 2, PMDB).*

> *A minha história política aconteceu a partir do movimento estudantil, quando fiz agronomia, em 86. Depois fui me envolvendo com o sindicato dos Agrônomos do estado de Goiás. Daí já me filiei ao PT, começando uma militância mais forte e estruturando minha vida política. (Mulher 1, PT).*

> *A minha participação começa nos movimentos sociais, no início dos anos 80 eu fui vice-presidente do DCE, depois presidente do DCE da UFG, logo em seguida presidente da UEE, num momento de muita ebulição política, foi quando nós fizemos aqui o movimento "Pula Catraca", em meio as Diretas-Já [...] Então meu ingresso se deu através das lutas sociais. (Mulher 1, PCdoB).*

Essa associação entre centro/direita e o prestígio familiar e entre esquerda e a vinculação aos movimentos sociais é confirmada no estudo de Pinheiro (2006) que analisa os dados e os perfis das deputadas federais brasileiras no período de redemocratização até os anos dois mil. Entre as deputadas que tiverem vínculo com os movimentos sociais, 87% eram filiadas aos partidos de esquerda, 13%, a partidos de centro, e nenhuma aos de direita. Para aquelas que contam com a tradição política familiar, os partidos de centro e de direita constituem-se como os principais recebedores de sua filiação. O principal portal de acesso à política vêm de famílias políticas, particularmente por meio de seus pais ou maridos.

4.3 Gênero como categoria de análise para a sub-representação nos espaços de poder

A noção de gênero é explicitada aqui, como unidade de análise para explicar o comportamento dos homens e das mulheres frente à participação política feminina nos espaços de poder dos partidos políticos. Isso pode explicar por exemplo, em relação aos papéis de gênero, como e porque algumas mulheres atuam em áreas socialmente construídas como feminina e na vida interna dos partidos, observar como as relações entre os sexos são estabelecidas no direcionamento dos cargos. "Nesse sentido deve-se destacar que, nem sempre se reconhece à mulher a capacidade e a racionalidade necessárias ao exercício de cargos de mando, elas parecem aptas a assumirem essas posições apenas se o tema tratado remete ao seu papel no espaço privado." (PINHEIRO, 2006; p. 139). Tal como se apresentou, as representações sociais atribuem às mulheres melhor desempenho e aptidão em temas como educação, saúde, meio ambiente, artes, defesa do consumidor e auxílio aos pobres. (PINHEIRO, 2006).

O que se observa em algumas falas das entrevistadas, nada mais é do que a reprodução de algumas concepções pautadas em concepções de gênero, a partir das quais homens e mulheres orientam seus comportamentos. Essas reproduções, esses pensamentos, "constroem-se e apresentam-se à sociedade em obediência a determinadas regras não explícitas"

(PINHEIRO, 2006), quer dizer, essas condições desiguais são aceitas e promovidas por um discurso implícito e naturalizado.

De acordo com Araújo, alguns aspectos ajudam a definir os padrões de gênero que conformam o acesso à representação política das mulheres. Além da dimensão histórica da exclusão da cidadania, devemos observar pensamentos e práticas discriminatórias que envolvam essas relações e que se reproduzem, também no interior dos partidos políticos. (ARAÚJO, 2005; p. 193). Essa internalização desses processos que naturalizam as características dos sexos é reproduzida também pelas mulheres. Homens e mulheres ocupam diferentes posições no acesso e no exercício do poder, e isso vai acarretando diferenciações nos valores nas visões de mundo de cada um. Basta observar a fala abaixo, para entender como as percepções sobre fazer política se diferencia entre os sexos:

> *Na verdade você tem que se preparar pra que você possa competir, agora, isso não impede você de ter esse olhar feminino em cima dos problemas! Eu acho que existe sim uma diferenciação! E ela é muito clara no congresso, quando a mulher está diante de um problema ela tem uma forma totalmente diferente de ver esse universo que é do homem sabe, então eu acredito que tenha um olhar feminino, um olhar diferenciado quando se trata de uma série de problemas, aí eu acho que a mulher tem muito mais sensibilidade para o social, porque ela tá dentro de casa, ela tá vendo esse problema antes, então isso faz com que essa sensibilidade a diferencie do homem. Agora o que você precisa usar e não deixar que a emoção tome conta da sua posição, você tem que ter sensibilidade, mas ao mesmo tempo ser racional na busca da solução desse problema. (Mulher 2, PSDB).*

Como sabemos, não só os homens reproduzem esse pensamento, mas a sociedade em seu todo. As mulheres argumentam sobre comportamentos que são estabelecidos para cada um dos sexos, ou seja, a construção social aponta para o que deva ser mulher e para o que deva ser homem. Isso é facilmente percebido no discurso acima, de modo que as características de sensibilidade e solidariedade são associadas às mulheres, enquanto a objetividade e a agressividade, aos homens. (PINHEIRO, 2006).

Por essa razão, algumas desigualdades são visivelmente construídas por essas reproduções, salientando as discriminações que impedem o acesso às condições iguais de participação. O poder parece combinar mais com os homens, ser mais natural ao seu

comportamento político ou temperamento. Observemos como isso acontece em ambientes concernentes à política, porém vivenciados fora da estrutura física do partido:

> *O status do senador mesmo ele sendo suplente é muito maior do que o da de senadora. Quando ele sai no corredor ele sai com todos os assessores, aquela empáfia... a senadora sai, primeiro que a roupa que é diferente, que é terno né... para aqui, conversa ali, conversa com outro. O homem faz questão, na relação com o poder, de usar uma liturgia que faz ele maior do que ele é. A mulher dispensa essa liturgia. [...] Quando eu subia no palanque eu era a última a falar, falavam todos os homens e me deixavam por último, quando o comício já estava bem vazio. " (Mulher 2 – PSDB).*

As representações das palavras e os elogios proferidos, recursos utilizados sempre por homens direcionados às mulheres, compreendem intenções para "ganhar" a mulher no jogo político e impossibilitar, mesmo sem intenções programadas, sua chegada à classe dirigente do partido. A persistente sub-representação desloca a mulher a um papel político subordinado ao homem, e nota-se que essa percepção é utilizada na tentativa de conseguir vitórias políticas.

> *No movimento estudantil, a história da musa... o curso que ela fazia era importante, a aparência física, mas mesmo qualquer que seja a mulher há uma tentativa de desqualificação por um motivo ou outro, e aí se rotula... é porque é musa, é porque é aquilo ou outra coisa. [....] Então até a forma de expressão ainda é cobrado a entonação masculina, a combatividade também era medida por padrões do estereótipo masculino. O aspecto da coerção era muito valorizado e pouco da coesão, esse de construir consensos, construir acordos... (Mulher 1, PCdoB).*

Sobre as dificuldades da participação política na Comissão Executiva, as relações de dominação são aceitas pela reprodução dos hábitos e a não sensibilização sobre os dois mundos nos quais as mulheres devem percorrer, o privado e o público, diferentemente do homem, que por legitimação cultural podem se dedicar somente ao mundo público da vida.

> *[...] também os próprios companheiros de partido dizem: '"Ah, porque que eu vou eleger essa camarada pra um posto de direção ou uma via parlamentar se ela tem*

algumas limitações que impedem que ela esteja o tempo todo ali... então a gente acaba prejudicando o nosso papel como mãe, como esposa, o papel ali que você desempenha ali em casa. Eu preciso mostrar que não tenho limitação... Eu tenho que quase que abdicar da vida particular. (Mulher 2, PCdoB).

De ordem subjetiva, eu enfrentei uma dificuldade muito maior do que essa, que vem da dificuldade da voz, da expressão, da fala, porque na minha formação toda anterior não havia uma valorização das mulheres no espaço público da fala, foi uma barreira a ser rompida... eu também fui mãe muito nova, fazendo movimento estudantil com o filho a tira colo. (Mulher 1, PCdoB).

Por ela (a mulher) ter dupla jornada e responsabilidades em casa, as mulheres evitam entrar em uma via parlamentar, entrar em partidos políticos, porque ela passa a ser uma pessoa pública, então todos os problemas decorrentes da vida doméstica, o fato de ter filhos e essas coisas foram ignorados pela sociedade." (Mulher 2, PCdoB).

A respeito desse tema, Medero afirma

> "Aunque para favorecer la participacion feminina es necessário además impulsar outro tipo de medidas que contribuyan a eleminar las barreras que impiden y dificultan el ingresso de la mujer em la vida política. Estamos hablando de la conciliación de la vida professional y la vida familiar, de ahí que también sea preciso por ejemplo ayadar a sufragar el costo de las guarderias infantiles, lo que facilitaria la incorporación de la mujer a um mundo que hasta hace poco estaba reservado em exclusiva a los hombres." (MEDERO, 2008, p. 435).

Proporcionar às mulheres condições para defender seus interesses politicamente, significa assim, argumentar sobre os ciclos de vida da mulher, períodos de maternidade, da criação dos filhos. "*Conciliar*, um verbo crucial na vida de quase todas as mulheres. E no caso, trata-se de conciliar vida profissional, vida familiar e vida política, três universos altamente envolventes e de múltiplas demandas." (AVELAR, 2001; p. 70). Portanto, esses discursos apontam a existência do preconceito quanto a essa dimensão da vida e sua relação com a vida política da mulher, evidenciando as limitações impostas para que a mulher amplie sua representação política.

Em relação a esses preconceitos e condutas, Bourdieu (2003), reflete nos atos simbólicos[16], a constituição de uma dominação simbólica que preconiza a violência. Para que a eficácia desse simbolismo seja aceita, as categorias de percepção sobre a construção de gênero precisam ser iguais. Essa igualdade significa ser exercida com a cumplicidade do dominado, na medida em que, para que a dominação se dê, é preciso que o dominado aplique aos atos do dominante as mesmas estruturas de percepção utilizadas pelo dominante. À essa compreensão, observemos como algumas mulheres se tornam cúmplices dessa dominação, através de percepções idealizadas de como deva ser mulher:

> *"A mulher é guerreira né, ela não desiste, ela demora a assumir alguma coisa, mas quando ela assume ela assume com responsabilidade. [...] Eu creio que a mulher, ela sonha muito, ela quer um futuro melhor para seus filhos, para aqueles que a rodeia, ela tem essa visão mais periférica, é mais detalhista, ela pensa mais..." (Mulher 1, PMDB).*

Desse modo, "as injustiças de gênero e os modos de subordinação pós- tradicionais[17] que a elas se associam são formas que exigem superação para o alcance efetivo da democracia e da justiça." (MATOS, 2011; p. 45). Uma forma pós-tradicional de injustiça vinculada à dimensão de representação e as mulheres políticas brasileiras se constitui como um grave problema nessa superação:

> [...] se forem mulheres como os estereótipos arraigadamente vigentes de gênero as definem – doces, sensíveis, conciliadoras, cuidadoras – , serão destruídas por um processo de disputas políticas , eleitorais, partidárias e parlamentares profundamente agressivo, egoísta e competitivo; se forem mulheres agressivas, corajosas, ambiciosas, determinadas, competitivas, simplesmente não serão mais vistas como mulheres, terão se "masculinizado" e serão tratadas como "generalas", "autoritárias", "intransigentes", não capazes mais de representar outras mulheres." (MATOS, 2011; p. 47).

Para Matos, esse é um processo silencioso, mas muito eficaz quanto à pavimentação de obstáculos ao avanço político feminino, reforçando essa exclusão. Esse tipo de

[16] Atos simbólicos podem exercer um poder estruturante, na medida em que são também estruturados. E a estruturação decorre da função que os sistemas simbólicos possuem de integração social para um determinado consenso. O consenso aqui apresentado é o da hegemonia, ou seja, o da dominação. (BOURDIEU, 2003).

[17] Para Matos, as formas pós-tradicionais de permanência da subordinação feminina são moldadas por estratégias que se definem como promovedoras de uma certa "autonomia feminina. "Seja pelo viés da tecnologia dos eletrodomésticos, ou das formas perversas da "escolha", de um retorno ao lar ou da contratação da "empregada doméstica (quase sempre negras), a emancipação feminina está constrangida pelas dimensões não negociáveis do mundo privado doméstico, mesma pelas formas mais reinventadas dos vínculos amorosos. (MATOS, 2011).

enquadramento desqualifica a capacidade política feminina, prejudicando o seu *empoderamento*, principalmente frente à elite partidária.

CAPÍTULO 5

A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS CARGOS DE DIREÇÃO PARTIDÁRIA: AS DIFERENTES VISÕES

As mulheres enfrentam grandes obstáculos quando se trata de distribuição de poder. As falas ouvidas durante as entrevistas exprimem as dificuldades que muitas enfrentam quando o assunto é a atividade política. Essas barreiras foram percebidas, inclusive nos períodos que antecedem eleições, principalmente por aquelas com uma carreira política mais estabelecida:

> *[...] não fui a primeira mulher a me candidatar a deputada estadual, naturalmente eu precisava de um número maior de votos, e nessa ocasião eu comecei o meu trabalho visitando os diretórios e pude perceber que nos diretórios a decisão era iminentemente masculina, não havia mulheres participando dos diretórios... na medida que eu fui caminhando e vendo que os diretórios eram compostos só por homens eu comecei a solicitar deles o apoio e comecei a dizer da minha plataforma política, o que eu pretendia como deputada federal, e depois que eu dizia tudo isso eles diziam pra mim, "tudo bem eu vou pedir minha mulher para te apoiar", e assim, minha primeira eleição se deu pelas mulheres dos dirigentes partidários me apoiando, de prefeitos, vereadores, o pessoal vinculado a educação geral das mulheres. Mas sem nenhum apoio formal dos diretórios, todos os diretórios que eu procurei me encaminharam para as mulheres. (Mulher 2 – PSDB).*

Essa fala mostra que a baixa presença feminina nos cargos de direção provém principalmente do pouco incentivo e estímulo advindo dos homens, vistos como "donos" dos partidos políticos e da mínima promoção da participação política feminina. A presença da mulher implica não só uma desconfiança quanto à sua atuação política, como um menor reconhecimento de sua ação política comparado aos homens, impossibilitando assim, uma representação feminina mais substantiva. Para Araújo, ações políticas pela busca ao poder podem ser definidas por suas posições ideológicas, podendo ajudar a definir estratégias partidárias e o lugar dos atores políticos nessas estratégias, inclusive o recrutamento e os investimentos partidários. (ARAÚJO, 2004).

Mas antes que isso aconteça, um reconhecimento legítimo por parte dos partidos, algumas mulheres demonstraram interesse em se qualificar e almejam maior espaço dentro da arena política, ou em primeira instância, na política partidária. A sensação norteadora desse tipo de ação era de que os homens as colocavam à prova quando elas executavam suas funções.

> *[...] mesmo eu tendo uma quantidade enorme de anos aí, pra se ter uma ideia eu não tenho um espaço na executiva do meu partido daqui do estado, eu sou vice-presidente no nacional mas não no meu estado. Isso é uma coisa que eu venho gritando há muito tempo e que agora, à medida que o tempo passa você vai também abrindo esse espaço meio a força né, e eu tenho aberto esse e... No nacional eu sempre me neguei a participar desses segmentos paralelos que se formam nos partidos para alijar a mulher no poder de decisão. (Mulher 2, PSDB).*

Isso incrementa a noção de que mulheres não participam da elite partidária, já que não possuem conhecimento e informações sobre os partidos políticos. Outra questão abordada se refere às condições de financiamento de campanha considerado como entrave à ascensão feminina nos partidos e consequentemente o poderio sobre as tomadas de decisão.

> *O fundo partidário é uma incógnita, nós não sabemos quanto o partido faz com esse fundo partidário, onde ele é aplicado, qual a proporcionalidade que é aplicado para estimular a mulher a participar do processo político. Isso é uma caixa preta e isso são todos. Ninguém expõe e também os filiados não cobram. Tanto é que eles não colocam uma tesouraria na mão de uma mulher. (Mulher 2, PSDB).*

No entanto, o PT foi o único partido a indicar uma mulher para o cargo geralmente ocupado por homens. Embora o partido tenha apresentado poucas mulheres ocupando cargos de direção, esse é um ponto a ser destacado, pois geralmente as mulheres são condicionadas a cargos de secretariado e organização ou áreas socialmente construídas como femininas. No caso do PT, uma única mulher chegou a ocupar a tesouraria por cinco vezes, demonstrando a pouca rotatividade deste cargo. Nesse sentido, deve-se destacar que, nem sempre se reconhece à mulher a capacidade e a racionalidade necessárias ao exercício de cargos de maior poder, não estando aptas para tal. (PINHEIRO, 2006). No PT, no entanto, identificou-se o reconhecimento da aptidão de uma mulher para os assuntos financeiros.

> *Então também com essa força política, porque se você não tiver uma força política dentro do PT você dificilmente ocupa um espaço de poder, digamos o seguinte, alguns me prestigiaram me alçando à direção partidária por essas características. Mas sendo valorizada como mulher propriamente dita ou abrindo espaço independente de ser mulher, não foi nesse formato, acho que foi muito mais pelas características. E com um diferencial, o cargo é muito técnico. [...] Com o passar do tempo você vai desenvolvendo algumas habilidades políticas, e de negociação e de imposição até para você ter o respaldo do partido. (Mulher 1, PT).*

Além disso, "essas novas demandas pelo aumento da presença de mulheres em fóruns de tomada de decisão política são consideradas centrais para melhorar o *accountability* desses espaços, aprofundar a democracia e promover a igualdade de gênero". (SACCHET, 2009) Entendemos, contudo, que representação e prestação de contas devam ser ampliadas e exercidas por procedimentos que permitam que homens e mulheres discutam mutuamente as políticas que têm sido defendidas em suas agendas. (MATOS E CORTÊS, 2010).

As duas mulheres entrevistadas pertencentes ao PCdoB enfatizaram que o partido é o único a eleger uma mulher como presidente do Diretório Nacional, o que se fez por engano, lembrando que o PMDB também foi presidido pela deputada federal Iris de Araújo, em 1995.

Sobre isso, outro aspecto importante a ser analisado durante as entrevistas foi o desempenho das mulheres dentro de cada partido político no que se refere ao perfil ideológico dos mesmos. Isso quer dizer que alguns partidos apresentaram algumas diferenciações quanto à ocupação de cargos de poder, de modo que a ocupação desses cargos se deu principalmente nos partidos de esquerda:

> *Não houve, por exemplo, exigências normativas dentro do partido, independentemente da posição machista de alguns militantes que vieram da ação popular eu não sentia um machismo institucional no PT, e sim comportamentos machistas individualizados. E eu sempre fui respeitada por ser mulher e pela minha condição de militante dentro do partido. (Mulher 1, PT).*

> *No período em que fui militante eu sempre ocupei cargos de direção do partido, inclusive nas candidaturas eu fui coordenadora do plano de governo. (Mulher 2, PT).*

Algumas justificativas para essa conduta foram apresentadas:

Um outro diferencial que ajuda as mulheres a terem mais poder de decisão dentro do partido, é o fato do partido não ser montado em cima de estruturas econômicas, mas sim de projetos sociais e de lutas estratégias com uma formulação teórica e política sólida. Então como é um partido da luta do povo, de caráter popular, ele abre mais possibilidades de participação equitativa entre homens e mulheres. Em outros partidos conduzidos por quem tem o poder econômico isso se torna mais difícil. Na medida em que as mulheres não são as detentoras do poder econômico. (Mulher 1, PCdoB).

Esse contexto foi considerado interessante por observamos efeitos internos, no que diz respeito à ideologia e à segmentação, e que exercem de fato alguma influência sobre as chances de mulheres participarem mais ativamente da política partidária, mesmo sabendo que predominam nesses partidos a atuação masculina, como nos outros. Assim, inclui nesta análise identificar quais são os índices de participação nesses espaços tanto no PCdoB quanto no PT.

Sobre essa possibilidade de maior abertura política para as mulheres, Araújo relaciona a tendência ideológica dos partidos com a presença de mulheres em seus quadros:

> Um estudo comparado envolvendo diversos países europeus (IPU, 1997) concluiu que havia dois padrões de elegibilidade partidária em relação às mulheres. O primeiro era referido ao perfil ideológico, com os partidos mais à esquerda elegendo mais do que os de centro, e sobretudo, os de direita; o segundo, em relação à magnitude do partido: os partidos de médio porte tenderiam a eleger mais mulheres e elas teriam menos chances nos extremos, isto é, em partidos muito grandes e nos muito pequenos. Nesse cenário, o surgimento de novos partidos seria favorável somente se se tratassem de agremiações progressistas, porque trariam incorporado um compromisso de princípio, Partidos tradicionalistas, sobretudo os de corte religiosos, não contariam muito, pois não incorporam muitas mulheres e não dão relevância a essa questão. (ARAÚJO, 2005; p. 198).

Sobre o número de mulheres nas cúpulas partidárias e essa tendência ideológica em incorporar mais mulheres, Avelar afirma:

> A conclusão a que chegamos é que os partidos políticos organizados sob o princípio de classes, os partidos menores, alinhados à esquerda, é que incorporam, em maior proporção, segmentos representativos das mulheres. Uma explicação coincide com aquela de outros países: a de que é por meio de partidos com tais características que

> os movimentos de mulheres viabilizam suas demandas pela proximidade com os objetivos mais gerais desses partidos. Nos outros, constituídos pelas forças políticas do poder tradicional, é muito pequena a participação da mulher. (AVELAR, 2001; p. 81).

Além disso, os partidos de esquerda abriram espaços para promover mulheres a cargos políticos decisórios considerados masculinos. Como já mencionamos, as duas mulheres entrevistadas, tanto do PT quanto do PCdoB, já passaram pelo cargo da tesouraria, geralmente ambiente dominado por homens. Sobre isso elas observam:

> *O machismo político é gritante, e avançou muito pouco. O PT avançou mais. Eu entrei na direção partidária antes da instituição de cotas, mas entrei mais porque eu vivia muito ali perto da organicidade do partido, eu era reconhecida do ponto de vista técnico, eu sempre tinha muita habilidade com finanças e aquilo foi percebido. Dentro de uma agremiação partidária a questão da lealdade, fidelidade ela também é muito percebida. Mas é claro que existe o jogo interno, das divisões entre os poderes internos e cada um apresenta seus nomes em suas respectivas áreas na direção do partido. (Mulher 2, PT)*

No PCdoB, as mulheres apresentam um panorama de que desde o período de criação do partido o estímulo à representação feminina esteve presente ao longo do tempo e que discussões cruciais como a necessidade e as saídas para a reconciliação entre o público e o privado foram travadas:

Uma discussão que nós fizemos internamente, foi se seu poderia ter engravidado... a grande maioria foi contundente dessa questão do público e privado, o direito de todas as mulheres a fazer escolha mesmo em função de representação coletiva, mas mesmo assim tinha pessoas dentro que achavam que não... mas como faz parte da luta comunista o processo de emancipação feminina, eu escolhi engravidar" (Mulher 1, PCdoB).

Contudo, não há afirmações contundentes nas falas de que esse partido ofereceria condições que garantiriam plena participação no quadro de dirigentes, isso nos faria afirmadores de que a função democrática nesse caso específico seria ilimitada, o que não é, já que os números ainda apontam uma desigualdade entre mulheres e homens dirigentes, mesmo nesse partido.

Sobre a estrutura da Comissão Executiva do PCdoB, que muda a partir de 1995 e foi apresentado nesse mesmo capítulo[18], sua componente deduz que:

> *Essas funções são executivas, que compõe um grupo que não toma decisão política alguma. Ele apenas se reúne semanalmente para acompanhar o desenrolar das tarefas específicas. O que toma a decisão é a comissão política maior, que tem algumas secretarias que não compõe o secretariado, só que todos esses órgãos garantem os 30% de mulheres presentes. (Mulher1, PCdoB).*

Assim é possível perceber que mesmo aqueles partidos que tendem a incluir mais mulheres nos espaços de poder, a participação em processos deliberativos ainda é mínima.

> *Olha eu acho o PMDB um partido muito machista, pra você conseguir uma vaga no PMDB, sendo mulher, ela é batalhada. Não tem um chamamento assim sabe, vem você tem ideias, você vai acrescentar, nós queremos te ouvir. [...] na minha época, o PMDB sempre teve dono em Goiás. Então o presidente da comissão executiva era o dono do partido no Estado, então os outros membros da executiva ia lá só pra referendar o que o presidente levava. Você não tinha condição de levar alguma proposta, aliás nós estamos vendo isso até hoje. O PMDB tem dono e ai de quem não quiser apoiar o dono. Então é muito difícil sabe... Eu era executiva mas nunca exerci a função de vice-presidente. (Mulher 2 PMDB).*

É fato de que as novas demandas por representação justa são mais visíveis na sociedade, mas no caso de Goiás, algumas agremiações ainda não se colocam propensos a uma nova restruturação partidária que eleja uma democracia paritária entre os sexos, se restringindo apenas às estratégias parlamentares e eleitorais. Para Medero (2008) os partidos poderiam responder mais ao interesse em atrair para si um eleitorado feminino decidindo introduzir em seu discurso temas de interesse para a população feminina, aumentando a presença de mulheres em seus órgãos executivos.

Apesar dos limites dos espaços políticos tradicionais, Sacchet (2009) afirma que:

[18] A informação apresentada foi a de que o PCdoB muda a estrutura dos cargos de sua Comissão Executivo a partir de 1995. A partir de então, a Comissão Executiva é formada por Presidente, Vice-presidente e secretarias múltiplas, como as de organização, de formação, de finanças etc.

> Se, por um lado, há certo consenso sobre os limites das esferas políticas formais e sobre a importância de que sejam criados novos mecanismos e espaços de participação e de tomada de decisão que sejam mais horizontais, por outro lado, muitas das críticas à democracia parlamentar baseiam-se na noção de que um dos seus principais limites encontra-se no seu caráter excludente, que restringe o processo político à visão de uma elite política, social e econômica, que tem também traços similares de gênero e raça. (SACCHET, 2009; p. 314).

Alguns autores (SACCHET, 2009, PHILLIPS, 1993) reconhecem a dificuldade de alguns grupos assumirem cargos nesses processos participativos que demandam maior poder, já que a desigualdade de recursos limita a equidade política nos processos de deliberação. As relações assimétricas de poder perpassam os campos privados e públicos, restringindo as mulheres de uma participação mais efetiva. Mesmo havendo um progresso da presença feminina nesses cargos, é evidente a dominação masculina.

Somos minoria, então ficamos ali ouvindo, inclusive dentro da comissão, mas é a maioria é que manda. (Mulher 1, PMDB).

[..] por que os partidos são eminentemente masculinos, os partidos têm donos, e esses donos não abrem mão de nenhum espaço para mulher. (Mulher 2 – PSDB).

A dificuldade que eu vejo é que a maioria dos partidos regionais de Goiás vieram do PMDB. O partido carrega consigo esse ranço antigo, anacrônico do próprio PMDB. Lá no PMDB, mulher eles acham aquilo um encanto né... Na verdade esses partidos não tem o comprometimento que o PT tem em relação a essa questão de gênero. O Fernando Henrique tinha, Dona Ruth tinha, mas isso não alcança o estadual. (Mulher 2, PSDB).

Durante as entrevistas, pode-se observar que as regras sobre como se direcionava as composições das Comissões Executivas não são muito claras, dificultando o reconhecimento do terreno e a ação coletiva para demandas que controlem as direções. Nem sempre as eleições são constituídas pelo sistema do voto majoritário, e sim por meios de consensos e arranjos entre as elites, dificultando dessa forma a renovação dos cargos e consequentemente a ocupação por mulheres, tendo em vista que o consenso é determinado pelos que possuem maiores privilégios nos partidos, ou seja, os homens.

> De outra parte, nos partidos em que predominam a informalidade e a cultura das decisões mais personalizadas, tais processos tendem a ser relativamente fechados, passando ao largo da militância, ficando sob a responsabilidade de alguns dirigentes. Muitas vezes os critérios são claros para os dirigentes, mas raramente são explicitados para o conjunto do partido, podendo também variar bastante de uma eleição para outra. Nesse sentido, aqueles que não estão diretamente envolvidos nos centros de decisão possuem reduzida capacidade de interferência e disputa. Muitos partidos têm em seus procedimentos informais, em suas práticas e costumes a via principal de deliberação e funcionamento e estes, em geral, caracterizam-se pela personalização das decisões. Nesse casos, o processo pode tornar-se mais suscetível a práticas "personalistas" e a interesses externos aos interesses programáticos do próprio partido, o que desencorajaria o ingresso de mulheres em função da característica desordenada e personalizada da competição. (ARAÚJO, 2004, p. 203).

As eleições que se baseiam na informalidade para a formação dos componentes da Comissão, constituem como elemento fundamental na condução dos partidos para promover uma elite oligárquica. Isso reflete a incapacidade de ascensão política feminina, quando os partidos não oferecem regras claras sobre a elegibilidade dos cargos. Algumas falas demonstram como essas práticas ajudam a reproduzir as desigualdades presentes:

> *As eleições na executiva [risos] é nomeada. O governador é que escolhe! Só uma vez a gente foi pra disputa. [...] Meu cargo de vice-presidente é mesmo para constar, de tanto eu reclamar eles me botaram lá, mas nem lá eu vou também, porque eu sei que não adianta. É um cargo sem nenhuma expressão e eu não tenho acesso e as coisas são decididas no palácio. (Mulher 2, PSDB).*

Em grande parte das experiências apresentadas por essas mulheres, percebe-se que as eleições eram quase sempre investidas por consenso:

> *No PMDB, convocava a executiva, a eleição sempre se deu com consenso, na minha época... Tinha sempre uma ou duas vezes no mês as reuniões, e a gente discutia as pautas, e só eu de mulher na executiva. (Mulher 1, PMDB).*

Algumas relatavam que as eleições eram induzidas de acordo com o grau de poder do grupo, não identificando discriminações de gênero:

> *O PT tinha suas características próprias e era um partido de agrupamento e de grupos de tendências, então em regra, as tendências indicavam pessoas de acordo com sua correlação de força dentro do partido, não por sexo. (Mulher 2, PT).*

No entanto, observamos aqui a contradição de algumas opiniões em relação ao número de mulheres nos cargos de direção do partido. As opiniões das mulheres entrevistadas concordam que o PT sempre incorporou ao seu programa bandeiras feministas e a inclusão de mulheres no seu registro de candidaturas, embora o número de mulheres participantes na vida interna do partido tenha sido pouco significativo. Contudo, vários relatos identificam em pormenores algumas insatisfações influenciadas por questões de gênero ou não, o que quer dizer que as discriminações nem sempre ocorrem por serem mulheres, e sim pela própria disputa de poder. O mesmo se observa no PCdoB. Continuemos a observar as falas sobre como se davam as eleições da Comissão:

> *Os delegados, com base no número de vagas, a chapa escolhe seus membros e se dá na negociação política, é claro que sempre sobra insatisfações. (Mulher 1, PT).*

> *O processo de conferência é aquele democrático, aliás é o único partido hoje orgânico, que faz um processo desse tipo, porque eu tenho acompanhado todos eles e eles tem se esvaziado muito, até os partidos de esquerda nesse processo de reunião de bases, e o PCdoB tem preservado isso... Então agora esse ano mesmo, nós fizemos mais de cem municípios que fizeram suas conferencias municipais, no caso de Goiânia, são feitas Assembleias. Não são tendências disputando o espaço, as bases elegem delegados na conferência estadual, a conferência estadual escolhe o comitê estadual, Esse comitê estadual, não por chapa, a votação é individual, ele escolhe uma comissão política estadual e a comissão política escolhe o seu secretariado que é um órgão mais executor. (Mulher 1, PCdoB).*

As Comissões Executivas de alguns partidos apresentaram mulheres ocupando cargos desde sua criação. Isso só pode ser percebido no PCdoB e no PT.

> *Eu participei inclusive do processo de criação do Partido dos Trabalhadores, não diretamente filiada, mas enquanto militante do movimento estudantil e eu entendia na época com ainda eu tenho por ideologia esses princípios eu entendia que PT fosse o instrumento que pudesse conduzir um Estado mais justo, mais igualitário, como um partido que já se dispunha como partido ideológico, um partido em que tinha um proposito, programa e projeto. Eu saí do PT porque que o partido tinha desviado*

dessa proposta inicial de ser um partido socialista em busca da democracia e se vinculado a um programa neoliberal. (Mulher 2, PT).

O PCdoB é bem mais avançado do que os outros partidos nessa questão da participação de mulheres ele não só tem a cota interna de no mínimo 30% porque tem uma formulação de cotas há muito tempo, ele executa isso com o esforço pra ampliar, então há um mínimo com um constante trabalho pra que cheguemos a 50%" (Mulher 1, PCdoB).

As duas mulheres afirmam que participam de um partido com um discurso e programas diferentes a respeito da diferença entre os gêneros,

[...] na medida em que as discussões perpassam por um debate teórico mais sólido que discute a origem da opressão, na medida em que se propõe na superação pela superação do sistema capitalista, ele também aprofunda no debate teórico. Eu acho que o PT também tem um acúmulo bom de discussão mas ainda é fraco em políticas públicas para mulheres" (Mulher 1, PCdoB).

Independente das regras internas e das características organizacionais dos partidos, um aspecto extensivo a todos é a corrida pelo maior número de votos. Nesse sentido, as escolhas preferenciais do partido serão feitas com base na análise dos candidatos considerados "bons de voto." (ARAÚJO, 2004, p. 195).

Uma questão que se deve considerar nesse estudo é que a maioria das mulheres, como os homens, participavam ou exerciam uma cadeira legislativa, dificultando um envolvimento maior na política partidária. A maioria das mulheres entrevistadas exercem cargos legislativos concomitantemente com os cargos na Comissão Executiva.

Eu sempre me dediquei no mandato de deputada, visitando os interiores, eu era muito caxias, não faltava nenhuma, pra mim pegar uma direção lá eu ia atrapalhar meu mandato de deputada, por isso eu preferi exercer mais isso, fiquei mais nisso pra fazer bem feito. Então fui pro diretório mais pra auxiliar, pra somar, eu sempre representava os municípios pros debates. (Mulher 1, PMDB).

Dessa forma, através das falas consideramos que há interesses difusos quanto a real existência de estímulo à adesão feminina nos partidos políticos. Como se pode notar, não há um consenso de que as mulheres estão sendo representadas.

> A característica do personalismo, que tende a marcar a atuação de muitos partidos, conferindo-lhes também uma prática política individualizada e mediada pelo clientelismo, pode ser considerada como um fator que afetaria negativamente as mulheres. Práticas pouco orgânicas e pouco institucionalizadas aumentariam a dependência dos atores que tentam ingressar em relação aos chefes políticos, dificultando uma ação política mais coletiva e programática, inclusive em relação às políticas de gênero, com implicações, também, sobre a pressão política das mulheres. (ARAÚJO, 2009, p. 206).

Os números sobre a presença de mulheres nos partidos políticos, exclusivamente em suas Comissões Executivas, ainda não apresentam avanços tão significativos quanto às demandas femininas sociais reivindicam.

Estes depoimentos veiculam a ideia de uma democracia interna mais desenvolvida do que nos partidos de centro, como se não houvesse disputa entre grupos, possibilitando não só o crescimento das mulheres como o de outras categorias, como o da juventude. No entanto, a sub-representação feminina ainda persiste.

Em contraposição a essa sub-representação, vários partidos passaram à incorporar dentro das suas próprias estruturas um espaço específico para as discussões, inicialmente de mulheres e aos assuntos que de alguma forma interessavam à elas. Ao tomar como exemplo o Partido Socialista da Espanha, Medero (2008) apresenta que o PSOE conta com uma secretaria da mulher que se encarrega de apresentar iniciativas aos órgãos diretivos do partido. Para a autora, graças a criação dessas seções e organizações femininas tem-se aumentado o número de mulheres nos partidos políticos, incorporando temáticas relacionadas diretamente com elas em seus programas políticos. Sobre isso, os depoimentos se dividem:

> *Historicamente é uma secretaria que batalhou muito por espaço e conquistas no setor da área da mulher no Estado de Goiás. (Mulher 1, PT).*

> *Eu acho que o PMDB mulher é importante porque é uma forma do partido ouvir as mulheres. Mas pelo menos tem a oportunidade de ouvir as mulheres e outra coisa delas poderem também de se reciclar... então é isso, então eu acho que vou poder contribuir...então acho que é muito importante para a conscientização da mulher,*

> *para abrir a cabeça da mulher pra ver que ela é capaz, mas também dar uma colaboração com as suas ideias. (Mulher 2, PT).*

A discussão revela-se maior quando se entende que as resistências acontecem dentro dos partidos como também nascem de fora, legitimando geralmente um discurso tradicional acerca de papéis sociais de gênero que implicam que as mulheres devem estar na política, todavia ocupando espaços determinados à elas. Por isso, essas secretarias são consideradas por algumas mulheres, como espaços que as excluem das questões deliberativas cruciais dos partidos.

> *A grande diferença do nosso partido é essa, não temos uma secretaria da mulher. Nós não consideramos que segregar as mulheres pela questão de gênero, nós fazemos anualmente um encontro de homens e mulheres para discutir a questão de gênero. A gente não acha que isso seja um problema da sociedade e portanto achamos que o homem também devam compartilhar. (Mulher 2, PCdoB).*

> *Eu acho um absurdo ter PSDB Mulher, porque na verdade, isso é você encostar a mulher pra que ela não participe das decisões do partido, porque é só um espaço para elas brigarem ali, porque se você for na reunião é só queixa: "Porque nós não participamos, porque na época de eleição nós não somos valorizadas..." Só isso pra isso que serve! Agora você colocar a mulher na executiva do partido é a coisa mais difícil do mundo, pra que ela tenha direito a voz e a voto, coisa que eu nunca consegui aqui. [...] (Mulher 2, PSDB).*

Em relação aos últimos depoimentos, Avelar (2001, p. 20) explica que durante o período de transição brasileira (1974- 1985), os partidos políticos permaneceram fechados à representação política feminina. "Multiplicavam-se as seções femininas nos partidos, verdadeiros guetos de mulheres cujo objetivo real era o de excluí-las do jogo político."

A estrutura dessas relações que difundem a desigualdade de gênero na elite dirigente também pode ser analisada através do capital social de homens e mulheres. Sacchet (2009) utiliza-se dessa categoria para explicar que o capital social das mulheres tendem a direcioná-las a participarem em grupos menores e mais homogêneos ligados à esfera da família e da comunidade, que têm um caráter mais voluntarista, ao passo que os homens participam em grupos mais heterogêneos ligados à esfera pública do trabalho, economia e lazer. Essas redes

sociais “tipicamente femininas” restringem a participação política feminina nos espaços de poder, selecionando alguns espaços específicos a elas e as excluindo de outros.

Sobre a reprodução dessas estruturas, algumas falas apontam uma discrepância entre o discurso ideológico e operacionalização do mesmo.

> *Eu vou falar com toda a honestidade, tem muito discurso e pouca prática. [...] Já vi companheiros meus fazendo defesas do mesmo teor que as minhas e serem muito mais aceitos com muita mais facilidade do que a minha, isso é muito sintomático. (Mulher 1, PT).*

Contudo, a modernidade e as novas discussões sobre a inclusão das mulheres na política obrigam a repensar o poder e a contrastar com as resistências que ele aplica e que apesar do trabalho que as mulheres realizam, a representação em cargos máximos em partidos políticos não chega a 20%.

5.1 As vozes masculinas sobre a participação feminina nas Comissões Executivas

Sobre o perfil dos homens que preponderantemente ocupam cargos na Comissão Executiva Estadual dos partidos, as mesmas características identificadas no espectro feminino encontram-se aqui. Conforme se averiguou, os homens advindos da militância estudantil e da atuação em sindicatos são dirigentes dos partidos de esquerda, PT e PCdoB, sendo que a maioria dos que herdaram da tradição familiar sua vida política, estão hoje em partidos de centro e direita, que no caso se referem ao PMDB, PSDB e DEM.

> *Primeiro que eu tenho um histórico familiar, já faz quarenta anos que meu pai vem ocupando cargos políticos Desde que nasci já acompanho ações políticas dentro da família”. (Homem, PMDB).*

> *Minha vida política foi motivada por dois fatores: meu pai era um político local, eu era criança e fui criado naquele ambiente e depois quando entrei na faculdade de direito eu fiz militância política no centro acadêmico. (Homem, DEM).*

Eu venho do movimento social, movimento comunitário na Igreja, e me engajei na luta sindical principalmente contribuindo no sindicato dos trabalhadores rurais no interior de Goiás. (Homem, PT).

Observar as falas dos homens permite que identifiquemos alguns indícios para a ausência feminina nos cargos de poder no interior dos partidos políticos. Embora os depoimentos, tanto os dos homens como os das mulheres, não apresentem toda a transparência dos fatos que justifiquem essa ausência, é essencial que nos atentemos as percepções masculinas em busca dos elementos esclarecedores dessa sub-representação. Observemos quais foram as opiniões quando perguntados sobre a participação política feminina em cada partido:

O PMDB, diferentemente de outros partidos, principalmente em Goiás, tem uma atuação até destacada, não tanto quanto deveria ter, mas já tivemos algumas mulheres que acabaram se destacando. O próprio PMDB Mulher, só que geralmente as mulheres dos candidatos era que se envolviam nesse segmento. Mas eu acho que o PMDB Mulher sempre teve uma posição destacada." (Homem, PMDB).

Nesses 34 anos, dos Partido dos Trabalhadores, eu vivenciei, acompanhei de perto a luta importante das mulheres por garantirem espaços de poder, [...] mesmo assim ainda avalio é insuficiente mesmo dentro do PT. Mas eu sou testemunha que já no início do partido havia essa preocupação de que as mulheres estivessem presentes. O PT ao longo do tempo foi criando regras importantes que incentivavam a participação das mulheres. Foi o primeiro partido a garantir cotas pra participação das mulheres no processo eleitoral e também nas eleições e foi essa ação que fez com que virasse lei. (Homem, PT).

No PFL a participação feminina não é diferente da participação em outros partidos, de uma maneira geral. Sempre há um interesse dos partidos de uma maior participação das mulheres, os partidos estimulam, procuram isso e a própria legislação estabelece hoje uma participação maior. (Homem, DEM).

O PSDB mulher sempre foi o mais ativo, e nós temos mais de 30% de mulheres na executiva estadual, nós temos participação ativa de mulheres, nós temos umas três

mulheres ocupando cargos nessa comissão! (Homem, PSDB).

Olha, [...] os comunistas têm um pensamento humanista. Como nós somos dessa corrente aqui no Brasil nos também incentivamos. Se você for ver, o PCdoB incentiva as mulheres a participarem. Pra você ter uma ideia, se você for olhar a bancada de deputadas federais é o maior índice deputadas federais é do PCdoB. (Homem, PCdoB).

Há de se perguntar também se o motivo da sub-representação e exclusão política das mulheres estaria relacionado a um desinteresse por ingressar-se na arena política, ou se pelo contrário, é a própria sociedade que ao efetuar a divisão de papéis e responsabilidades lhes renegam a outras atividades que escapam a um espaço tradicionalmente reservado aos homens. (MEDERO, 2008) Para incluir em suas agendas o que as novas demandas femininas têm exigido das elites políticas, os partidos políticos procuram agora novas formas de articular fórmulas que fomentem a entrada da mulher. O depoimento abaixo revela algumas justificativas para a ausência de mulheres na vida política partidária:

O número reduzido hoje na vida partidária não é por entraves quer jurídicos ou quer dificuldades impostas pelos partidos. Até porque a cota estabelecida em lei na grande maioria dos casos, ela não é cumprida, porque falta interesse, faltam mulheres querendo efetivamente participar da vida política. (Homem, DEM).

Conforme se vê, todos aclamam aos seus partidos políticos uma tomada de posição muito favorável à entrada de mulheres em seus espaços de poder. A partir da observação das falas, percebemos a alegação por parte dos partidos de esquerda de uma participação feminina presente desde as fundações de suas agremiações e atividades políticas. Conforme afirma Matos e Cortês, os partidos de esquerda foram os primeiros a estimular a participação partidária da militância feminina, contudo,

> essas ações precisam ter poder de influência efetivo no âmbito das decisões dos partidos. Do contrário, permanecem como figuras de retórica, emblemáticas do "efeito de contágio" que o tema da incorporação das mulheres na política já angariou, mas inútil para afetar de modo positivo ou propositivo as linhas gerais das ações e do planejamento partidário. (MATOS e CORTÊS, 2011, p. 64).

No entanto, as falas se direcionam para justificarem a ausência feminina nos cargos de direção e na vida política partidária, não por razões discriminatórias, mas culturais. Uma das principais justificativas seria a de que as mulheres não estão presentes no partido porque elas não chegam até a política, devido a uma herança cultural, dificultando a entrada e permanência das mulheres no mundo político e dificilmente na elite partidária.

> *Eu não sei, acho uma cultura arraigada, não sei, acho que as mulheres não se sentem tão motivadas para ingressarem nesse campo. Não sei os motivos sociais que levam a isso, mas eu acho que não é, nunca observei dentro PMDB dificuldades impostas pelos, é claro que existem dificuldades talvez não intencionais, ou dificuldades que a própria atividade política impõe as mulheres. Esse dia, 'tava' conversando com uma colega vereadora que tá pensando em se candidatar para deputada federal mas acha que nem deveria ganhar, porque ela me disse que ia ser muito difícil pra ela ir pra Brasília com três filhos aqui... (Homem, PMDB).*

> *Eu não aceito muito essa tese de que há uma dificuldade, empecilhos na participação da mulher na vida política partidária. Os partidos, de uma forma geral, todos eles gostariam de ter mais mulheres participando. (Homem, DEM).*

O Democratas foi o único partido político que não indicou mulheres ocupando algum cargo de poder na Comissão Executiva nos documentos legais disponibilizados pelo TRE. Quando questionado à isso, o dirigente pertencente a esse partido expressou de forma ímplicita a presença ínfima de mulheres nesse espaço e o desconhecimento total de uma presença feminina significativa nesse espaço do partido.

> *Nós tínhamos a Cleuzita de Assis, lá na década de 80, ela ocupava um cargo na Comissão Executiva e ocupava um cargo lá qualquer... (Homem, DEM).*

Os estereótipos também ajudam a compreender uma lógica de reprodução de papéis atribuídos a cada gênero e desses serem ainda fundamentais dificultadores para a ascensão da mulher na política, principalmente nos cargos de maior status político. O que se nota nas falas, é que alguns homens ainda reforçam esses estereótipos e os papéis de gênero, reproduzindo o lugar feminino "à sua condição de mãe e instrumento de sustentação e reprodução de valores familiares e não à sua condição de sujeitos políticos configurados

independentemente da maternidade e/ou da família", conforme destacou Araújo (p. 209).

> *Eu costumo dizer que a importância da mulher nos órgãos diretivos e nos órgãos de poder não é apenas pela quantidade, porque a mulher é maioria, não! A mulher traz para política valores que estão faltando muito a política e por isso que a política está tão deficiente. A questão do compromisso, do cuidado, da responsabilidade, da sensibilidade, da intuição, são valores importantes que quanto mais a mulher estiver na política mais irá enriquecê-la. (Homem, PT).*

Sobre as demandas femininas nas decisões políticas e nos espaços de deliberação das agremiações partidárias, as práticas continuam reforçando a centralização dos papéis dos sujeitos que dominam a vida partidária, de modo que a tentativa de inclusão quando se dá, acontece a partir de um discurso que se desenvolve em duas direções:

> Na primeira, há a crença numa mudança moral na prática política; desse modo, a maior presença de mulheres levaria à (re)construção de uma espaço mais honesto e ético, características estereotipicamente atribuídas a elas. Já no segundo caso, as representações socialmente construídas levam a crer que a maior presença feminina na política institucional levaria à inclusão, na agenda política, de temas até então negligenciados e suplantados, em geral, pelas discussões econômicas. (PINHEIRO, 2006, p. 2).

Continuemos a observar os depoimentos que revelam esses estereótipos:

> *A mulher tem um pensamento muito diferente do homem e tem um jeito de ser diferente, então por causa dessa maneira da mulher ser, ela encontra suas vantagens e desvantagens. Eu diria que a mulher é muito suave, ela é menos incisiva, menos autoritária. Quer ver uma coisa, pergunta pra uma mulher que horas nós vamos viajar amanhã: as nove ou as oito? Aí fica uma coisa assim, ah mais ou menos oito horas. Não é aquela coisa assim, dorme, oito horas é oito horas! Não tem objetivadade parece, e os homens são mais focados e as mulheres em geral, são mais difusas. O homem agarra com mais decisão e a mulher é um agarrar mais frouxo! E eu sinto isso, em todo o terreno a mulher, não sei se é a presença da testosterona no macho, eu não o que que é isso... então com isso, numa disputa forte, se o homem fala mais forte ele é categórico, e a mulher fica assim mais branda, mais suave, se ela não tiver um argumento muito poderoso, convincente, então ela é dominada pela situação. Então a cultura que impera geral do homem é a cultura da objetividade. Então se*

aquela mulher não tá falando claro, a gente logo diz: gente, o que essa mulher tá querendo? A formulação geral assim da mulher é assim difusa. (Homem, PCdoB).

Sobre essas percepções, Pinheiro (2006) diz que:

> [...] é importante considerar que esses argumentos, tal como defendidos pelos teóricos da política de desvelo, do desinteresse, e tal como difundidos nos processos de socialização e ressocialização, poderiam ser, de certa maneira, considerados ingênuos, presos a um leitura pré-maquiaveliana da política. Assumem, também, que as mulheres constituem um grupo homogêneo que, pelo simples fato de serem do sexo feminino, independentemente de como tenham construído sua trajetória, estarçao naturalmente inclinadas a transformar a política em direção à honestidade e à moralidade. (PINHEIRO, 2006, p. 201).

Outra característica também resultante dessas diferenciações foi observada na fala abaixo, quando se apresentou uma opinião sobre a rotatividade dos cargos na Executiva Estadual e das possíveis mulheres prestigiadas por este espaço. Alguns admitem a própria tendência do partido em concentrar o poder nas mãos de poucos. Além disso, "historicamente, a ambição e o desejo pelo poder estiveram associados ao mundo masculino; ao feminino, restavam atributos mais dóceis e relacionados à fragilidade." (PINHEIRO, 2006, p. 205).

Não havia discriminação, mas a rotatividade era bem menor, as pessoas de uma maneira geral continuavam, ficavam longos períodos exercendo os mesmos cargos, até porque não é fácil exercer um cargo de direção partidária, é muito complexo. (Homem, DEM).

O argumento acima denota um sentido de não capacidade, da insuficiência de capital político feminino para que se assuma um cargo de presidência em um partido político. Ainda sobre as designações de funções na Comissão Executiva, observemos os argumentos:

Eu acho que sou vogal, não sei bem... É porque assim. A gente sabe que tá dentro da Executiva, mas os papéis que desempenham alguma atividade maior é o Presidente e o Primeiro secretário geral, o primeiro secretário também... [...](Homem, PMDB).

O PT inovou mas também ficou muito aquém, porque quando a gente ia ver os cargos, geralmente ela ocupava os mesmos cargos, menos relevantes, o máximo levava-se uma mulher para uma secretaria, "mulher é boa para secretaria." (Homem, PT).

Na executiva, todos tem direito a voz e a voto independentemente se é vogal ou se ocupa algum outro cargo, porque o cargo de secretário, tesoureiro e presidente, são cargos de execução, de fazer o que é aprovado. Todos tem o mesmo direito de voz, não existe essa diferença. (Homem, PSDB).

Esses argumentos apontam para as diferenciações, regras e práticas dentro desse espaço de poder em cada partido político. Alguns homens ocupam cargos sem um conhecimento e apropriação da função estabelecida. Outros referem-se aos cargos e das dificuldades das mulheres alavancarem seus status de poder dentro da comissão, por não desfrutarem de capacidade política para maiores cargos, admitindo a tendência em indicar as filiadas aos cargos considerados "femininos" e portanto, com menor relevância. Outros defendem que na Executiva de seu partido, homens e mulheres detêm recursos para serem ouvidos, sendo os dois na mesma medida.

No tocante as eleições para a composição da Comissão Executiva o mesmo é verificado em relação às mulheres, a maioria dos partidos acordam os nomes que irão ocupar cargos na Comissão:

O PT ele tem uma dinâmica de sempre dar oportunidade para novas lideranças, isso é o que deu força pro PT ao longo do tempo. Garantindo assim muita rotatividade. Ninguém pode exercer o mesmo cargo por três vezes consecutivas. Nas eleições sempre nos preocupamos em fazer a escolha de dirigentes de uma maneira mais democrática e participativa (Homem, PT).

As eleições, geralmente são acordos... Acho que faz algum tempo que o diretório não tem uma eleição/disputa de chapas. (Homem, PMDB).

Normalmente era feito um acordo político, era apresentada uma chapa para eleger o diretório e a comissão executiva. Como o número de mulheres é pequena no parlamento, e também isso se projetava o número de mulheres que participam do Congresso. Mas veja de uma forma geral, pra dizer que não há empecilho. (Homem, PCdoB).

Embora o discurso sobre o aumento da presença feminina nos partidos de esquerda pareça ser produto de uma consciência mais elaborada acerca do tema, um teor discriminatório ainda é percebido:

> *Olha, é bom também botar as mulheres no comando da política sabe porque: em geral a maioria na política são os homens e os homens atacam mais aos próprios homens do que as mulheres, então as mulheres políticas são menos atacadas do que os homens. Quando o homem vai disputar com a mulher ele fica mais na defensiva... (Homem, PCdoB).*

Contudo, as mulheres, historicamente alijadas do campo da política formal, parecem, aos olhos dos homens entrevistados, que não adquiriram ainda o *habitus* necessário para ingressar e se manter nesse campo com sucesso. Para tanto, tornam-se necessárias mudanças mais profundas na sociedade, na cultura patriarcal e na construção de identidades e funções masculinas e femininas, principalmente na política partidária. Sendo assim, Araújo (2005) afirma que a indicação das mulheres para a disputa ou ocupação de alguns cargos depende do compromisso das lideranças e do poder no interior dos partidos, de modo que os partidos políticos interferem nas questões políticas das mulheres a partir de suas características internas, tais como o perfil ideológico e grau de centralização de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma visão mais inclusiva e um caráter mais democrático dos partidos políticos pressupõem que mulheres e homens ocupem cargos de forma equitativa na arena política, garantindo uma representação política paritária e justa. Cargos de poder são postos que geralmente se encontram em instituições que recrutam, disseminam formas legítimas de atuação social e política por parte de seus sujeitos, de forma que os partidos políticos incorporam em seu corpo institucional essas características definidas. Contudo, este trabalho procurou confirmar a hipótese de que na prática, o processo democrático não valida uma presença significativa de mulheres na elite partidária, mais particularmente na Comissão Executiva Estadual, palco de estudo do trabalho.

Nessa perspectiva, vislumbramos uma literatura que recorresse à análise das novas reivindicações e demandas femininas no ambiente político. Isso foi feito por Phillips (1995), por exemplo, ao propor uma nova estrutura de representação que desloca as mulheres de uma política de ideias, onde as reivindicações femininas seriam assumidas por outros no parlamento, para uma política de presença, em referência a uma participação mais substantiva.

Além disso, para que se explicasse essa sub-representação e de certa forma, essa "injustiça democrática", uma discussão sobre o conceito de gênero explicou que a socialização diferenciada entre os sexos destina as mulheres ao mundo privado, e os homens à vida pública, diminuindo os horizontes políticos para a atuação feminina. De certa forma, as proposições avançaram em termos institucionais, e isso se nota quando se veem os partidos políticos e a legislação instituindo cotas de participação feminina, entretanto, quando se dizem prontos para dividirem de fato o poder, é no espaço da Comissão Executiva que se confirma ainda a pouca disponibilidade para tal.

Diante da importância dos partidos políticos para o funcionamento dos regimes democráticos, destacou-se também uma bibliografia que travasse sobre os conceitos, funções e desenvolvimentos dessa instituição, de modo que alguns elementos que desenham seu desenvolvimentos e funções foram identificados. De todas as importantes contribuições, duas podem ser destacas quanto o papel desempenhado pelos partidos políticos frente à formação de suas elites: Michels (1982) e Duverger (1987) já chamavam atenção para as tendências oligárquicas dessas agremiações.

Sendo assim, os dados revelaram e confirmaram a baixa presença feminina nas Comissões Executivas Estaduais dos partidos políticos analisados. Todos apresentaram no período estipulado de estudo, 1985 a 2013, um número ínfimo de mulheres, cerca de 20%,

em cargos altos na Comissão, todavia cada um com seus comportamentos frente a ocupação nesses cargos.

O PMDB, um partido com uma história relativamente maior do que a dos outros, mostrou-se pouco propenso à abertura de seu campo de maior poder às mulheres, como também pouco receptivo à renovação de seus dirigentes. Isso foi claro nos dados que o trabalho apresentou, ao expor que apenas cinco nomes presidiram o partido durante todo esse período, à exceção de uma mulher ter também presidido uma vez. Entretanto, o PMDB parece mais disposto em eleger mulheres do que evidenciá-las como lideranças políticas locais, tendo em vista que a instituição elege mais mulheres para o parlamento do que qualquer outro partido ao mesmo tempo em que diminui as mulheres em seus cargos de direção.

O PSDB, inicialmente, demonstrou que desde sua formação, a participação feminina era restrita, e que predominavam no partido homens. A participação feminina foi ampliada a partir da metade dos anos 90 e somente agora, há uma presença de mulheres mais significativa em cargos de alguma projeção, embora o número ainda seja pouco expressivo. Mais ou igual do que muitos, o PSDB possui um histórico de presidentes bastante restrito. As mulheres começam a ocupar grandes cargos num período mais recente do partido. Diferentemente do PMDB, o partido apresenta algum interesse em ter nomes femininos na Comissão Executiva Estadual, seguindo a tendência em incluir mais mulheres nos últimos tempos. Já no caso do DEM/PFL, este não apresentou sequer uma mulher que tenha ocupado algum cargo de direção na Comissão Executiva Estadual da própria agremiação, apresentando ser um partido exclusivamente de homens.

Os partidos de esquerda demonstraram um comportamento específico. O trabalho apresenta essa consideração, porque do ponto de vista quantitativo, o PT e o PCdoB são os únicos partidos políticos que apresentam nesse espaço, mulheres ocupando algum cargo, ou seja, participando de alguma forma, dos momentos de criação e formação de base partidária. Com destaque ao PCdoB, que no seu primeiro ano atuando como partido legal no estado, já possuía participação feminina em seu quadro de dirigentes. São singularidades que apontam que a confluência entre trajetórias políticas advindas de movimentos sociais e abertura para as bases feministas em um desenho institucional privilegiam a participação política feminina na vida partidária. Isso demonstra que a ideologia e as origens de cada partido político ajudam a moldar seu comportamento e atuação, principalmente quanto à participação de mulheres. Todavia, nem todos os indivíduos entrevistados pertencentes aos partidos de esquerda corroboram desse pensamento, pois também são atravessados pela cultura patriarcal e concepções acerca do gênero, influenciando em suas condutas políticas.

No caso do PT, embora as bases feministas tenham levantado à discussão sobre a participação política feminina em suas origens, o partido não seguiu as tendências quanto à vinculação de mulheres em seus espaços de poder. O PT de Goiás apresentou números muito baixos de mulheres ocupando qualquer cargo na Comissão Executiva Estadual, todavia indicou uma abertura maior aos cargos tradicionalmente masculinos.

A princípio, em virtude da própria construção dos partidos de esquerda, e de serem sujeitos comprometidos com as lutas sociais, o perfil das pessoas ligadas a esses partidos são geralmente, ao menos no discurso e da ideologia, as que objetivam transformar as relações hierárquicas e desiguais da sociedade. No entanto, percebemos que ainda é necessário romper algumas discriminações individuais dos sujeitos participantes desse espaço.

Por outro lado, as mulheres que chegaram à presidência de um desses partidos políticos, conquistaram tal possibilidade de ascensão por herança política dos maridos, sendo mulheres com trajetórias ligadas diretamente aos conjugues. Não se sabe de fato, se teriam as mesmas chances se não fossem esposas ou se foram indicadas ou estabeleceram por si só o capital político para presidirem um partido, no entanto, parece ter sido um caminho mais fácil para as mesmas. Favorece nesses partidos o que poderíamos chamar de uma oligarquia familiar, o que favoreceu a chegada dessas mulheres a esses cargos de direção e/ou promoveu o privilégio político desses conjugues na elite partidária.

Ademais, as eleições para a Composição da Comissão Executiva em Goiás nem sempre recebem as aplicações democráticas necessárias, sendo decididas através de consensos a que estabelecem os continuísmos no poder ou as vontades da maioria, que como sabemos, pertencem aos homens.

Com esforços para compreender as possíveis reações do mundo feminino frente à elite de seus partidos, observamos avanços conquistados até agora, sem dúvida, porém sob um regime de preconceitos e resistência. Apesar da discussão sobre a participação feminina estar mais em voga, alguns partidos apresentam uma estagnação quanto à inclusão de mulheres nos seus espaços de poder. A tentativa de compreensão dessa sub-representação feminina em Goiás retoma os esforços que ajudam a entender e a identificar os avanços sobre essa participação.

A respeito de uma discussão que se desenvolve na sociedade no que se refere à a questão paritária entre os sexos, evoca-se da sociedade a necessidade de implantação e ações a respeito da inclusão política feminina, de modo que alguns partidos políticos orientam suas estratégias para esse aumento, o que parece ser apenas no aspecto legislativo, onde o objetivo estaria em eleger mais mulheres, e não colocá-las nos cargos de direção. Isso foi notado

claramente na aplicação de entrevistas e análises qualitativas sobre a atuação feminina nas Comissões Executivas Estaduais. Não há mudanças significativas na estrutura desses espaços, confirmando a teoria de Michels sobre a *oligarquização* do poder. Todos os partidos apresentaram essa característica. A estrutura oligárquica partidária continua eficaz para a perpetuação de uma política tradicional e sem grandes renovações. Destaca-se, assim, que a razão da baixa representação de mulheres nos partidos não é explicação apenas pros fatores de discriminação de gênero, apesar da grande influência sobre todo o processo de construção de carreira política feminina, mas pela própria dificuldade dos partidos no sentido de renovação do poder.

De toda forma, a questão de igualdade de representação entre homens e mulheres precisaria estar mais articulada nas discussões partidárias. As análises permitem acreditar que a justiça democrática requer arranjos institucionais mais elaboradas e políticas de representação mais definidas no interior dos partidos políticos, pois quando requeridas, ainda produzem tensões.

As injustiças de reconhecimento fazem crer que seria melhor, por exemplo, elegermos mais mulheres para os espaços formais da política porquê dessa forma trariam mais ética para essa esfera, estando elas, pois, condenadas a recriar o espaço político tomando novas bases de conciliação, reciprocidade e respeito ao interesse público.

O comportamento de todos os partidos políticos analisados confirmou não só a sub-representação feminina como apresentou índices baixos de comprometimento real às formas de inclusão política. É claro que uns se apresentaram mais atentos à essa questão, projetando até as cotas eleitorais para os cargos da Comissão, como uma ação política voluntária. Ficou evidenciado que o nível de responsividade dos partidos políticos no tocante à disposição em atribuir poder as mulheres, no geral, é baixo.

Por isso, o trabalho insiste no ponto de vista de que a sub-representação feminina possa contribuir para manter as condições do seu próprio afastamento, perpetuando um ciclo de poder verificado em Goiás, e possivelmente, em todo país. A ocupação de cargos de direção, tal como foi discutido, situa-se a um espaço que oferece pouca abertura a presença feminina, mas também pouca disposição a dividir com quaisquer outros. A baixa presença de mulheres no quadro da elite dirigente é preocupante, pois se percebe a falta de incentivo ao treinamento e a socialização política que experimentam, devido às dificuldades impostas.

Além do mais, as mulheres políticas ainda convivem com o desafio de desconstruírem os lugares denominados como masculinos para ascenderem aos cargos de maior mando nos partidos. As secretarias, por exemplo, não devem necessariamente servir como um ambiente

onde mulheres “dialogam” a respeito de uma maior representatividade feminina, quando as grandes decisões continuam a ser tomadas na Comissão Executiva Estadual, ambiente dominado pelos homens.

Ao final, a análise deste trabalho permite afirmar que apesar da polarização entre o PMDB e o PSDB em Goiás apresentar índices maiores de elegibilidade de mulheres, estes partidos ainda não oferecem mecanismos viáveis para a inclusão de mulheres nos quadros dirigentes. Aliás, o estado goiano não é o único a apresentar essas peculiaridades, sendo interessante a execução deste trabalho como possível instrumento de comparação entre outros estados na busca de elementos que identifiquem as sub-representações na vida partidária brasileira.

Contudo, estudos que abarcam o tema mulher e política geralmente não adentram os partidos políticos, se concentrando apenas ao caráter legislativo como espaço de analise e de localização da ínfima participação política feminina. Caso as mulheres possuíssem maior abertura entre a elite dos partidos, certamente isso refletiria em um acúmulo de capital político e portanto, no aumento da mulher em todas as esferas de poder, confrontando as resistências partidárias que tendem a incentivar somente a participação feminina no processo eleitoral.

Quando as mulheres, sujeitos da própria transformação, possuem a capacidade de reconhecerem e denunciarem as disparidades entre os sexos, elas conseguem discutir com mais discernimento sobre as questões que envolvem essas desigualdades e por assim se fazem donas da própria progressão na vida partidária. Em uma sociedade patriarcal, tais lógicas acabam por resultar em um relacionamento entre os sexos no qual a mulher ocupa posição e função social inferior, subalterna de modo que o sustento democrático dos partidos políticos só será suficiente quando as políticas e decisões forem decididas conjuntamente por homens e mulheres com equidade na defesa de interesses e atitudes, na direção contrária a que Michels denominou como incurável: a tendência oligárquica. Utópico ou não, de algum modo, as mulheres seguem desafiando o *status quo* político.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. O direito do voto e a participação política: a formação da cidadania feminina na "invenção democrática". In: PAIVA, Denise (org.) **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Cânone Editorial, 2011.

ARAÚJO, Clara. **Partidos políticos e gênero: mediação nas rotas de ingresso das mulheres na representação política**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 24, v. 24. p. 193-215. jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a13n24.pdf>. Acesso em: 22 de mar. de 2013.

AVELAR, Lúcia. **Mulher e política: o mito da igualdade.** Social Democracia Brasileira, Brasília, v. 1, n.2, p. 40-54, mar. 2002.

_____. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Editora da UNESP, 2001.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia – Uma Defesa das Regras do Jogo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 6ª ed., 1986.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003b.

_____.**O Campo Científico**. In: ORTIZ, Renato (org) Pierre Bourdieu. Sociologia. São Paulo: Ática, 1994.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Legislativo, Brasília, DF, 1º de outubro de 1997. Ano CXXXV, n. 189, Seção 1, p. 1-9. Disponível em: <http://pesquisa.in .gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/10/1997&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=108>. Acesso em: 11 set. 2013.

BRASIL. Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Legislativo, Brasília, DF, 30 de setembro de 2009. Ano CXLVI, n. 187, Seção 1, p. 1-5. Disponível em: <http://pesquisa.in. gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/09/2009&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=256>. Acesso em: 16 jan. 2014.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Base de dados eleições anteriores.** Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>. Acesso em: 22 set. 2013.

CORTES, Soraya M. Vargas. **Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados.** Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, 1998. p. 11-47.

CRIZOSTOMO, José Henrique Mendes. **O masculino e o feminino na política local de Campos dos Goytacazes.** In: Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 11., 2011, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2011. ISBN 978-85-60667-95-6. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306877881_ARQUIVO_ Omasculinoeofemininonapoliticalocalemcamposdosgoytacazes.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2013.

DANTAS, Ana Cecília de Morais e Silva. **O segundo sexo na política: o papel do direito na inclusão das mulheres na democracia brasileira.** 1ª ed. Maceió: EDUFAL, 2011. 163 p.

DEMO, Pedro. **Dureza: pobreza política de mulheres pobres**. Campinas: Autores Associados, 2005.

DIOS, Manuel Sánches. Las funciones de los partidos. In: MARTÍNEZ CUADRADO, M.; MELLA, M., (Ed). **Partidos políticos y sistemas de partidos**. Madrid: Trotta, 2012.

DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. 3ª ed. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.
FERREIRA, Denise Paiva. **PFL X PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000**). Goiânia: Alternativa, 2002.

FRASER, Nancy. HONNETH, Axel. **Resdistribution or recognition?: a political philosophical Exchange.** London, Verso. 2003.

GROSSI, Miriam P.; MIGUEL, Sônia M. **Transformando a diferença: as mulheres na política.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

DOARÉ, Hélène Le. Paridade. In: HIRATA, Helena *et al.* (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. **Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party.** Party Politics, v. 1, n. 1, p. 5-28. 1995. Disponível em: <http://www.academia.edu/1261590/Changing_models_of_party_ organization_and_party_democracy>. Acesso em: 02 nov. 2012.

KIRCHHEIMER, Otto. The transformation of western European party systems. In: LA PALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (Eds.). **Political Parties and Political Development**. Princeton: Princeton University Press, 1966. p. 177-200.

LAGUNA, Juan Hernandez Bravo de Laguna. La delimitación del concepto de partido político. Las teorias sobre el origen y la evolución de los partidos. In: MARTÍNEZ CUADRADO, M.; MELLA, M. (Ed.). **Partidos políticos y sistemas de partidos**. Madrid, Trotta, 2012.

LIJPHART, Arend. Sistemas partidários: os esquemas bipartidários e multipartidários. In: **As democracias contemporâneas**. Tradução de Alexandre Correia e Francisca Bagio. Lisboa: Gradiva, 1989. p. 149-174.

LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. **Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores.** In: LIPSET, Seymour Martin. Consenso e conflito. Lisboa: Gradiva, 1992. p. 161-259.

MAIR, Peter. **Os partidos políticos e a democracia**. Análise Social, v. XXXVIII, n. 167, 2003, p. 277-293. Traduzido por Rui Cabral. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218738808O9jEJ7wj1Ds10DV6.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2014. Party system change: approaches and interpretations. Oxford: Clarendon Press, 1997.

MARIANO, Silvana Aparecida. Cidadania sexuada feminina: a inclusão das mulheres na Política de Assistência Social. In: SOUZA, Marcio Ferreira (org.) **Desigualdades de gênero no Brasil: novas idéias e práticas antigas.** Belo Horizonte**:** Argvmentvm, 2010.

MATOS, Marlise. A sub-representação política das mulheres na chave de sua subteorização na ciência política. In: PAIVA, Denise (org.). **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Cânone Editorial, 2011.

MATOS, Marlise. CORTÊS, Iáris Ramalho. **Mais Mulheres no Poder – Contribuição à Formação Política das Mulheres– 2010**: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UnB, 1982.

MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro**. CFEMEA – Brasília, 2000.

MIGUEL, Luís Felipe. **Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina".** Estudos Feministas, Rio de Janeiro, ano 9, n 1, 2º semestre 2001.

MIGUEL, Luís Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. **Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 363-385, maio/set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a03v14n2.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2011.

NETO, Pedro Sabino de Farias. **Ciência política: enfoque integral avançado**. São Paulo: Atlas, 2011.

PAIVA, Denise; HENRIQUE, Ana Lúcia; SILVA, Gabriela. P. V. **Atuação das mulheres no poder legislativo federal e estadual no Brasil**: **ainda muito distante da paridade de gênero.** Novas perspectivas de gênero no século XXI. Cadernos Adenauer, n. 3, v. XIV, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013, p. 167-182.

PERROT, Michele. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. As mulheres, o poder, a história. In: _____. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 167-184.

PHILLIPS, Anne. **De uma política de ideias a uma política de presença?** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-290. Tradução de Luís Felipe Miguel. Disponível em: <http:// www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf >. Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. **The politics of presence**. Orxford: Oxford University Press, 1995.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos, civis e políticos: a conquista da cidadania feminina. In: PITANGUY, Jacqueline; BARTED, Leila Linhares **O Progresso das mulheres no Brasil 2003–2010.** Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PITANGUY, Jacqueline; BARTED, Leila Linhares; Um instrumento de conhecimento e de atuação política; IN PITANGUY, Jacqueline; BARTED, Leila Linhares **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010.** Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PITKIN, Hanna F. **The concept of representation**. In: _____. Representation. Nova York: Atherton Press, 1969.

PRÁ, Jussara. Reflexões sobre gênero, mulheres e política. In: PAIVA, Denise. (org). **Mulheres, política e poder.** Goiânia: Cânone Editorial, 2011.

SACCHET, Tereza. **Partidos políticos e (sub) representação feminina:** um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In: PAIVA, Denise; (org). **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Cânone Editorial, 2011.

_____. **Capital social, gênero e representação política no Brasil**. Opinião Pública, Campinas, v.15, n.2, 2009.

SARTORI, Giovanni. **La democracia *en* 30 lecciones**. Madri: Editorial Taurus, 2009.

_____. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília. Ed. UnB, 1982.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1990.

SIMÕES, Solange; MATOS, Marlise. Ideias modernas e comportamentos tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil. In: SOUZA, Marcio Ferreira (org.) **Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas**. Belo Horizonte**:** Argvmentvm, 2010. p. 15-40.

TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TAVARES, Betzaida Mata Machado. **A atuação feminina no interior do partido comunista brasileiro (1945-1979): considerações sobre relações de gênero e participação política.** Cronos: revista de história. Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, n. 5, p.131-144, jun. 2002.

YOUNG, Iris Marion. **Representação política, identidades e minorias**. Lua Nova**,** São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

ANEXOS

Anexo 1. Quadro – Membros da comissão executiva do diretório regional do PMDB Goiás – 1985-2013.

Titular do cargo	Pres.	Vice-Presidente	2º Vice-Pres.	1º Sec.*	2º Sec.*	Tes.
Fernando Neto Safatle	1					
Pedro Ludovico Teixeira					1	
Lenine Bueno						1
Francisco Assis Brandão	1					
Joaquim Roriz		1				
Jacques Silva de Souza		1				1
Nelson de Salles Guerra Guizzo	1					
Carlos Maranhão Gomes de Sá		1				
César Ribeiro Figueiredo				1		
Francisco Antônio Silva de Almeida				1		
Geraldo Ferreira Félix de Souza						1
Luiz Alberto Soyer	1					
Juarez Magalhães de Almeida		1				
João Natal de Almeida		1				
Carlos Hassel Mendes da Silva			1			
Jossivani de Oliveira					1	
Jacques Silva de Souza						1
Iris Rezende Machado	3					
Lázaro Ferreira Barbosa		1				
Lydia de Araújo Quinam			1			
Francisco de Freitas Castro			2			
Mário Ghanann				1		
Mauro Miranda Soares	1					
Helenês Cândido		1				
Mara Merly de Pina Naves					1	
Geraldo Bibiano						1
Nailton Silva de Oliveira		1	1			
Eládio Barbosa Carneiro			1			
Sadino Vieira de Carvalho				1		
Isaac Antônio de Moraes Portilho					1	
Maguito Vilela	1					
Adib Elias	1	1				
Wagner Silva Guimarães		1	1			
Pedro Pinheiro Chaves			1	1		
Thiago Peixoto					1	
Eli de Faria						1
Leandro Veloso Vilela		1				
Euclides José Kid Neto				1		
Sebastião Pereira de Alcântara						1
Samuel Pacheco Belchior	1					
Paulo César Martins				1		
Daniel Vilela						1

Fonte: elaborada pela autora

Anexo 2. Quadro – Membros da comissão executiva do diretório regional do PSDB Goiás - 1991-2013.

Titular do cargo	Pres.	Vice-Presidente	2º Vice-Pres.	1º Sec.*	2º Sec.*	Tes.
Antônio Faleiros	3	1				1
Jônathas Silva	2	1				
Edwaldo Borges			1			
Voleide da Mota Ribeiro			1			
Fernando Cunha Júnior					1	
Paulo Silva de Jesus	2			2	2	1
Henrique Santillo	1					
Marconi Perillo		1				
Olier Alves Vieira			2			1
Jovair Arantes				1		
Carlos Alberto Leréia		1	1			
Honor Cruvinel				1		
Wladmir Garcêz		1				
Júlio César de Melo			1			
Edmundo Dias				1		
Lúcia Vânia Abrão Costa		1				
Sérgio Cardoso			1	3		
Samuel G. de Almeida				1		
Leonardo Vilela	1					
Daniel Goulart		1				1
Sônia Chaves			2			
Eliane Pinheiro					1	
Cristina Lopes Afonso		1				
Jurandir Augusto da Silva		2	1			
José Carlos de Almeida Debrey				1		
Thiago Albernaz				1		
Túlio Isaac						
Ridoval Darci Chiaroleto						
Maria Regina Lopes					1	
Mary Abrão Safatle						
Gerson Martins Souza		1				
Kleber Branquinho Adorno	1					

Fonte: elaborada pela autora

Anexo3. Quadro – Membros da comissão executiva do diretório regional do PT (Goiás) – 1985-2013.

Titular do cargo	Presid.	Vice-Presid.	2º Vice-Presid.	1º sec.*	2º sec.*	Tes.
Athos Magno Costa e Silva	2	1	1	1		1
Fausto Jaime	1	1	1			
Robinho Martins Azevedo		1	1			
Rubens Otoni	6	1		1		
Antônio Pinheiro Salles		1	1	1		1
Valdi Camárcio Bezerra	3	2	2			
Delúbio Soares			1			
Augusto César de Franco				1		
Hamilton Pereira da Silva				1		
Luís Alberto Gomes de Oliveira						1
Oswaldo Alencar Rocha				1		
César Donisete Pereira		1	1	1		
Erotides Borges			1			
Ângela Maria Guimarães				1		
José Maurício Beraldo						1
Arquivaldo Betes Leão leite			1			
Miguel Thiago da Silva				1		
Sueli Fraissat Pugliese				1		
Gláucia Maria Teodoro Reis						1
André Luiz de Carvalho						1
Darci Accorsi						
Osmar de Lima Magalhães	2	2				
Pedro Wilson		1				
Luiz Carlos Ferreira			1			
Paulo Henrique Costa				1		
Flávio Soares do Nascimento						1
Sebastião Ferreira Leite		1				
Antônio José da Fonseca			1			
Luiz Carlos Ferreira				1		
Vanilda Aparecida Alves						5
Soraia Rodrigues Chaves						1
José Humberto Aidar						
Wilson Marcos Telles			1	1		
Ricardo Antônio Dias Batista						1
Oséas Porto Silva			2			1
Erotides Borges				2		
Luis César Bueno			1			
Neyde Aparecida Silva				2		
Layse Maria Cândida Assunção						1

Fonte: elaborada pela autora

Anexo 4. Quadro – Membros da comissão executiva do diretório regional do DEM/PFL (Goiás) – 1985-2013.

Titular do cargo	Presid.	Vice-Presid.	2º Vice-Presid.	1º sec.*	2º sec.*	Tes.
Wilmar Rocha	3	2				
Ronaldo Caiado	5					
Delio Menezes De Senna						
Helio Antonio De Sousa				1		
Vivaldo Pinheiro Guimarães					1	
Oton Nascimento Jr				1		1
Célio Antonio Da Silveira				1		
Jarmund Nasser		1				
Juracy Teixeira			1			
Pedro Canedo				1		
Felisberto Jácomo Filho		1			1	
Alcides Inácio De Freitas	1					2
Manoel Libanio De Araújo			1			
Onofre Andrade Pereira				1		
Ronaldo Vieira Dos Santos					1	
Bolivar Gonçalves Siqueira						1
João Veloso						
Demóstenes Torres		2				
José Eduardo Fleury			1			
Luis Carlos da Silva Rates				1		
Joel de Sant'Ana Braga Filho						2
Lázaro Valdivino da Silva			1			
José Eliton de Figueredo Jr.			1			

Fonte: elaborada pela autora

Anexo 5. Membros da comissão executiva do diretório regional do PCdoB (Goiás) – 1988-1995.

Titular do cargo	Presidente	Vice-Presid.	2º Vice-Presid.	1º sec.	2º sec.	Tesoureiro
Euler Ivo Vieira	2					
Adalberto Alves Monteiro	2	2				
Denise Aparecida Carvalho			2			
Luiz Carlos Orro de Freitas		1		2		
Fábio Tokarski					3	
Marcos Antônio Francisco de Araújo						4
Nivaldo Santos			1			
Edwiges C. Carvalho Corrêa				2		
Lúcia Helena Rincon Freitas		1				
Rômulo Pessoa						

Fonte: elaborada pela autora

Anexo 6. Quadro – membros da comissão executiva do diretório regional do PCdoB (Goiás) – 1997-2013.

Titular do cargo	Presid.	Vice-Presid.	Sec. de Org.	Sec. de Form.	Sec. de Finanças	Sec. Sind.	Sec. de Com.
Euler Ivo Vieira				1			
Adalberto Alves Monteiro	3						
Luiz Carlos Orro de Freitas	1						
Fábio Tokarski	2				1		
Marcos Antônio F. de Araújo	1	1	1				
Nivaldo Santos							
Edwiges C. Carvalho Corrêa			1	2			
Lúcia Helena Rincon Freitas		1		1			
Rômulo Pessoa				1			
Gilvane Felipe				1			
João Pires Júnior			2				2
Héder Muraci Borba						1	
Ailma Maria de Oliveira						6	
Nelson Soares Santos							1
Honório Ângelo da Rocha			2		1	1	
Aldo Arantes	1	1					
Flávio Cardoso							1
Edsaura Maria Pereira			1	2			
Adriana Santos							1
Goyaz do Araguaia L. Vieira Jr.					2		
Geovana Reis				2			
Eliziânia Brandão							4
Kênio das Chagas					2		
Tatiana Lemos		2					
Isaura Lemos	1						

Fonte: elaborada pela autora

Anexo 7. Roteiro - Dirigido às mulheres [àquelas pertencentes ou que já pertenceram a algum cargo de direção].

PERFIL DA ENTREVISTADA

Nome:_____

Idade:_____

Partido: (ou partidos que já tenha se filiado)
( ) PMDB
( )DEM/PFL
( ) PT
( ) PSDB
( ) PCdoB
( )outros. Qual?_____

Escolaridade:
( ) Ensino Fundamental ( ) Completo ( ) Incompleto
( ) Ensino Médio ( ) Completo ( ) Incompleto
( ) Ensino Superior ( ) Completo ( ) Incompleto

Profissão:_____

Estado civil
( ) casada
( ) solteira
( ) divorciada
( ) viúva

ENTRADA NA POLÍTICA:

1) Como se deu sua inserção na política? [Explorar trajetória política, se é parente, filha, esposa de algum político e se inseriu nesse cargo por ter esse tipo de ligação política. Militância política : movimento estudantil, sindical, feminista...]

PODER

1) Como se acontece a eleição do Diretório Regional em seu partido? [Entre homem e mulher] Houve algum interesse dos homens em inserir as mulheres nessas instâncias partidárias?
2) Há uma sessão feminina no partido? Em caso afirmativo como avalia a atuação da mesma poder?
3) LER ESSA APENAS SE O ESTATUTO PREVER ALGUMA POLÍTICA DE GÊNERO -> Há políticas de gênero previstas no regimento do partido? Esse regimento é cumprido? [Ler o regimento do partido antes da entrevista e verificar se há ou não essa previsão]

4) Quais são os cargos que você já ocupou? [Identificar se há tendência de ‘certos’ cargos serem sempre ocupados por mulheres]
5) Qual foi o caminho percorrido para se chegasse a ocupar esse cargo? [Explorar influências através do perfil político, capital político]
6) Como você vê o posicionamento ideológico do seu partido em relação à inclusão de mulheres nos seus cargos de direção? [Detectar tendência ou não do partido em distribuir poder devido aos posicionamento ideológico]
7) Você já percebeu algum tipo de preconceito no desenvolvimento de sua atividade política? [Explorar as formas de discriminação de gênero]
8) Para a senhora, o seu partido investe de forma incisiva e permanente na formação de lideranças femininas? Se sim, de que forma? Se não, quais são as resistência?

Anexo 8. Roteiro destinado a dirigentes homens dos partidos políticos [PSDB – PMDB – PT – DEM – PCdoB].

PERFIL Socioeconômico:
Nome:_____
Idade:_____

Escolaridade:

( ) Ensino Fundamental ( ) Completo ( ) Incompleto
( ) Ensino Médio ( ) Completo ( ) Incompleto
( ) Ensino Superior ( ) Completo ( ) Incompleto

Profissão:_____

Estado civil
( ) casado
( ) solteiro
( ) divorciado
( ) viúvo

Filiação Partidária: [aqui vc deverá verificar a filiação partidária atual e na pergunta seguinte as anteriores , se houver]

( ) PMDB
( )DEM/PFL
( ) PT
( ) PSDB
( ) PCdoB

Partido: (ou partidos que já tenha sido filiado))

( ) PMDB
( )DEM/PFL...
( ) PT
( ) PSDB
( ) PCdoB
( ) Nenhum
( )outros. Qual?_____

Poder

1. Qual o caminho percorrido para que o senhor chegasse a ocupar um cargo na instância executiva do partido?

Política e Mulher

1. Como o senhor caracteriza a participação das mulheres na política partidária? [Destrinchar sobre as mulheres políticas do próprio partido]

2. Quando iniciou o ingresso de mulheres nos órgãos diretivos de seu partidos? Como o Sr avalia essa participação? Qual a receptividade do partido em relação ao tema??

3. Como o senhor avalia a atuação feminina? [Identificar se alguma mulher no cargo de direção do partido, e como o entrevistado avalia essa atuação]

No caso do DEM [não houve identificação de mulheres nos cargos de direção], esmiuçar sobre essa ausência. Existem ações de incentivo a maior participação das mulheres no partido? [se sim, quando surgiram? No que consistem essas ações e qual a sua efetividade/resultado? Como o senhor as vê]

4. Durante o tempo em que esteve ocupando um cargo de direção na Comissão Executiva Estadual, qual foi o nível de rotatividade dos cargos? [Observar se houve uma permanência de cargos e/ou um aspecto de oligarquização de poder]

5. Como aconteciam as reuniões dos Diretórios e se davam as eleições as eleições para essa instância?

6. Como o senhor avalia o quadro de presença feminina no seu partido?